

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Laura Camisassa Rodrigues Lobato

**Gênero Textual
na Metodologia de Pesquisa
em Gramaticalização**

Belo Horizonte

2009

Laura Camisassa Rodrigues Lobato

Gênero Textual na Metodologia de Pesquisa em Gramaticalização

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2009

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Junia e Pedro, ao meu irmão Breno e ao meu namorado Hugo. Não há palavras que expressem a minha gratidão por toda a ajuda, o apoio e imensa compreensão. Sem vocês, nada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral, pela paciência, por ter acreditado em mim desde o começo e por ser uma pessoa tão prestativa e compreensiva. Mais do que pesquisador, um verdadeiro professor.

Ao Prof. Dr. Afrânio Gonçalves Barbosa, pelas sugestões, que me foram de grande utilidade na elaboração desta dissertação.

A Prof^ª. Dr^ª. Jânia Martins Ramos, pela cuidadosa leitura do meu projeto de pesquisa e por ter me dado a oportunidade de participar do Projeto Mineirês.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, em especial aos Prof^{es}. Dr^s. Regina Lúcia Péret Dell'Isola, César Nardelli Cambraia, Maria Cândida T. C. de Seabra, Maria Antonieta Amarante M. Cohen.

Aos amigos Bernardo Guadalupe S. Lins Brandão, Cristiane Aguiar Silva, Marilaine Lopes Silva, Rafaela Gonzaga de Oliveira, Lidiane Luiza da Cunha, Flávia Rafaela Lôbo e Silva, José Euríalo dos Reis. Devo muito a vocês!

A Dra. Roberta de Souza Pinto Davis e a minhas tias Maria Lúcia Camisassa Rodrigues e Maria José Lobato Fonseca. Sem a ajuda de vocês, tudo teria sido ainda mais difícil.

A Prof^ª. Dr^ª. Anelise Impelizeri Nogueira e ao Centro de Memória da Medicina (Cememor/UFMG), que destinam à ciência tanto esforço e carinho.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo auxílio concedido durante parte deste trabalho.

RESUMO

O tema deste trabalho é a questão dos gêneros textuais na seleção de *corpora* para investigações diacrônicas da língua. O propósito desta pesquisa é demonstrar que diferentes gêneros favorecem determinados usos, e que isso coloca em pauta a necessidade do rigor na seleção dos textos que deverão constituir os *corpora* para estudos diacrônicos, mais especificamente, estudos acerca de processos de gramaticalização. Nossa proposta é que os textos selecionados devem pertencer a gêneros funcionalmente equivalentes.

Como base empírica para a verificação do tema proposto, foi escolhida a gramaticalização dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, por se tratar de um fenômeno observável do ponto de vista diacrônico e por já ter sido alvo de vários estudos. A observação da gramaticalização dos verbos mencionados foi feita com base em um *corpus* constituído por quatro gêneros textuais do período contemporâneo e quatro gêneros funcionalmente equivalentes a eles do século XVIII. No momento da apreciação dos resultados quantitativos, foi observada a influência dos gêneros nas escolhas linguísticas.

Após esse procedimento, foi observado que, para que se tenham dados realmente equilibrados, é essencial que, no momento de seleção de textos para a formação de *corpora* para pesquisas linguísticas desse tipo, sejam controlados os gêneros textuais a que pertencem os textos. E que, para uma metodologia mais confiável, deve-se dar preferência a gêneros funcionalmente equivalentes nas diferentes épocas.

Palavras-chave: formação de *corpus*, gêneros textuais, gramaticalização.

ABSTRACT

The theme of this paper is the question of genre in *corpora* selection for diachronic linguistic investigations. The aim of this research is to demonstrate that different genres favor certain uses, and that this matter puts into question the necessity of strictness in the selection of the texts that shall compose the *corpora* for diachronic studies — more specifically, grammaticalization processes studies. Our suggestion is that the selected texts should belong to functionally analogous genres.

Regarded only as empirical basis for the verification of the proposed theme, the grammaticalization of the modal verbs *poder*, *dever*, and *querer* was observed, for it is a phenomenon which can be observed from a diachronic point of view and which have already been the aim of several studies. The observation of the grammaticalization of the mentioned verbs was based on a *corpus* composed by four genres taken from contemporary language and by four functionally analogous genres from the XVIIIth century. During the appreciation of quantitative results, the influence of genre over the linguistic choices was observed.

After this procedure, it has been noticed that, in order to obtain a truly balanced data, the control of genre, when selecting texts to build *corpora* for linguistic researches of this kind, is essential; and that, for a more reliable methodology, one should prefer functionally analogous samples of genres from different periods of time.

Key-words: *corpus* selection, genre, grammaticalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Esquemas ilustrativos dos percursos históricos de <i>poder</i> , <i>dever</i> e <i>querer</i>	84
Gráfico 01 – Porcentagem de ocorrência de cada verbo em relação ao total de palavras do <i>corpus</i> analisado.....	106
Gráfico 02 – Porcentagem de <i>poder</i> ₁ em relação ao total de ocorrências de <i>poder</i> no <i>corpus</i>	111
Gráfico 03 – Porcentagem de <i>poder</i> ₂ em relação ao total de ocorrências de <i>poder</i> no <i>corpus</i>	111
Gráfico 04 – Porcentagem de <i>poder</i> ₃ em relação ao total de ocorrências de <i>poder</i> no <i>corpus</i>	112
Gráfico 05 – Porcentagem de <i>dever</i> ₁ em relação ao total de ocorrências de <i>dever</i> no <i>corpus</i>	115
Gráfico 06 – Porcentagem de <i>dever</i> ₂ em relação ao total de ocorrências de <i>dever</i> no <i>corpus</i>	116
Gráfico 07 – Porcentagem de <i>querer</i> ₁ em relação ao total de ocorrências de <i>querer</i> no <i>corpus</i>	119
Gráfico 08 – Porcentagem de <i>querer</i> ₂ em relação ao total de ocorrências de <i>querer</i> no <i>corpus</i>	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Relações entre as modalidades lógicas, com base em Mira Mateus <i>et al.</i> (1983).....	63
Tabela 02 – Ocorrência de <i>poder</i> ₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	108
Tabela 03 – Ocorrência de <i>poder</i> ₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	108
Tabela 04 – Ocorrência de <i>poder</i> ₃ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	108
Tabela 05 – Trajetória da frequência do verbo <i>poder</i> em geral e de <i>poder</i> ₁ , <i>poder</i> ₂ e <i>poder</i> ₃	112
Tabela 06 – Ocorrência de <i>dever</i> ₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	113
Tabela 07 – Ocorrência de <i>dever</i> ₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	113
Tabela 08 – Trajetória da frequência do verbo <i>dever</i> em geral e de <i>dever</i> ₁ e <i>dever</i> ₂	116
Tabela 09 – Ocorrência de <i>querer</i> ₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	117
Tabela 10 – Ocorrência de <i>querer</i> ₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	117
Tabela 11 – Ocorrência de <i>querer</i> ₃ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.....	117
Tabela 12 – Trajetória da frequência do verbo <i>querer</i> em geral e de <i>querer</i> ₁ e <i>querer</i> ₂	120

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	GÊNEROS TEXTUAIS.....	16
2.1	A comunicação verbal e os gêneros textuais.....	16
2.2	Gêneros e tipos textuais.....	32
2.3	O caráter evolutivo dos gêneros textuais.....	41
2.4	O gênero textual na formação de <i>corpora</i> de pesquisas acerca da gramaticalização	45
3	A NOÇÃO DE GRAMATICALIZAÇÃO.....	50
3.1	Em que consiste a gramaticalização.....	50
3.2	Etapas da gramaticalização.....	52
3.3	Itens lexicais e itens gramaticais.....	55
3.4	Características da gramaticalização.....	56
3.4.1	A importância da metáfora e da metonímia na gramaticalização.....	59
4	VERBOS MODAIS <i>PODER, DEVER E QUERER</i>.....	62
4.1	Modalidade.....	62
4.2	Verbos modais.....	71
4.3	Processos históricos.....	80
5	METODOLOGIA.....	91
5.1	O <i>corpus</i>	91
5.2	Classificação dos modais.....	91
5.3	Verificação da frequência dos verbos.....	92
5.4	Os gêneros e os dados.....	92
5.5	Resultado esperado.....	93
6	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....	94
6.1	Gêneros textuais e a seleção do <i>corpus</i>	94
6.2	Detalhamento do <i>corpus</i>	97

7	ANÁLISE DOS DADOS.....	106
7.1	Verbo <i>poder</i>	107
7.2	Verbo <i>dever</i>	113
7.3	Verbo <i>querer</i>	117
8	CONCLUSÃO.....	122
	REFERÊNCIAS.....	124

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Dissertação intitulada “*Gênero Textual na Metodologia de Pesquisa de Gramaticalização*”, de autoria da mestranda Laura Camisassa Rodrigues Lobato, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral – FALE/UFMG – Orientador

Prof. Dr. Afrânio Gonçalves Barbosa – UFRJ

Profa. Dra. Jânia Martins Ramos – FALE/UFMG

Belo Horizonte, 17 de agosto, 2009

CAPÍTULO I

Introdução

O tema contemplado nesta pesquisa é a questão dos gêneros textuais na seleção de *corpora* para investigações diacrônicas a respeito de uma língua – e, mais especificamente, para a verificação de processos de gramaticalização no português brasileiro.

Pretende-se demonstrar que diferentes gêneros constituem ambientes que favorecem determinados usos e que isso coloca em pauta a necessidade de uma rigorosa seleção dos gêneros que comporão o *corpus* de uma pesquisa acerca do fenômeno da gramaticalização. Para que se tenham dados equilibrados, é necessário que se trabalhe, como veremos, com gêneros funcionalmente equivalentes, mesmo que estes figurem em diferentes momentos históricos.

Além disso, procura-se definir, neste trabalho, em que medida o emprego de vários gêneros textuais confere à pesquisa maior confiabilidade e quais são os critérios a serem seguidos no momento da seleção dos textos, indicando maneiras pelas quais se possa observar a equivalência entre gêneros oriundos de períodos distintos. Serão discutidas, ainda, algumas das limitações metodológicas dessa prática.

É também nosso intuito trazer contribuições ao método de pesquisa do fenômeno da gramaticalização, de forma a colaborar com a consolidação de um quadro teórico adequado ao estudo deste processo, já que os autores encontrados na literatura sobre gramaticalização utilizam noções de quadros teóricos diversos, neles buscando princípios que se relacionam ao fenômeno. Sem que se possa encontrar um consenso absoluto entre eles a respeito da gramaticalização, visto que os estudos se baseiam em diferentes pressupostos teóricos, é possível, todavia, identificar postulações recorrentes que, de modo geral, são aceitas pela maioria dos teóricos.

Quando se pesquisa gramaticalização (ou outro processo de mudança linguística), considera-se mais eficiente que se busquem amostras do maior número possível de formas de desempenho linguístico de cada época contemplada no estudo. Certamente, havendo maior variedade de gêneros, existem mais possibilidades de ambientes semânticos evidenciadores do processo. Além disso, quanto mais gêneros são utilizados em uma pesquisa, mais fiel é a imagem que se forma acerca da língua de um determinado período e, indiretamente, acerca das características sociais e culturais daquela época.

Entretanto, como se verá, as atividades humanas são inúmeras e, por isso, as possibilidades de gêneros são praticamente infinitas dentro de cada período histórico. A coleta de todos os gêneros existentes em um período seria ideal, mas isso se mostra metodologicamente impraticável. Para a organização de um *corpus*, é necessário, portanto, reconhecer quais gêneros selecionar e, somente a partir desse critério, recolher o maior número possível de gêneros. É fundamental ter em mente, também, que os gêneros que circulam em esferas de atividades mais formais tendem a privilegiar formas de maior prestígio, e aqueles característicos de situações mais informais poderão dar espaço a usos menos valorizados e até estigmatizados.

A gramaticalização dos modais *poder*, *dever* e *querer* foi escolhida como base empírica para a verificação do tema proposto por se tratar de um fenômeno observável do ponto de vista diacrônico e por já ter sido alvo de vários estudos, como os de Vianna (2000) e Costa (1995). Ressaltamos que o foco do presente trabalho não é o fenômeno da gramaticalização dos modais em si, mas o consideraremos na medida em que suas manifestações, sensíveis aos gêneros textuais, permitirão que se demonstre a importância da consideração criteriosa dos gêneros a que pertencem os textos que formarão os *corpora* para pesquisas que abordam esse tipo de fenômeno.

Considerando, então, que a questão levantada nesta dissertação é crucial na montagem de *corpus* para o estudo da gramaticalização, é preciso, para demonstrar que há um processo deste tipo em curso, que se examinem as frequências de cada uma das funções do item utilizadas em textos produzidos em momentos históricos distintos. A gramaticalização é um fenômeno que implica inovação linguística, e os gêneros textuais constituem justamente os ambientes capazes de definir: (a) se o item em estudo será empregado; (b) em qual de suas diferentes funções ele será utilizado com maior frequência.

Observando de maneira crítica a metodologia até agora proposta para o estudo da gramaticalização, percebemos que a análise de frequência, apesar de fundamental, não se mostra suficiente para a constatação do processo, pois, como veremos, os gêneros textuais interferem nas escolhas linguísticas e a não observância desse fato pode acarretar uma camuflagem dos resultados.

Este trabalho conduz à ideia de que a montagem mais adequada de *corpus* para o estudo do processo de gramaticalização de um item deve-se basear na escolha de um grupo de gêneros representativos de uma sincronia da língua e um grupo de gêneros equivalentes a eles nos outros períodos pesquisados. Para a constituição de *corpus*, mostram-se inadequados

tanto o uso de apenas um “mesmo” gênero em diferentes sincronias como o uso indiscriminado de quaisquer textos, pertencentes a quaisquer gêneros.

A escolha do tema se deu a partir da observação de que um gênero textual resulta, dentre outros aspectos, de uma série de fatores cognitivos e pragmáticos que direcionam as escolhas do falante. Assim, gêneros diferentes dentro de um mesmo recorte temporal condicionam os usos, tolerando, em maior ou em menor grau, inovações linguísticas.

Devido a essa característica da produção verbal, a seleção dos textos a serem incluídos no *corpus* de uma pesquisa deve ser realizada de maneira consciente com relação aos gêneros a que pertencem esses textos. De acordo com Rumeu (2006),

[...] para a construção de corpora confiáveis ao estudo linguístico do português no Brasil, faz-se necessário tanto explicitar o contexto sócio-histórico quanto o contexto de escritura dos textos a serem editados, a fim de expor à comunidade acadêmica uma amostra que seja reflexo expressivo de um dado momento histórico-social. (RUMEU, 2006, p. 820).

Ao “contexto de escritura” correspondem os fatores pragmáticos norteadores da produção: a esfera de circulação dos textos (pública, privada ou particular)¹, a situação comunicativa em que os interlocutores se inserem, o grau de formalidade que o contexto situacional requer, as relações entre emissor e receptor, os objetivos da enunciação, etc. De certa forma, o “contexto sócio-histórico” a que se refere Rumeu (2006) está embutido no “contexto de escritura”, de vez que as características sociais e culturais de uma época são decisivas para o estabelecimento dos fatores pragmáticos relevantes ao comportamento linguístico dos grupos que fazem parte de uma sociedade. Deste modo, a produção textual é, necessariamente, espelho de seu contexto de escritura: os fatores pragmáticos se refletem no aspecto linguístico.

A partir desses parâmetros, os falantes constroem seus textos e os diversos gêneros textuais são desenvolvidos. Os gêneros, como veremos no capítulo II, constituem ambientes linguísticos específicos e, como tais, podem predeterminar a ocorrência – ou a não-ocorrência – dos fenômenos a serem observados em uma pesquisa. Por isso, como já dissemos, o rigor na seleção de textos para a montagem de *corpora* é essencial.

¹ Barbosa (1999) propõe três esferas de circulação para textos de sincronias passadas, mais especificamente, do século XVIII: a pública, que inclui documentos oficiais da administração pública; a privada, que engloba textos redigidos por comerciantes, religiosos, pessoas jurídicas, etc., com o objetivo de representar determinada instituição; e a particular, que se refere à esfera doméstica, em que se emitem textos a familiares e amigos, como cartas e bilhetes.

No início do capítulo II, apresentamos um breve panorama sobre os estudos acerca dos gêneros textuais. A fim de situarmos os estudos linguísticos em relação a esse assunto, pincelamos algumas noções oriundas da antiguidade clássica e dos estudos literários e, então, procuramos dirigir nossas reflexões à Linguística, de forma a desenvolver, com mais rigor, a ideia de que a comunicação verbal se organiza em gêneros. Além de evidenciar nossa concepção de gênero textual, esse capítulo visa destacar o caráter evolutivo dos gêneros textuais e sua conseqüente relação com o tema proposto, isto é, a necessidade de se controlarem os gêneros a que pertencem os textos que formarão um *corpus* para pesquisas diacrônicas.

O capítulo III trata dos traços que caracterizam o fenômeno de inovação linguística denominado gramaticalização. Antes da descrição de tais traços, organizamos uma resenha acerca do assunto, apontando o surgimento do interesse da Linguística por esse processo. Em seguida, descrevemos as possíveis etapas da gramaticalização de um determinado item e algumas de suas características já sistematizadas por diversos teóricos. Nossa pesquisa, como afirmamos anteriormente, pretende contribuir para a consolidação de um método de pesquisa mais rigoroso e adequado ao estudo da gramaticalização.

No quarto capítulo, explicitamos os conceitos de modalidade e caracterizamos semântica e formalmente os verbos modais *poder*, *dever* e *querer*. O *continuum* em que se dá a gramaticalização desses verbos é tomada como objeto empírico nesta pesquisa, pois a descrição de seus percursos históricos possibilita a identificação de diferentes acepções modais para cada um desses verbos. Diante de uma maior possibilidade de formas para se expressar um determinado conteúdo, pode-se observar a relação entre os gêneros textuais e as escolhas linguísticas dos falantes.

O quinto e o sexto capítulos trazem, respectivamente, a metodologia e o *corpus* utilizado neste trabalho. Nossa pesquisa contou com quatro gêneros textuais do século XVIII (carta-denúncia, artigo científico, carta comercial e carta pessoal) e com quatro gêneros contemporâneos, funcionalmente equivalentes aos setecentistas (denúncia, artigo científico, e-mail comercial e carta pessoal). Os dados recolhidos em cada texto, referentes aos verbos sob análise, foram submetidos a comparações quantitativas e também a algumas observações de cunho qualitativo, em que se verificou o comportamento dos dados ao se controlarem os gêneros. No presente volume, não anexamos o *corpus* utilizado, mas, sempre que possível, empregamos abonações empíricas retiradas do *corpus* para os fatos sob análise.

No capítulo VII apresentamos os resultados de nossa análise. Esperava-se que usos mais abstratos predominassem nos artigos científicos, devido às abstrações, comparações

metafóricas e modalizações comumente empregadas neste gênero textual. Tal expectativa foi confirmada no caso de *poder*, mas não nos casos de *dever* e *querer*. Esse resultado é interessante, pois se justifica pelo fato de que *poder*, dentre os três verbos em análise, é o que se encontra mais “adiantado” no processo de gramaticalização, chegando a concorrer, quando se trata do gênero textual artigo científico, com a acepção mais abstrata de *dever*. O modal *querer*, por sua vez, se mostra mais “atrasado” no processo, nem sequer ocorrendo nos textos do gênero artigo científico constantes do *corpus*. Essa observação vai ao encontro do tema em estudo, uma vez que evidencia a influência do gênero nas escolhas do usuário.

Por fim, no último capítulo, reunimos as conclusões a que chegamos ao final dos procedimentos. A constituição de um *corpus* equilibrado depende de uma rigorosa observação dos gêneros textuais a que pertencem os textos selecionados. A opção por gêneros funcionalmente equivalentes nas diferentes épocas sob estudo é, sem dúvida, importante para uma confiável metodologia de pesquisa acerca de processos de gramaticalização. Por outro lado, não se pode perder de vista que o pesquisador não se deve ater a um *corpus* constituído apenas por textos de um único gênero – ou um gênero e seus equivalentes – em diferentes recortes temporais, pois os resultados de sua pesquisa provavelmente estariam comprometidos. Nosso estudo aponta para a necessidade de um *corpus* que inclua gêneros variados e funcionalmente equivalentes em diferentes períodos da língua.

CAPÍTULO II

Gêneros Textuais

2.1 A comunicação verbal e os gêneros textuais

A interação verbal pode ser considerada um fenômeno social, já que os comportamentos linguísticos são variados e dependem tanto dos papéis sociais assumidos pelos interlocutores quanto do contexto imediato em que se estabelece a enunciação.

Para que a comunicação seja possível, é forçoso que os sujeitos compartilhem de semelhantes habilidades enunciativas, decisivas na escolha do conteúdo, da forma e do estilo mais adequados a cada situação. Essas escolhas, embora aparentemente individuais, são pautadas sócio-historicamente pelas tradições e pela realidade cultural de uma comunidade, com base em relações sociais. A esse respeito, podemos citar o trabalho de Jane Quintiliano Silva (2002):

[...] toda e qualquer atividade discursiva, atualizada a distância ou *in praesentia* se constitui num quadro interacional, regido por regras e normas pragmáticas, adequadas à situação comunicativa. Aí se reflete, em larga medida, o que foi construído social, histórica e culturalmente, em termos de padrões interacionais, pelas pessoas de uma dada sociedade. (SILVA, 2002, f. 23).

E ainda, conforme Faraco (2006, p. 112), “[...] o agir humano não se dá independente da interação; nem o dizer fora do agir. [...] Falar não é, portanto, apenas atualizar um código gramatical num vazio, mas moldar o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade.” Com base nesses dois autores, admite-se que as atividades humanas e, especialmente, a ação linguística, são mediadas por modelos pré-existentes, porém maleáveis, adaptáveis a diferentes circunstâncias enunciativas. Neste trabalho adotaremos, para tais modelos, a denominação de *gêneros textuais*.

Bazerman (2006a) afirma que os gêneros funcionam como instrumentos para que os indivíduos ajam de maneira reconhecível, com consequências – em certa medida – previsíveis, permitindo, assim, a realização dos elementos mais básicos da ordem social. Desta forma, o gênero acaba por manter essa ordem, contribuindo para a consolidação da cultura e dos costumes de uma sociedade: “[...] a tipificação de discursos é um processo

fundamental no nosso sentido de onde estamos, o que estamos fazendo e como podemos fazê-lo.” (BAZERMAN, 2006a, p. 61).

Desde a antiguidade clássica, a noção de gênero vem sendo estabelecida, discutida e readaptada. Entre os séculos V e IV a.C., Platão e Aristóteles propuseram categorizações com o intuito de orientar poetas e oradores visto que, em sua época, o exercício da cidadania e da democracia ligava-se ao domínio da retórica, e as práticas artísticas deveriam ser manifestações do equilíbrio da hierarquia social grega. Comentaremos sucintamente a respeito dessas categorizações.

Os gêneros aristotélicos da retórica se constituem em verdadeiras técnicas de uso da palavra em público, visando, principalmente, à persuasão do auditório. Aristóteles propõe, conforme Brandão (2001) e Palma (2006), uma divisão tripartite dos gêneros da retórica: o gênero jurídico, o gênero deliberativo e o gênero epidítico. No primeiro caso, o orador dirige-se a um júri com o propósito de se defender ou de prestar acusação contra outro sujeito, focalizando fatos anteriores à situação enunciativa. Utiliza-se a dicotomia justo/injusto. O gênero deliberativo, por sua vez, destina-se a aconselhar uma assembléia popular a partir do uso de exemplos e tem por base a antítese útil/nocivo à sociedade, mantendo o foco em fatos futuros. Finalmente, por meio do gênero epidítico, o orador, em ocasião festiva, disserta a respeito de determinado tema atual, visando criticar ou louvar atitudes dos cidadãos com base na exaltação de seus vícios ou virtudes.

Segundo Bazerman (2006b, p. 27), a retórica sempre se interessou pelos gêneros textuais na medida em que visava ao enunciado mais eficaz para cada situação. Por isso, “[...] o conceito retórico de gênero associa, desde a tradição clássica, a forma e o estilo do enunciado com a ocasião ou situação e a ação social realizada no enunciado.”

Conforme Palma (2006), Aristóteles, em sua *Poética*, determina uma bipartição da poesia entre os gêneros narrativos e dramáticos. A poesia, conforme o filósofo, tinha a função mimética de representar acontecimentos reais ou fictícios e os gêneros eram os modos pelos quais o poeta poderia fazer cumprir a função poética. Ao se expressar no modo narrativo, o poeta fala por si mesmo e, no modo dramático, fala por meio das ações dos personagens.

Visando à catarse, a tragédia retrata grandes acontecimentos envolvendo personagens superiores; já a comédia busca reproduzir os maus costumes, expondo suas personagens ao ridículo, não pretendendo o efeito catártico, mas o humorístico. A epopéia representa um gênero narrativo superior, descrevendo feitos grandiosos por meio de uma narração mista, em que há a voz do poeta e das personagens. A paródia, representante inferior do gênero narrativo, é uma cópia burlesca das epopéias com o objetivo de provocar o riso.

Também no campo da Literatura, Brandão (2001) aponta a distinção entre três estilos: elevado, médio e humilde. Essa distinção tem por base traços linguísticos como as construções sintáticas e a escolha do léxico, e também traços de ordem social, pois se referem, respectivamente, a personagens guerreiros, camponeses e pastores. Os três estilos costumam ser exemplificados por meio da obra de Virgílio: a Eneida representando o estilo elevado; o estilo médio é encontrado nas Geórgicas e o humilde está presente nas Bucólicas.

Platão, em seu livro III da República, foi o primeiro filósofo a fazer referência aos gêneros literários, segundo Palma (2006). Com o foco no modo de ação poética, Platão distingue o gênero dramático, subdividido em tragédia e comédia; o gênero narrativo puro, que encontra sua forma prototípica nos ditirambos – forma narrativa de poesia – e o gênero misto, expressado pela epopéia. Conforme Brandão (2001), é a partir desta distinção que se desenvolve a noção que perdura até hoje e que diferencia os gêneros épico, lírico e dramático.

Tal noção, de acordo com Staiger (1997), não se realiza de maneira rigorosa na Literatura. Esta é, sem dúvida, uma observação interessante para nosso trabalho, pois assumimos, conforme se verá, que os gêneros textuais não podem ser compreendidos como categorias estanques. É interessante ressaltar que, também nos estudos literários, percebe-se a quase inevitável mescla entre gêneros. Segundo esse autor, uma poesia lírica, por exemplo, “[...] participa em diversos graus e modos de todos os gêneros, e apenas a *primazia* do lírico nos autoriza chamar os versos de líricos”. (STAIGER, 1997, p. 161). Apesar de o estudo de Staiger (1997) privilegiar os aspectos mais formais da manifestação literária, a originalidade do artista assume papel crucial em sua teoria; da mesma maneira, a criatividade dos interlocutores é fator característico de muitos gêneros textuais. Todorov (1981, p. 47), referindo-se aos desvios da Literatura quanto às “leis” impostas pelos gêneros literários, considera que “[...] a norma só se torna visível – só existe – mediante as suas transgressões.”

Tanto em Staiger (1997) quanto em Todorov (1981), o gênero literário representa um modelo para a escrita. “É pelo facto de os géneros existirem como uma instituição que funcionam como ‘horizonte de espera’ para os leitores, e como ‘modelos de escrita’ para os autores” (TODOROV, 1981, p. 52), apesar de não ser necessário que leitores e escritores estejam conscientes do funcionamento desse sistema. Quanto a isso, Staiger (1997) ressalta, ainda, que o conceito que se tem de um gênero na Literatura em um determinado espaço geográfico não corresponde exatamente ao modelo daquele gênero em outra localidade. “O italiano quando pronuncia a palavra ‘Lírica’, pensa nos ‘Canzoniere’ de Petrarca. Para nós alemães, porém, a obra de Petrarca não é absolutamente o protótipo do estilo lírico.” (STAIGER, 1997, p. 177).

De acordo com Coutinho (2005), a categoria do gênero somente é introduzida na Linguística por Bakhtin no século XX; até então, ela era domínio quase exclusivo da Literatura. A Linguística somente se preocupou com a questão dos gêneros textuais recentemente, pois seus interesses iniciais eram os sons, as palavras e as frases, em seus aspectos formais. No princípio, conforme a autora, as abordagens linguísticas enfatizavam os aspectos textuais em modelos de análise bastante descritivos, de forma semelhante à análise literária. Com o surgimento da Linguística Textual, os olhares se voltam aos gêneros, com interesse em suas características e seu tratamento.

Marcuschi (2000) apresenta uma sucinta história dos gêneros textuais na escrita desde a antiguidade clássica. O primeiro gênero escrito teria sido a poesia, com o surgimento do alfabeto grego. O papel da escrita, naquele momento, seria o de fixar a sabedoria até então reproduzida pela tradição oral. Esses saberes se organizavam na forma de poemas, que seriam de mais fácil memorização do que textos orais não rimados. Conforme o autor, somente dois séculos depois da invenção do alfabeto grego é que os alexandrinos inseriram os conceitos de pontuação e de parágrafo. A organização textual que hoje conhecemos teria levado, entretanto, mais de quinze séculos para se estabelecer.

O agrupamento de seres e objetos semelhantes é prática comum nas mais diversas civilizações. As classificações ocorrem de forma a colocar ordem no caos e permitir que o ser humano melhor compreenda o mundo que o cerca. Diante disso, as ciências costumam recorrer a tipologias para situar e delimitar os objetos em estudo. Assim, buscando a objetividade, a Linguística classifica as modalidades de realização linguística, classificando seu objeto de estudo em diferentes grupos.

Os gêneros textuais têm sido objeto de diferentes vertentes da Linguística ao longo das últimas décadas. Cada grupo de estudiosos formula sua teoria acerca dos gêneros com base em suas concepções de língua. Costa Val (1997) aponta três tendências nos estudos linguísticos no que diz respeito à concepção de língua. O primeiro grupo, segundo a autora, é formado por teóricos que consideram a língua uma atividade mental. O segundo, representado pelo estruturalismo, entende a língua como sistema e, o terceiro, como atividade social. A seguir, apresentamos uma breve exposição a respeito de cada uma dessas correntes de estudo.

A primeira vertente considera a língua como uma faculdade mental inata ao ser humano. Sendo assim, a língua se manifesta de maneira individual, isto é, em cada sujeito. Os teóricos dessa escola partem da forma de pensamento racionalista, empregada por Bacon e por Humboldt já no século XIX e resgatada por Chomsky no século XX. O objetivo do gerativismo chomskyano é a descrição de uma gramática universal em que princípios

linguísticos gerais norteiam a produção verbal em diferentes línguas. Essa abordagem estuda a formação e a recepção de sentenças, não tendo, como objeto de estudo, textos e gêneros textuais.

O segundo grupo, aqui simbolizado por Saussure (2002 [1916]), postula que a realização da linguagem por meio da fala (*parole*) tem como base um sistema de signos linguísticos, representado pela *langue*. O estruturalismo considera os gêneros como modelos abstratos que podem ser realizados materialmente por meio dos textos. Essa vertente acaba por conferir aos gêneros um caráter engessado e normativo, o que não se observa necessariamente nos textos que circulam naturalmente em uma determinada sociedade; falta a essa concepção a liberdade criativa dos interlocutores em situações reais e dinâmicas de comunicação. Fatores cruciais a qualquer produção textual, que dizem respeito ao contexto extralinguístico, muitas vezes são desconsiderados por essa corrente teórica, configurando o que alguns autores chamam de “formalismo reducionista”, que desconsidera a quase infinita variação organizacional dos textos.

Brandão (2001) chama a atenção para o fato de que mesmo os formalistas russos, mais especificamente Tomachevski, já não aceitavam classificações estanques para os gêneros literários:

[...] não se pode estabelecer nenhuma classificação lógica e firme dos gêneros. Sua distinção é sempre histórica, isto é, justificada unicamente para um tempo dado... É preciso realizar uma abordagem descritiva no estudo dos gêneros e substituir a classificação lógica por uma classificação pragmática e utilitária levando unicamente em conta a distribuição do material nos quadros definidos. (TOMACHEVSKI, 1965, *apud* BRANDÃO, 2001, p. 21).

Como não poderia deixar de ser, Tomachevski (1965, *apud* Brandão, 2001) reconhece a existência de quadros definidos, isto é, de modelos, mas admite que, para uma análise mais eficiente dos gêneros na Literatura, o mais adequado não é partir de modelos abstratos, mas da forma como a obra se desenvolve materialmente, concretamente. Para esse teórico, o mais importante parece ser a observação de *como*, de fato, a Literatura ocorre.

Costa Val (1997) apresenta, por fim, a terceira vertente, que confere grande relevância à atividade social no que tange ao fenômeno da linguagem. Nos estudos linguísticos mais recentes, é esta a vertente que encontra mais adeptos: percebe-se, na atualidade, uma convergência em considerar a língua como lugar de interação, como mediadora e, ao mesmo tempo, como resultado de atividades sociais. Os gêneros, então, se organizam *para a enunciação* e são simultaneamente organizados *por ela*, em um processo de mútua

dependência. De acordo com esse pensamento, a natureza da linguagem – e, conseqüentemente, da língua e dos gêneros – não está apenas em sua forma, mas também em sua função de intermediar as atividades humanas, isto é, sua função comunicativa. Sob esse viés teórico, a língua não se constitui apenas como um *sistema*, como postula o estruturalismo de Saussure (2002), mas como *sistematização*, pois a norma – em seu sentido coseriano² – está em constante (re)ajuste ao movimento sociocultural das comunidades.

Ramires (2005) discute três abordagens que constituem a base do quadro teórico contemporâneo acerca dos gêneros textuais, isto é, a autora analisa estudos que podem ser enquadrados no terceiro grupo apresentado por Costa Val (1997). A primeira delas é a visão de Mikhail Bakhtin que, apesar de publicada postumamente na então União Soviética em 1979, transpôs os limites do leste europeu somente mais tarde, servindo de ponto de partida para discussões subsequentes. A segunda abordagem é a da escola norte-americana, que pode ser representada por teóricos como Carolyn Miller, John Swales e Charles Bazerman. Por fim, a autora expõe o trabalho do grupo de Genebra, que trouxe grandes contribuições ao estudo dos gêneros por meio de pesquisadores como Jean-Paul Bronckart, Bernard Shneuwly e Joaquim Dolz. A seguir, comentaremos as linhas gerais de cada uma dessas abordagens.

O conceito matriz de gênero foi postulado por Bakhtin (2003 [1979]), como sendo representado por combinações maleáveis das formas textuais, determinadas conforme a flexibilidade social. De acordo com esse teórico, a diversidade de tipos de atividades humanas conduz à variedade de espécies de produções verbais, ou seja, de gêneros:

[...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p. 262, grifos do autor).

Salientamos que, ao que Bakhtin (2003) chama “gêneros do discurso” ou “gêneros discursivos”, equivale o que neste trabalho denominamos *gêneros textuais*. Assim como Marcuschi (2000, f. 7), adotamos essa denominação para manter uma “simetria

² Segundo Coseriu (1973, 1980), dentre as diversas possibilidades abertas pelo sistema linguístico, os falantes elegem aquela que será mais comumente utilizada, ou seja, elegem uma norma, uma forma para ser considerada *normal*. Enquanto a norma contém o que é de fato realizado no ato concreto da fala, o sistema contém a abstração das formas linguísticas possíveis. De acordo com o autor (1973, p. 55-56), “[...] há elementos que não são únicos ou ocasionais, e sim sociais, isto é, normais e repetidos na fala de uma comunidade [...]” (Grifos nossos; tradução nossa). Assim, norma é tudo aquilo que, no uso, é fato tradicional, comum aos falantes de determinado grupo.

terminológica” com *tipo textual*, termo já bastante consensual na literatura e cujo conceito será também abordado neste capítulo.

Os enunciados surgem para mediar as atividades humanas realizadas dentro de uma comunidade. Por serem recorrentes, essas atividades acabam por elaborar *tipos*³ *relativamente estáveis de enunciados*. A comunicação – razão de ser dos enunciados – só é possível graças a essa relativa estabilidade, que coordena, dentro de certos limites, a materialização do discurso em texto concreto, além de consagrar maneiras de raciocínio e de compreensão da realidade por parte dos integrantes de uma mesma comunidade.

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos). [...] Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna. [...] Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras [...] isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala. (BAKHTIN, 2003, p. 282-283, grifos do autor).

Quando uma criança – ou até mesmo um estrangeiro – aprende a falar, aprende também o funcionamento dos gêneros, já que os enunciados invariavelmente se organizam conforme determinado gênero. Tanto a criança quanto o estrangeiro devem apreender, além do idioma, os modelos norteadores da comunicação em cada campo de atividade humana dentro daquela sociedade, ou seja, a maneira como a língua deve ser empregada nas mais variadas situações. Assim, os processos de socialização e de inserção na realidade cultural somente se dão por meio desses modelos, os gêneros textuais. Por isso, o autor afirma que se os gêneros não existissem e os falantes fossem obrigados a estabelecê-los a cada nova enunciação, a comunicação seria impraticável.

Bakhtin (2003) propõe a separação dos gêneros em dois grupos: o dos primários e o dos secundários. Na categoria dos gêneros primários, estão os mais simples, que apresentam vínculo imediato com a realidade concreta. Os secundários são gêneros que se compõem com base em gêneros primários, sendo, por isso, mais elaborados do que estes. No grupo dos secundários encontram-se aqueles não espontâneos, que surgem em contextos culturais mais

³ É fundamental que se tenha em mente que os “tipos de enunciados” de Bakhtin (2003) não coincidem com as “sequências textuais” de Adam (1992, *apud* Bonini, 2005) e nem com os “tipos textuais” de Marcuschi (2002). Na verdade, conforme Rodrigues (2005, p. 164), Bakhtin propõe uma “[...] tipificação social dos enunciados que apresentam certos traços (regularidades) comuns, que se constituíram historicamente nas atividades humanas, em uma situação de interação relativamente estável, e que é reconhecida pelos falantes.” Em outras palavras, os “tipos de enunciados” equivalem aos gêneros textuais.

complexos e que desvinculam os primários da realidade concreta. Como exemplos de gêneros primários, temos as cartas privadas, os bilhetes e a conversa entre amigos; como exemplos de gêneros secundários, citam-se as pesquisas científicas, os textos jurídicos, os discursos políticos e os diálogos entre personagens de um romance. Cabe advertir que essa divisão não equivale a uma proposta tipológica classificatória; ela apenas situa as formas discursivas de acordo com as atividades enunciativas em que se organizam os textos orais e escritos.

Segundo Bakhtin/Voloshinov (1986, p. 127), a língua pressupõe um ininterrupto processo evolutivo “[...] que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*”⁴. Segundo o autor, essa evolução se dá pelo uso concreto da linguagem, pois a substância da língua está na interação verbal, na enunciação. Com base na visão de linguagem como prática social, Bakhtin (1999, *apud* Ramires, 2005) postula dois conceitos importantes para sua teoria: a interação verbal e o dialogismo interacional, ambos abrigando questões pragmáticas.

De acordo com o primeiro conceito, o meio social que envolve os indivíduos no momento da enunciação é o núcleo organizador da expressão, e os papéis sociais de cada interlocutor no jogo discursivo definem o uso da palavra. Esse uso varia conforme fatores pragmáticos: a quem o indivíduo se dirige (a um superior ou a um igual), onde se encontram os interlocutores (em um ambiente mais ou menos formal), etc. A palavra, então, resulta do modo como a interação funciona em determinadas circunstâncias.

O dialogismo interacional diz respeito às “duas faces da palavra”: ela é emitida por alguém e se dirige a outro indivíduo, de quem se espera certa atitude responsiva. Por isso, as características dessa “palavra emitida” não partem somente da vontade de um emissor. O discurso envolve escolha do gênero e do estilo, ou seja, dos recursos linguísticos e é, na verdade, moldado em vista da imagem que se faz do outro, a quem se dirige a palavra. Nesse sentido, a linguagem torna-se polifônica, resultante da interação de diversas vozes ideológica e socialmente determinadas.

Apesar da primazia do aspecto social no estudo dos gêneros textuais, a escola norte-americana, em vez de abandonar o formalismo que buscava somente as semelhanças linguísticas entre os textos, procura relacioná-los aos fatores pragmáticos. Carolyn Miller (1994, *apud* Ramires, 2005) busca compreender como se articulam traços situacionais e formais nos gêneros. A autora admite que uma abordagem que privilegie o aspecto social dos gêneros não dá espaço a classificações tipológicas. Segundo ela, os gêneros adquirem sua significação no contexto, variando conforme a situação em que se inserem, pois funcionam

⁴ Grifos do autor.

como resposta a essas situações. Além disso, na sua análise, o “[...] gênero serve como a chave para compreender como participar das ações em comunidade [...]” (RAMIRES, 2005, p. 52), o que retoma a idéia de Bakhtin (2003), que confere ao gênero um caráter socializante. Desta forma, dominar uma língua implica não apenas dominar seu léxico e seus sistemas sintático e fonético, mas também saber *como* agir discursivamente, ou seja, implica dominar os gêneros. À comunicação se faz imprescindível o uso e o (re)conhecimento dos gêneros. Existe, portanto, um caminho circular, em que o gênero é construído na/pela sociedade, enquanto ele mesmo contribui para a construção/manutenção desta.

Conforme Carvalho (2005), Miller estabelece a noção de “situação retórica”, que leva em consideração tanto o contexto discursivo como também os efeitos pretendidos e percebidos pelos interlocutores, pois, segundo a autora, a intenção dos participantes do discurso é um dos componentes basilares da situação. Essas “situações retóricas”, por serem recorrentes, são tipificáveis, podendo culminar no surgimento de gêneros. A identificação destes, portanto, não se apoia na similaridade formal entre textos, mas em ações praticadas recorrentemente. “Este processo de tipificação baseado em recorrência explica a natureza convencional do discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto em sua substância⁵.” (CARVALHO, 2005, p. 133). Vale lembrar que os interlocutores não produzem uma cópia do discurso anterior e recorrente, pois as situações são equivalentes, mas não idênticas e, por isso, trazem exigências discursivas peculiares.

Desta forma, para Miller (1994a, *apud* Carvalho, 2005), gêneros são categorias discursivas convencionadas a partir de ações retóricas tipificadas que, ao fundirem forma e conteúdo, constituem a cultura de uma comunidade, isto é, o conjunto das maneiras de agir em uma determinada sociedade. Com base nisso a autora conclui que gênero é ação social, pois é ele o elo entre o indivíduo e a comunidade: ele é o meio pelo qual a ação comunicativa pode se estabelecer.

Ainda na escola norte-americana, John Swales (1990, p. 58) destaca a produção de textos semelhantes em situações discursivas similares, organizados de forma a cumprir um determinado propósito comunicativo. O autor considera que um gênero “[...] comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes.”⁶ Tais propósitos moldam “[...] the schematic structure of the discourse and

⁵ O termo “substância”, no caso, refere-se ao conteúdo veiculado pela enunciação.

⁶ “[...] engloba uma classe de eventos comunicativos cujos membros partilham de determinado conjunto de propósitos comunicativos.” (Tradução nossa).

influences and constrains choice of content and style.”⁷ Em contrapartida, os gêneros acabam por servir como pistas para se reconhecerem as atividades humanas, as ações sociais e os contextos institucionais em que os textos se inserem. Desta maneira, os gêneros textuais podem auxiliar na produção e também na interpretação dos textos.

A proposta de Charles Bazerman (2006a, 2006b) apresenta alguns pontos de contato com o pensamento de Bakhtin. Segundo o norte-americano, para cada campo de atividade há um conjunto de gêneros típicos, recorrentes e, por isso, facilmente reconhecíveis pelos interlocutores. Esses gêneros funcionam como modelos, padronizações do comportamento linguístico. Desta maneira, as escolhas quanto ao gênero são pautadas pelas situações comunicativas e configuram a organização textual de acordo com o modelo, ou seja, com aquilo que é recorrente.

Gêneros não são apenas formas. [...] São *frames* para a ação social. [...] São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros [...]. (BAZERMAN, 2006b, p. 23).

Dentro dessa perspectiva, o texto é um instrumento de ação social e sua organização está sujeita a enquadramentos socialmente definidos. Nesse aspecto encontramos mais uma semelhança com a teoria bakhtiniana, pois a estabilidade dos modelos, segundo com Bazerman (2006a, 2006b), também é apenas relativa.

Uma das mais marcantes características da abordagem de Bazerman (2006a) é a compreensão dos gêneros como responsáveis por estabelecer fatos sociais e não apenas fatos linguísticos. Os fatos, realizáveis por meio de gêneros, são as verdades com base nas quais as sociedades se consolidam. Eles são as bases de uma cultura.

Cada texto bem sucedido cria para seus leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou *gêneros*, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. (BAZERMAN, 2006a, p. 22, grifos do autor).

Não detalharemos, neste trabalho, a teoria dos Atos de Fala⁸. Mas, resumidamente, e no que tange às considerações de Bazerman (2006a), lembramos que os atos se referem,

⁷ “[...] a estrutura esquemática do discurso e influenciam e restringem a escolha de conteúdo e estilo.” (Tradução nossa).

⁸ Para mais, consultar Searle (1969), em obra intitulada *Speech Acts*.

grosso modo, às reais intenções de um enunciador e às possíveis interpretações por parte de um ouvinte acerca do que foi dito. Assim, os gêneros cumprem também a função de orientar a recepção textual, evitando mal-entendidos, já que moldam os textos e direcionam as expectativas dos ouvintes. Ao seguir padrões comunicativos familiares aos interlocutores, a comunicação se dá de maneira mais ágil, exata e, por isso, mais eficaz. Seguindo esse raciocínio, Bazerman (2006b, p. 28) propõe que os gêneros, por se tornarem parte da interação humana e, inclusive, de sua organização cognitiva, acabam por estabelecer “*habitats*” ideais à ação dos indivíduos.

Os fatos sociais, portanto, se relacionam aos princípios culturais de uma sociedade e se realizam por meio de gêneros textuais. Por exemplo, sabe-se que a função de denunciar criminosos (ou suspeitos) à Justiça é necessariamente realizada, em nossa atual sociedade, pela figura do promotor de justiça, por meio do gênero textual denúncia. O mesmo não se pode garantir quanto a sociedades de outrora, em que, como se pôde constatar em nosso *corpus*, a autoridade para denunciar se via diluída entre diferentes figuras da sociedade brasileira setecentista, e o gênero denúncia não existia sob a forma que o encontramos hoje.

Tanto a escola norte-americana quanto a genebrina se inspiram em Bakhtin, privilegiando o aspecto social, mas sem eliminar de todo o aspecto linguístico dos gêneros. Passando, então, para a escola de Genebra, chegamos ao modelo do interacionismo sociodiscursivo. Esse grupo retoma as idéias do teórico russo ao conceber os gêneros como maleáveis, porém estáveis, pois impõem limites ao discurso e são também definidos por ele: “eles [os gêneros] definem o que é dizível (e, inversamente, o que deve ser dito define a escolha de um gênero).” (SHNEUWLY, 1994, *apud* Ramires 2005, p. 59).

O trabalho de Shneuwly & Dolz, voltado para o desenvolvimento da linguagem de crianças em fase escolar, apresenta, ainda, outros pontos de contato com a proposta bakhtiniana. Entretanto, o que nos é essencial, neste trabalho, é a compreensão apenas das linhas gerais propostas por esses dois autores. Shneuwly & Dolz (1997, *apud* Ramires, 2005) caracterizam o gênero como um conjunto de três elementos: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo. Resumidamente, o primeiro elemento diz respeito às informações que podem ser veiculadas por meio de gêneros. A estrutura refere-se aos traços comunicativos e semióticos relacionados a um determinado gênero textual e o estilo, por seu turno, às escolhas linguísticas do enunciador a partir de sua posição enunciativa e das sequências textuais elementares ao gênero. Desta forma, pode-se depreender que, para os autores, uma situação comunicativa aciona, simultaneamente, elementos linguísticos, cognitivos e sociais.

Outro teórico importante desse grupo de estudiosos é Jean-Paul Bronckart. Seu trabalho busca descrever o comportamento humano com base nas relações de interdependência entre aspectos linguísticos, cognitivos, sociais, históricos, culturais, etc. Bronckart (2006, p. 122) defende a linguagem não apenas como um meio para a expressão semiótica mas também como instrumento que estabelece e organiza processos psicológicos como a cognição e a emoção humanas, num processo que o autor chama de “semiotização de um psiquismo primário, herdado da evolução”. Dentro do quadro interacionista social, entende-se por “evolução” tanto o avanço das significações sociais e da cultura como também o desenvolvimento biológico e cognitivo da espécie humana, retomando a dinâmica da teoria darwinista.

Nesse quadro, tem-se que a linguagem, vista como instrumento socialmente estabelecido, é fundamental para que o pensamento possa se configurar: “[...] não é possível a existência de um ‘pensamento puro’ que refletiria a verdade do mundo; não há pensamento a não ser como produto de um ato assertivo proveniente de práticas discursivas.” (BRONCKART, 2006, p. 135).

As enunciações se realizam por meio de textos que, segundo Bronckart (1999), constituem-se em um determinado tempo e espaço, pautados pelas situações discursivas e distribuídos em gêneros. Ele postula que não é possível enumerar com precisão quantos são os gêneros em uma sociedade e nem definir seus limites, pois os gêneros se constroem e se reconstroem constantemente, adaptando-se às ilimitadas práticas de linguagem e às necessidades de uma sociedade. Portanto, classificações tipológicas se tornariam parciais, já que se costumam basear em critérios também pouco delimitáveis, inexatos e que mantêm relações entre si, como o suporte, o conteúdo temático, os aspectos cognitivos, etc.

[...] a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma *nebulosa*, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjuntos de textos com contornos vagos e em intersecção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes). (BRONCKART, 1999, p. 74, grifo do autor).

Assim, o interacionismo sociodiscursivo não se dedica a classificar formalmente os textos em gêneros, mas a analisá-los de maneira a identificar suas funções nas ações de linguagem para, então, compreender como a produção e a interpretação de textos podem atuar sobre os indivíduos e os fatos sociais.

De acordo com Bronckart (2006), o pensamento consciente dos sujeitos se organiza ao longo da convivência em sociedade e do processo educacional, à medida que os indivíduos absorvem uma série valores culturais historicamente construídos dentro de sua comunidade. Nessa perspectiva, a socialização ocorre plenamente quando se dispõe do conjunto de gêneros que circulam na comunidade – ou de boa parte dele. Dominando os gêneros, o indivíduo é capaz de avaliar a situação comunicativa e julgar qual é o gênero mais adequado àquele momento.

Bronckart (2006, p. 140) considera o texto como “unidade comunicativa” que se organiza dentro de um modelo já disponível em uma sociedade – a que ele chama de “modelo indexado” –, com base em recursos linguísticos (léxico e gramática) e com o objetivo de realizar uma ação de linguagem. Ao definir o texto como unidade comunicativa e não como unidade linguística, o autor defende que o *status* de “texto” somente é conferido a um conjunto de unidades linguísticas no momento em que esse conjunto é processado por um leitor/ouvinte, isto é, no momento da comunicação, em que são agentes todos os interlocutores.

O texto é resultado das relações entre esses “modelos indexados” e as representações que os interlocutores fazem da situação comunicativa em que se encontram. Tais relações coordenam as escolhas tanto linguísticas quanto cognitivas na produção/interpretação textual. Os gêneros, por sua vez, são produtos dessas escolhas, “momentaneamente cristalizados pelo uso”. (BRONCKART, 2006, p. 143). O autor, ainda, considera que

[...] na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de gêneros de texto) e que ficam disponíveis no *intertexto*⁹ como modelos *indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores. [...] no nível de um agente particular, a produção de um novo texto empírico deve ser concebida como o resultado de *uma colocação em interface* das representações construídas pelo agente sobre sua situação de ação (sobre os motivos, intenções, conteúdo temático a transmitir, etc.) e das suas representações sobre os gêneros de textos indexados disponíveis no intertexto. Nessa visão, todo novo texto empírico, portanto, é necessariamente construído com base no modelo de um gênero, isto é, ele pertence a um gênero. (BRONCKART, 1999, p. 137-138, grifos do autor).

Nesse aspecto, o analista do discurso francês Dominique Maingueneau (2002) está de acordo com o pensamento de Bronckart, pois postula que todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero. O autor explicita, também, a ideia de que os textos geralmente

⁹ Intertexto, segundo Bronckart (1999, p. 210), é o “[...] conjunto mais ou menos organizado de gêneros de textos elaborados pelas gerações precedentes e indexados a situações-tipo de comunicação.”

apresentam seus constituintes – frases e mesmo partes maiores – encadeados da maneira característica do gênero a que pertencem. Dominar um gênero seria, então, (re)conhecer sua organização textual básica, ainda que essa organização seja, na prática, flexível.

Maingueneau (2002) fala de uma “competência genérica” que, segundo ele, é responsável pela adequação do comportamento linguístico diante da possibilidade de aplicação de diversos gêneros nas múltiplas esferas sociais. Isso retoma o pensamento de Bakhtin ao postular que dominar os gêneros é socializar-se, o que se relaciona também com o que Costa Val (1999) chama de “competência comunicativa”. Maingueneau (2002) explicita o vínculo entre o domínio de muitos gêneros e o poder dentro de uma sociedade. Nessa perspectiva, o desconhecimento dos gêneros está relacionado à marginalização. Isso porque a produção, reprodução e interpretação dos discursos constituintes de uma comunidade dependem da correta aplicação dos gêneros¹⁰.

Além disso, Maingueneau (2002) relembra a função de economia cognitiva – anteriormente postulada por Bakhtin – que o domínio dos gêneros proporciona aos participantes de uma comunidade.

Graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta. Em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar apenas em um número reduzido de elementos. (MAINGUENEAU, 2002, p. 64).

O autor propõe, ainda, que a simples existência dos gêneros não garante o êxito da comunicação. Para tanto, algumas condições precisam ser observadas, tais como a finalidade enunciativa, a localização no tempo e no espaço, o estatuto dos interlocutores, o suporte material e a organização textual. Esses critérios de êxito acabam, indiretamente, servindo como parâmetros para a distinção entre os diversos gêneros disponíveis em uma sociedade. Depreende-se, também, que aspectos linguísticos e sociais, na Análise do Discurso de Maingueneau, encontram-se intimamente ligados.

A condição de finalidade, ainda segundo Maingueneau (2002), refere-se ao fato de que todo gênero visa modificar a situação da qual participa. Isto é, os textos – por meio de seus gêneros – têm por objetivo levar o co-enunciador a uma reação. Em nosso *corpus*, por

¹⁰ Por servir ao reconhecimento de discursos, Maingueneau (2002) emprega a denominação *gênero do discurso*, e não *gênero textual*, como utilizamos nesta pesquisa. De fato, a denominação eleita pelo autor é mais coerente com seu trabalho, que se enquadra na Análise do Discurso, o que não é o nosso caso. Manteremos, portanto, a denominação adotada por Marcuschi (2002).

exemplo, a reação que um promotor de justiça espera do juiz, a partir de uma denúncia, é que este decida sobre o caso após analisar todos os aspectos relevantes.

Essa primeira condição se relaciona diretamente à segunda, que estabelece, para cada espaço e tempo, um gênero mais adequado. Indivíduos socializados, que já dominam as regras de determinada situação e os gêneros que ela exige ou admite, criarão expectativas com relação aos textos que circulam naquele espaço e tempo. Caso algo corra “fora do esperado”, os participantes da situação discursiva poderão reagir de diferentes maneiras.

Tomemos como exemplo o gênero piada. Se a piada for contada em um velório ou durante uma reunião de negócios, as reações dos interlocutores podem ser opostas. É importante lembrar que a “transgressão” somente será percebida – e as reais intenções do “transgressor” poderão talvez ser recuperadas – se os ouvintes dominarem as regras (ainda que relativas) que determinadas situações espaço-temporais prescrevem. No caso de uma piada contada em um velório, os co-enunciadores podem considerar desrespeitosa essa ação, dado que, dentro de nossa cultura, a morte não é encarada como uma situação discursiva que dá espaço ao riso. Já no caso de a mesma piada ser contada em uma reunião de negócios, o efeito poderá ser benéfico, descontraindo os participantes por um instante.

O terceiro critério de êxito exige que a produção linguística leve em consideração as características sociais e pessoais dos interlocutores. Assim, um professor universitário, por exemplo, ao ministrar aulas a calouros, deve empregar uma linguagem mais acessível, com menor incidência de termos técnicos; no entanto, esse mesmo professor poderá utilizar a terminologia técnica com um grau menor de restrições em aulas para alunos mais avançados.

Além disso, o autor deixa claro que, entre o gênero e seu suporte, há uma relação intrínseca, visto que o texto é inseparável de seu modo de existência material. Mudando-se o suporte, muda-se também o gênero. Não detalharemos essa questão, também discutida por Marcuschi (2003) no que tange aos livros didáticos, mas ilustramos o assunto por meio do seguinte exemplo: um endereço completo, com o nome de uma pessoa, rua, número, bairro, cidade, CEP e país, anotado em um caderno de contatos pode ser classificado como amostra do gênero agenda. O mesmo texto, se escrito na frente de um envelope selado, deixa de ser item de uma agenda, passando a cumprir a finalidade de informar ao carteiro o local onde aquele envelope deve ser entregue.

A organização do texto, última condição de êxito levantada por Maingueneau (2002), refere-se ao objeto de estudo da Linguística Textual, ou seja, os diferentes modos de encadeamento dos constituintes de um texto. Esse aspecto será mais bem apresentado a seguir, quando comentarmos a respeito da abordagem de Jean-Michel Adam.

Maingueneau (2004) propõe, então, uma divisão dos gêneros em dois grupos: o dos gêneros conversacionais e o dos gêneros instituídos. Os conversacionais são aqueles definidos no momento da enunciação, quando os interlocutores negociam entre si suas estratégias comunicativas. É o que ocorre durante uma conversa, por exemplo.

Os instituídos são gêneros menos livres, mas, mesmo assim, dentro desse grupo Maingueneau separa um subgrupo que também não se submete a modelos rígidos. São os gêneros que ele chama de “autorais”, que são de composição bastante livre e que dependem da memória intertextual dos interlocutores. São textos que não obedecem a uma forma específica e que, muitas vezes, desobedecem às normas com a intenção de causar efeitos de humor, ironia, etc. De acordo com o autor, apesar das expectativas estabelecidas nos interlocutores pelo caráter comumente ritualístico dos gêneros, essas variações são inevitáveis. Pode-se dizer, inclusive, que certas variações é que são as verdadeiras responsáveis pela eficácia das interações sociais, cumprindo a intenção real do locutor que conta uma piada, por exemplo.

Além disso, Maingueneau (2004) vê a construção textual como um fenômeno de co-autoria, de parceria entre os interlocutores, que recebem, nessa perspectiva, o *status* de co-enunciadores. Portanto, um leitor/ouvinte deve dispor de saberes a respeito do texto – e do gênero – para de fato lê-lo. Para cumprir sua função textual, o texto precisa de um leitor. Este, no papel de co-enunciador, parte de sua própria experiência e das marcas linguísticas encontradas no texto para reconstruir o sentido: um texto se constitui como tal somente quando o leitor identifica nele uma carga semiótica. O sentido, então, não se encontra simplesmente na microestrutura do texto, mas resulta da combinação entre o linguístico e o pragmático, em um processo de co-construção.

Texto, para Maingueneau (1991, *apud* Furlanetto, 2005, p. 261), é constituído por um conjunto de enunciados que obedecem “[...] a certas condições de organização, uma vez que são formulados em contexto institucional que estabelece balizas para a sua enunciação”. As instituições sociais determinam o comportamento dos enunciadores conforme as circunstâncias e os destinatários. É por isso que se podem encontrar gêneros mais e menos ritualizados dentro de uma mesma comunidade. Assim, os gêneros, que coordenam a enunciação, funcionam como reflexo das características históricas, culturais e tecnológicas da sociedade em que circulam ou em que outrora circularam.

Quanto à distinção terminológica entre gênero *discursivo* (ou *do discurso*) e gênero *textual* (ou *de textos*), entendemos que se trata de uma mudança de foco e, portanto, uma diferença metodológica. A primeira formulação inclui os gêneros em grupos maiores, que são

os discursos; a segunda assinala nos gêneros os processos que se devem desencadear no momento de produção e interpretação de textos. Rojo (2005) considera que o analista bakhtiniano busca a significação temática com base em marcas linguísticas e aspectos sócio-históricos da enunciação, dirigindo sua atenção à vontade enunciativa dos locutores e ao valor conferido a seus interlocutores e aos temas envolvidos na enunciação. Já os estudiosos dos gêneros textuais, segundo a autora, procuram descrever a face material/linguística e funcional/contextual dos textos, não restando muito espaço à significação. Conforme Marcuschi (2002),

[...] deve-se ter o cuidado de não confundir texto e discurso [...]. Pode-se dizer que texto é uma entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. (MARCUSCHI, 2002, p. 24).

Neste trabalho, conforme mencionado anteriormente, adotamos o termo *gênero textual*, para manter, como Marcuschi (2000), uma “simetria terminológica” com *tipo textual*. Entretanto, não perderemos de vista o entorno social que intervém na realização de um texto. Retoma-se, aqui, o pensamento de Bronckart (2006), de que o texto não constitui uma unidade linguística, mas uma unidade comunicativa. Deve-se, portanto, ao se analisarem textos, descrever tanto sua dimensão linguística quanto os fatores extralinguísticos que influenciam em sua produção. Deve-se adotar, conforme Coutinho (2005), um percurso descendente, tendo-se as atividades humanas como ponto de partida; em seguida, os gêneros e os textos empíricos, e só então as unidades linguísticas que constituem os textos que representam um gênero. Subscrevemos a proposta de Marcuschi, mas sem desconsiderar as contribuições de outros teóricos, especialmente Bakhtin e Bazerman, conforme se verá na seção seguinte.

2.2 Gêneros e tipos textuais

Cada situação discursiva dispõe de manifestações linguísticas típicas. As manifestações se organizam em textos orais ou escritos, que podem ser identificados a partir de suas características formais e funcionais, como pertencentes a diferentes gêneros textuais. Forma, função e gênero são, na verdade, conceitos interdependentes que se estabelecem de acordo com os contextos sócio-históricos e situacionais em que se realiza um texto.

Bronckart (1999, p. 138-139) afirma que os textos, independentemente do gênero a que pertençam, são formados por segmentos regulares quanto à organização da linguística, configurando produções específicas. A esses segmentos o autor dá o nome de “tipos de discurso” e frisa que, por serem dependentes dos finitos recursos morfossintáticos das línguas, existem em pouca variedade, mas que, por outro lado, como são modificáveis pelos usuários, apresentam também sua face ilimitada.

É importante ressaltar que os “tipos de discurso” de Bronckart (1999) não equivalem diretamente ao conceito de “tipos textuais” de Marcuschi (2002) – que adotamos nesta pesquisa – apesar de essas duas visões oferecerem alguns pontos em comum. Enquanto Marcuschi (2002) apresenta cinco tipos textuais, conforme veremos a seguir, Bronckart (1999) propõe o discurso interativo, o discurso teórico, o relato interativo e a narração, conceitos que, na prática languageira, se relacionam a quatro mundos discursivos – mundo do expor implicado, mundo do expor autônomo, mundo do narrar implicado e mundo do narrar autônomo –, compondo uma interessante teoria que não detalharemos nesta dissertação.

O importante é que não se devem confundir tipos textuais e gêneros textuais. Marcuschi (2002) traz uma definição desses conceitos, de onde se depreende que tipos são classificações formais de textos, com base em critérios linguísticos, e os gêneros relacionam-se a critérios funcionais, isto é, ao efetivo uso da língua em observância às condições pragmáticas das interações sociais:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2002, p. 22-23, grifos do autor).

O autor explica que, enquanto os tipos textuais são poucos, os gêneros textuais são praticamente infinitos, pois são responsáveis por todas as funções sociocomunicativas, possibilitando a ação de indivíduos em uma determinada sociedade. “Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.” (MARCUSCHI, 2002, p. 29).

O *corpus* selecionado para esta pesquisa contempla apenas a modalidade escrita e é composto de seis gêneros textuais: *carta pessoal, carta comercial, e-mail comercial, carta-denúncia, denúncia* e *artigo científico*. A título de ilustração, citam-se outros exemplos de gêneros: *bula de remédio, telefonema, romance, contrato de compra e venda, conversa ao vivo, resenha, certidão de casamento, reportagem, entrevista, aula expositiva, manual de instruções de um eletrodoméstico, edital de licitação pública, palestra, formulário, etc.*

O tipo textual consiste em um conjunto de traços linguísticos que formam sequências dentro de um texto. Em outras palavras, os tipos se formam a partir de conjuntos de aspectos lexicais e sintáticos, como o uso de determinados tempos e modos verbais, que caracterizam as sequências tipológicas. Então, quando se classifica um texto como argumentativo, não se está tratando de gênero, e sim de tipo textual, ou seja, do tipo de sequência que predomina nesse texto.

Os textos são formados, portanto, por sequências de tipos textuais. Os tipos listados por Marcuschi (2002, p. 23), são apenas cinco: *argumentação, exposição, injunção, narração* e *descrição*. Para chegar a essa tipologia, o autor toma por base o trabalho de Werlich, esquematizado em Marcuschi (2002, p. 28) e em Bonini (2005, p. 212) da seguinte maneira:

1) Argumentação:

- cognitivamente, envolve o processo de julgamento, juízo de valor acerca de um tema;
- relaciona os diferentes conhecimentos a respeito do tema;
- é comum o emprego do verbo *ser* com a finalidade de atribuir qualidades ao tema;
- exemplo¹¹: Uma possibilidade de minimizar a ação da cera é usar espalhante adesivo e/ou óleo mineral ou vegetal. O óleo vegetal emulsionável, além do efeito de espalhante adesivo, auxilia na penetração da calda em pequenos interstícios. Outro efeito é o molhante, uma vez que esses produtos possuem afinidade com as ceras, além do efeito inseticida. (Artigo científico 02, período contemporâneo.)

2) Exposição:

- envolve o processo de expor realidades e conceitos, e compreendê-los;

¹¹ Os exemplos foram retirados do *corpus* desta pesquisa.

- pode ser construída por composição (ou síntese), em que se destacam os constituintes de um fenômeno;
- pode, também, estabelecer-se por decomposição (ou análise), em que o fenômeno representa a dimensão geral, recebendo destaque, enquanto seus constituintes preenchem os aspectos particulares do todo;
- exemplo: O Brasil é o maior produtor mundial de citros, arrecadando cerca de 1,5 bilhão de dólares com exportação de suco concentrado e produtos afins (ABECITRUS, 2004). O país, porém, enfrenta problemas com a qualidade e sanidade da cultura, reduzindo significativamente a produção. (Artigo científico 03, período contemporâneo.)

3) Injunção:

- espera-se uma determinada atitude por parte do receptor;
- normalmente, há verbos no modo imperativo, mas o uso do modo indicativo também é possível;
- exemplo: Peço-lhe para colocar títulos e linhas finas nas matérias do caderno Jurídico. OK? E, enfim, dê uma olhada geral no projeto, e sugira as mudanças que achar necessárias. OK? (E-mail comercial 64, período contemporâneo.)

4) Narração:

- indica uma ação ou sequência de ações;
- é comum o uso de verbos no tempo passado;
- cognitivamente, a percepção volta-se para o tempo;
- exemplo: Embarcámos no Rio ao meio dia a bordo mas o navio só zarpou às 4 da tarde. Enquanto isso tomámos conhecimento com êle e pudemos ver que o ambiente está o melhor possível, muita gente de B.H. (Carta pessoal 03, período contemporâneo.)

5) Descrição:

- ocorre o detalhamento de um objeto-tema;
- cognitivamente, a percepção centra-se no espaço;
- é comum a presença de verbos estáticos no presente ou no pretérito;

- exemplo: Fundado em 1955, por cirurgiões-dentistas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, o Centro de Estudos Odontológicos do IPSEMG é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica própria, de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, com sede e foro em Belo Horizonte. (E-mail comercial 08, período contemporâneo.)

Não se deve, entretanto, considerar que existam marcas textuais exclusivas de determinado tipo textual. Não é rara a associação, por exemplo, do pretérito perfeito do indicativo ao tipo narrativo. De fato, esse é um tempo verbal bastante comum nesse tipo textual, mas é importante observar que tal tempo também ocorre em outros tipos, não sendo exclusivo da narração.

Jean-Michel Adam (1992, *apud* Bonini, 2005) procura exatamente descrever as operações que regulam o funcionamento de unidades textuais como os tipos e, para isso, estabelece uma tipologia da estrutura sequencial prototípica dos textos. Esse autor assume que a produção textual se deve, em parte, a processos cognitivos que envolvem o que ele chama de sequências textuais.

As sequências, conforme Adam (1992, *apud* Bonini, 2005), são recursos cognitivos imprescindíveis à comunicação textual. Entretanto, seu estabelecimento e emprego não se devem apenas a faculdades mentais mas também à recorrência de seu uso nas práticas discursivas. As atividades humanas selecionam os gêneros e estes elegem, frequentemente, as mesmas espécies sequenciais. Essas sequências textuais, por seu turno, acabam por caracterizar aquele gênero e, por isso, passam a ser típicas em determinadas situações discursivas. Cabe ressaltar que esse processo não é obrigatório, e que, muitas vezes, podem-se encontrar gêneros extremamente heterogêneos.

O autor propõe cinco categorias de sequências textuais: narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo. Essas cinco estruturas representam um paradigma, mas, da mesma maneira que os gêneros, elas também estão sujeitas à heterogeneidade. Assim, uma sentença que, fora de contexto, poderia ser considerada expositiva pode assumir função argumentativa quando fizer parte de uma sequência argumentativa.

A seguir, caracterizaremos, resumidamente, as sequências textuais de Adam (1992, *apud* Bonini, 2005). Chamamos a atenção para o fato de que, comparando-as com os tipos textuais de Marcuschi (2002), pode-se perceber que se tratam de categorias bastante semelhantes:

1) Sequência Narrativa

- ocorre uma sucessão de eventos, obedecendo-se a uma ordenação em que espaço e tempo não se apresentam de maneira estática;
- há unidade temática: um fato se realiza em torno de um personagem principal, individual ou coletivo;
- após a ocorrência dos fatos narrados, há uma transformação nos personagens, como resultado do ocorrido;
- narra-se um processo com princípio, meio e fim. No princípio e no fim, as realidades estão em equilíbrio. Na metade do processo há a complicação, as (re)ações e a resolução. É nesse momento intermediário que ocorre o desequilíbrio, ou seja, o fato propriamente a ser narrado;
- no fim, pode haver uma moral, que normalmente é uma reflexão sobre o fato.

2) Sequência Argumentativa

- tem o objetivo de persuadir, modificando a visão do outro sobre determinado objeto;
- contraposição de enunciados por meio de operadores argumentativos, como as conjunções adversativas;
- o primeiro enunciado é um argumento, elemento explícito de sustentação, onde se encontram dados, premissas ou uma tese já conhecida. O segundo enunciado contém a conclusão, que deve constituir uma nova tese. Entre o argumento e a conclusão está o *topos*, que se configura em um dado implícito. É ao *topos* que se opõe o operador argumentativo. Por exemplo, na sentença “*Fui a uma festa ontem, mas não me diverti.*”, o argumento seria “*Fui a uma festa ontem*”; a conclusão, “*Não me diverti*”; e, o *topos*, “*Festas são eventos em que as pessoas se divertem.*”

3) Sequência Descritiva

- é estabelecido um tema-título e ele é dissecado à medida que cada um de seus aspectos é colocado em evidência;
- é possível o estabelecimento de relações, comparações e metáforas acerca do tema, o que pode conferir à descrição um tom até mesmo argumentativo;
- é comum que o espaço e o tempo sejam representados de maneira estática, embora isso não seja uma exigência do tipo textual descritivo;

- Adam (1992, *apud* Bonini, 2005) coloca neste grupo sequências que prescrevem comportamentos (como as “injuntivas”, na proposta de Marcuschi (2002)) e também as que expõem situações, processos (as “expositivas” de Marcuschi (2002)).

4) Sequência Explicativa

- conectar fatos por meio de relações causais;
- é também chamada “expositiva”, embora Adam (1992, *apud* Bonini, 2005) prefira enquadrar as sequências que, neste trabalho, chamamos de “expositivas” no grupo das descritivas;
- visa responder às questões *como?* e *por quê?*

5) Sequência Dialogal

- é poligerada – construída por mais de um interlocutor – mas, mesmo assim, não deixa de representar uma unidade textual;
- compõe-se de uma alternância de turnos conversacionais, coordenados de forma hierarquizada e ricos em elementos dêiticos;
- desdobra-se em sequências fáticas e transacionais. As fáticas apenas abrem e encerram a interação; as transacionais são o corpo da interação propriamente dito: pergunta/resposta, comentários, acordo/desacordo, etc.

Apesar de alguns teóricos criticarem Adam por este desconsiderar questões pragmáticas importantes, o autor, conforme Bonini (2005), deixa clara a interferência das práticas sociais de linguagem na composição dos textos. Segundo ele, a restrição de seu estudo aos aspectos linguísticos é apenas de ordem metodológica, não pressupondo necessária independência entre aspectos linguísticos e extralinguísticos.

Dentre os diversos módulos norteadores da produção textual, Adam (1999, *apud* Coutinho, 2005) elege a sequencialidade do texto como seu objeto de estudo, e a considera como um dos fatores relevantes no processo enunciativo. Entretanto, o autor reconhece que, desde a década de 1980, a própria Linguística Textual se aproxima da Análise do Discurso, visto que passa a observar, também, fatores contextuais como a intencionalidade e a aceitabilidade dos textos. Para que a comunicação seja possível, Adam evidencia a interferência dos conhecimentos de mundo que os interlocutores precisam acionar além das estruturas linguísticas prototípicas. Mesmo assim, o trabalho de Adam dirige seus esforços

aos aspectos linguísticos, em detrimento dos componentes pragmáticos e discursivos da comunicação.

Os gêneros, na perspectiva de Adam (1997, *apud* Bonini, 2005), são categorias ao mesmo tempo empíricas e prototípicas, modeladoras dos enunciados. Os gêneros acabam por eleger as sequências, os tipos de texto que figurarão em um enunciado e, portanto, não parece correto afirmar que Adam desconsidere totalmente aspectos pragmáticos. Prova disso é esta colocação de Bonini, referindo-se à teoria desse autor: “[...] os gêneros são entendidos como componentes da interação social e as sequências, como esquemas em interação dentro do gênero. [...] as sequências se realizam nos gêneros mediante pressões de ordem discursivo-genérica (ocorrendo, então uma configuração pragmática).” (BONINI, 2005, p. 215).

Um texto pertencente a um gênero poderá apresentar diferentes sequências tipológicas ou tipos textuais¹². O texto pode ser – e normalmente é – tipologicamente heterogêneo sem abandonar seu rótulo, ou seja, mantendo sua função sociocomunicativa. Num romance, por exemplo, há narração, descrição, etc., sem que a obra deixe de ser um romance.

Essa heterogeneidade tipológica não resulta necessariamente em um gênero híbrido. O hibridismo ocorre quando um texto apresenta características formais, ou seja, sequências textuais típicas de um gênero *x*, mas exerce as funções sociocomunicativas de um gênero *y*. O hibridismo ocorre no nível do gênero e não no do tipo textual e tem a função de produzir determinado efeito no leitor/receptor. De acordo com Marcuschi (2005), a união somente ocorre entre gêneros já existentes e que, em situações comunicativas do dia-a-dia, mesclam-se naturalmente.

Alguns gêneros parecem permitir mais facilmente o hibridismo; outros, mais rígidos, não abrem tanto espaço ao fenômeno. Crônicas e textos publicitários, por exemplo, podem ser bastante híbridos. Em contrapartida, gêneros que circulam na esfera das instituições públicas – como, por exemplo, uma denúncia escrita por um promotor de justiça – apresentam traços formais e ritos mais estáveis do que outros gêneros. O mais adequado, na verdade, é falar em graus de genericidade de textos. Um texto terá maior grau de genericidade quanto mais se aproximar do protótipo, ou seja, apresentar mais características típicas do gênero em que se enquadra funcionalmente.

¹² Essa visão acerca da relação entre tipos e gêneros textuais não é unânime. Travaglia (2002), por exemplo, propõe uma concepção diferente desta, pois considera que “um tipo pode apresentar vários subtipos e gêneros” e, como exemplo, cita que no tipo narração podem-se encontrar os gêneros ata, reportagem, biografia, etc. Esse autor propõe quatro tipos: narração, descrição, dissertação e injunção. Essa proposta, de certa forma, retoma a de Adam, que admite gêneros narrativos, descritivos, etc.

A noção de gênero vem envolta num conjunto relativamente extenso de parâmetros para observação, tendo em vista a complexidade do fenômeno que envolve aspectos linguísticos, discursivos, sócio-interacionais, históricos, pragmáticos, entre outros [...]. Em alguns casos, são mais rígidos na forma e em outros mais rígidos na função. (MARCUSCHI, 2005, p. 22).

Segundo Medeiros (2006, p. 1814), “[...] o que se pode é atribuir uma ou várias funções sociais a um determinado gênero.” A autora ressalta que, mesmo assim, toda classificação é um recorte artificial de fenômenos naturais, uma abstração que não é exaustiva e definitiva. Não se sabe com exatidão quantas funções sociais trabalham em um mesmo texto. Assim, o que determina se um texto realmente pertence a um gênero ou a outro é a sua função social e comunicativa, ou seja, seu real uso. Portanto, os estudos dos gêneros não podem visar ao mero agrupamento de textos semelhantes quanto a aspectos formais. O que se deve buscar é a análise da funcionalidade sociocomunicativa dos textos, de vez que a razão de ser de qualquer ato enunciativo é a comunicação. Não apenas as classificações tipológicas formais são interessantes mas também a função dos textos produzidos nas/pelas sociedades.

Estudar os componentes históricos, sociais, culturais e cognitivos dos gêneros passa a ser crucial para o entendimento do funcionamento dos textos. Segundo Dell’Isola (2007),

Gêneros Textuais (doravante GTs) são práticas sócio-históricas que se constituem como ações para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. Por serem fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social; fruto do trabalho coletivo; formas de ação social; modelos comunicativos; eventos textuais, os GTs apresentam características comunicativas, cognitivas, institucionais e linguísticas/estruturais, cuja finalidade é predizer e interpretar as ações humanas em qualquer contexto discursivo, além de ordenar e estabilizar as atividades comunicativas cotidianas. (DELL’ISOLA, 2007, p. 17).

Os gêneros orientam os indivíduos para que eles se comportem de maneiras tipificadas que, quando reincidentes, contribuem para a conformação cultural de uma comunidade. Além disso, atitudes reconhecíveis conduzem a consequências igualmente reconhecíveis, mantendo a ordem social. Entretanto, Bazerman (2006a, p. 39) admite a mutabilidade inerente aos gêneros e sublinha que, apesar de alguns deles apresentarem elementos recorrentes, esses elementos não devem ser tomados como “fins em si mesmos”, pois que há um “trabalho”, uma atividade para a qual aquele texto foi produzido e esta sim é que deve ser a guia para a análise de um texto, já que o é em seu contexto real. Portanto, a maleabilidade conferida em diferentes situações não é suficiente para tirar de um texto o rótulo de um determinado gênero.

Dentre inúmeras teorias acerca dos tipos e dos gêneros textuais, este trabalho escolhe, como pontos de referência principais, as abordagens de Marcuschi e de Bazerman. Esses autores demonstram, com bastante clareza, a impossibilidade de categorizações textuais duradouras, pois o elemento constituinte dos gêneros é a linguagem e ela se transforma constantemente, de forma a acompanhar as mudanças sociais. Por outro lado, os autores defendem que os gêneros impõem limites à produção linguística, restringindo-a e padronizando-a até certo ponto, sem impedir a diversidade de escolhas por parte dos usuários e a consequente evolução dos gêneros. Ambos os autores sublinham que os gêneros constituem, de maneira geral, modelos flexíveis e, ao mesmo tempo, rígidos.

2.3 O caráter evolutivo dos gêneros textuais

Conforme Marcuschi (2000, f. 10), “[...] o estudo dos gêneros textuais, por implicar uma análise de práticas sociodiscursivas, pode servir como um bom momento de revisão das relações entre a história da sociedade, a história da língua e a história tecnológica.” Por estarem atrelados às esferas de ação e interação social, eles se modificam, evoluem, adaptam-se, desmembram-se em outros, surgem e desaparecem consoante às necessidades comunicativas.

[Os gêneros textuais] Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

O autor evidencia o fato de que cada período histórico apresenta seu repertório de gêneros quando lembra que, à medida que os avanços tecnológicos trouxeram a imprensa, o rádio, os aparelhos telefônicos, a televisão, a internet, novos gêneros orais e escritos foram surgindo, remodelando ou substituindo gêneros anteriores de forma a se adequarem a novos suportes e novas realidades comunicativas.

Os “novos” gêneros somente podem surgir porque contam com gêneros anteriores para se desenvolverem sobre suas bases formais e funcionais. Quanto a essa questão, Bazerman (2006a, p. 22) comenta que “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a

organização social. [...] cada texto estabelece condições que, de alguma forma, são levadas em consideração em atividades subsequentes.”

Deve-se frisar que, muitas vezes, os “novos” mantêm a função sociocomunicativa original, apenas se adaptando a novas exigências culturais. Os e-mails comerciais que figuram no *corpus* deste trabalho, por exemplo, conservam a função de mediar negociações comerciais entre duas empresas, função que já se observava em cartas comerciais do século XVIII. Entretanto, como se verá no capítulo VI, a dinamicidade da sociedade contemporânea exige do gênero e-mail comercial um texto mais sintético e direto do que aquele recorrente nas cartas comerciais setecentistas.

A paridade entre a evolução dos gêneros e a história social já havia sido reconhecida por Bakhtin (2003, p. 268). Esse autor afirma que os gêneros “[...] refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.”

O fato de os gêneros serem adaptáveis a novas situações sociais faz com que eles se modifiquem com o passar do tempo, acompanhando a história das atividades sociais. Os gêneros textuais podem, inclusive, separar-se de suas funções originais, atendendo a finalidades a que outrora não atendiam, ampliando, portanto, sua possibilidade de ocorrência, isto é, a diversidade textual que determinado gênero pode abarcar. Esses desvios a modelos preestabelecidos fazem com que os gêneros contribuam constantemente para sua própria evolução histórica.

Por outro lado, a partir dos conhecimentos sobre as esferas da atividade humana, o produtor pode eleger o gênero mais adequado à situação em que se encontra. Dominar o uso dos gêneros faz parte da socialização do indivíduo, pois as atividades humanas, definidoras dos modelos, são também realizadas de acordo com esses modelos. Como as situações enunciativas não são idênticas, esses modelos não são copiados fielmente no momento da ação de linguagem. Disso resulta que cada texto possui seu estilo particular, o que, cumulativamente, também contribui para o comportamento dinâmico dos gêneros.

Marcuschi (2005) tece suas reflexões com base na concepção bakhtiniana de que os gêneros são “relativamente estáveis”. Marcuschi (2005) reconhece a dinamicidade dos gêneros e a impossibilidade de categorizações duradouras, porque o elemento constituinte primordial de um gênero é a linguagem e ela varia conforme a sociedade. Por outro lado, o autor não nega que os gêneros, por reunirem traços típicos de uma classe, impõem, em certa medida, restrições e padronizações que limitam o uso, pois acabam por condicionar escolhas

linguísticas. Entretanto, não se deve perder de vista que a padronização, no caso, é apenas relativa e não inviabiliza a fluidez dos gêneros. Essa estabilidade relativa os transforma em modelos maleáveis, plásticos, adaptáveis, flexíveis, que permitem a sua própria evolução através do tempo.

Por trás do caráter evolutivo tanto dos gêneros textuais quanto de quaisquer outros elementos linguísticos, pode-se identificar a atuação de duas “forças” contrárias. Enquanto a “força centrípeta” tende a conservar a estabilidade formal da materialização dos gêneros, a “força centrífuga” impulsiona a produção textual em direção às inovações propostas a cada momento pelos interlocutores. A “força centrípeta” é responsável, em se tratando de gêneros textuais, pela economia cognitiva e pela constância paradigmática; já a “centrífuga” é responsável por relativizar essa estabilidade, possibilitando variações e abrindo caminho à evolução dos gêneros de uma sociedade à medida que ela se modifica.

Silva (2002) afirma que os gêneros textuais resultam das atividades comunicativas humanas, realizadas em variadas esferas sociais. A formulação de gêneros novos ou a adaptação de padrões antigos a novas realidades não são fenômenos arbitrários. São ações decorrentes das interações sociais ao longo das gerações. Assim, cada época dispõe de seu repertório de gêneros de acordo com as necessidades comunicacionais daquele tempo. Da mesma maneira, é possível que um mesmo gênero seja extremamente produtivo em uma dada época, caia em desuso em outra e seja retomado em seguida, ainda que de forma adaptada.

Os e-mails pessoais, por exemplo, nada mais são do que um gênero antigo – a carta – adaptando a uma nova realidade. O produtor de um e-mail não indica, no início de sua mensagem, a data e o local de onde escreve. Essas práticas, rituais nas cartas, continuam presentes no e-mail, mas são automaticamente preenchidas por uma nova e virtual figura: o servidor. É nitidamente visível uma interdependência entre os campos de atividades humanas e os gêneros textuais. Segundo Maingueneau (2002, p. 61), os gêneros decorrem de determinadas condições sócio-históricas. Pode-se, conforme o autor, descrever uma sociedade com base nos gêneros que ela autoriza e que, simultaneamente, a tornam possível. Aqui se retoma o pensamento de Bakhtin (2003) que, como mencionado anteriormente, reconhece uma interdependência entre os campos de atividades humanas e os gêneros.

O caráter evolutivo dos gêneros textuais acarreta pelo menos dois problemas que devem ser observados. O primeiro deles diz respeito ao conjunto de gêneros que circulam em cada época. Muitas vezes, não se encontram os mesmos gêneros em períodos distintos. Não seria possível, por exemplo, que um pesquisador estudasse a evolução de certo item lexical comparando textos jornalísticos escritos no Brasil desde o descobrimento até os dias de hoje,

já que a imprensa somente foi autorizada em nosso país no século XIX, com o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro.

O segundo problema – e o mais difícil de ser resolvido – é que, ainda que um mesmo gênero seja encontrado em diversos recortes históricos, sua função sociocomunicativa pode não permanecer exatamente a mesma. Podem ser diferentes as funções que os usuários de cada época atribuem aos “mesmos” gêneros. Ralph Cohen (1986, *apud* Bazerman, 2006b, p. 26) defende que “[...] não só os gêneros mudam, mas aquilo que é considerado como um exemplo de um gênero é historicamente determinado; muda também a forma como os leitores aplicam suas expectativas de gênero; cada texto transforma a paisagem das expectativas genéricas”.

Por exemplo, o grau de formalidade atribuído a ele pode ter sido abrandado ou intensificado com o decorrer das práticas sociais. Além disso, também o modo de circulação dos textos e seu público alvo podem sofrer modificações ao longo do tempo. De acordo com Bazerman (2006b, p. 23), “quando viajamos para novos domínios comunicativos, nós construímos nossa percepção sobre eles com base nas formas que conhecemos.” Segundo o autor, tentativas de interagir com diferentes “paisagens”, isto é, a tentativa de ler gêneros não-familiares tende a se basear no comportamento para a leitura de gêneros já conhecidos. Conta-se apenas com a intuição e com o aprendizado oriundo de “paisagens anteriores”. De certa forma, o conhecimento sobre gêneros atuais pode induzir a conclusões enganosas a respeito de textos produzidos no passado. Não se deve encarar os gêneros de outro momento histórico como se eles exigissem as mesmas condições e cumprissem os mesmos objetivos sociais e comunicativos que os gêneros disponíveis na atualidade. No momento de seleção de *corpus*, não se deve basear tanto na intuição, pois ela é “[...] formada sob nossos parâmetros de formalidade, sob as concepções de cultura escrita de nossa época [...] não sabemos o que era ser culto no passado, tampouco se o que sentimos como formal fosse, para eles [os informantes de sincronias passadas], informalidade.” (BARBOSA, 2005, p. 27-28).

Sendo assim, as escolhas linguísticas poderão ser, em cada época, influenciadas por parâmetros diferentes, isto é, sob o mesmo rótulo, poderemos encontrar ambientes semânticos diferentes. O conceito que se tem de um gênero em uma determinada época não é necessariamente o mesmo em períodos anteriores ou posteriores. Isso reforça a importância da observação das funções comunicativas e sociais dos gêneros no momento de formação de *corpora*. Inclusive, Bazerman (2006a) ressalta que

Com exemplos suficientes do gênero ao longo do tempo, podemos ter uma noção de como a compreensão do gênero muda quando um campo e o contexto histórico mudam. Essas mudanças podem ser tão grandes que os nomes dos gêneros mudam, ou coisas muito diferentes são consideradas como um gênero. (BAZERMAN, 2006a, p. 41-42).

O gênero certidão de nascimento, por exemplo, adquiriu, na contemporaneidade, uma importância social de que não dispunha outrora. Prova disso são os documentos de muitos de nossos antepassados, filhos de imigrantes europeus que no Brasil chegaram entre o final século XIX e princípio do XX. As certidões de nascimento eram preenchidas a mão e sem muito rigor quanto à exatidão dos dados pessoais dos pais e da criança. Os sobrenomes de imigrantes estrangeiros costumavam ter sua grafia alterada por engano, sem que isso acarretasse grandes problemas. À medida que a identificação precisa dos cidadãos foi se tornando necessária, maior atenção passou a ser despendida a esse gênero.

2.4 O gênero textual na formação de *corpora* de pesquisas acerca da gramaticalização

Em seu trabalho, Bakhtin (2003) explicita textualmente a importância de um estudo acerca dos gêneros para as diversas modalidades de pesquisa linguística:

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística e da filologia. Porque todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto – seja de história da língua, de gramática normativa, de confecção de toda espécie de dicionários ou de estilística da língua, etc. – opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação [...] de onde os pesquisadores haurem os fatos linguísticos de que necessitam. (BAKHTIN, 2003, p. 264).

Adotamos, neste trabalho, a proposta de Vitral (2006) – assumida também por vários autores – que atribui, a cada gênero, a capacidade de constituir um ambiente linguístico que dará preferência a certas formas em detrimento de outras. Assim, ao se estudar o processo de gramaticalização de um item, o pesquisador deve ter em mente que determinados gêneros textuais tenderão a priorizar os usos mais gramaticalizados deste item enquanto outros gêneros podem constituir ambientes favorecedores de seus usos mais lexicais.

Segundo Sardinha (2004, p. 31), há “[...] evidências inequívocas de que conjuntos de traços linguísticos variam sistematicamente com relação a textos típicos de contextos

comunicativos específicos. Em outras palavras, a variação não é aleatória.” Também Marcuschi (2005, p. 32), manifesta-se quanto à questão ao afirmar que “[...] os gêneros são um tipo de gramática social, isto é, uma gramática da enunciação”, pois, assim como a gramática – não como um compêndio normativo, mas como um conjunto de competências internas aos falantes – direciona o uso linguístico, os gêneros ajustam a fala e a escrita às condições comunicativas.

Cabe aqui realçar a face normativa dos gêneros textuais, de vez que eles são historicamente estabelecidos e podem se tornar ritualísticos, tipificando a ação e as escolhas linguísticas. De acordo com Bakhtin (2003), a seleção do léxico a figurar em um enunciado pauta-se não apenas pelo vocabulário de que dispõe o usuário mas, antes disso, tem como base enunciados congêneres. Conforme o autor, “[...] selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero [...]. No gênero, a palavra ganha certa expressão típica.” (BAKHTIN, 2003, p. 293). Como os gêneros se destinam a atender situações comunicativas recorrentes, sentidos típicos acabam por ser atribuídos às unidades lexicais quando figuram naquele gênero. Consequentemente, a escolha por um termo em detrimento de outro é naturalmente filtrada pelo gênero textual. É o que se observa, por exemplo, no estabelecimento de termos técnicos por parte de diferentes campos científicos. No que diz respeito à gramaticalização, os diferentes valores semânticos de determinado item também serão distribuídos em observância às exigências – ou “autorizações” – dos gêneros textuais em que se inserem.

Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo [de atividade humana], geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis. (BAKHTIN, 2003, p. 266).

Então, se cada campo tem seus gêneros característicos, para se montar um *corpus* que retrate efetivamente a realidade linguística de determinada sincronia, pelo menos dois pontos deverão ser considerados. Primeiramente, não se pode perder de vista que gêneros diferentes devem constar no *corpus*. Quanto maior a variedade de gêneros coletados para uma pesquisa sobre gramaticalização, maiores as possibilidades semânticas de ocorrência – ou não – do item analisado em sua forma gramaticalizada ou em processo de gramaticalização. É impossível, entretanto, listar exaustivamente quantos e quais gêneros existem em cada época da língua, pois são inesgotáveis as possibilidades de atividades sociais. Como já comentamos, seria metodologicamente inviável a coleta de todos os gêneros existentes para a formação do *corpus* representativo de um período.

Em relação ao segundo ponto, coloca-se que a seleção dos textos para formação de um *corpus* deve atentar para as distâncias funcionais entre os gêneros escolhidos. Uma análise comparativa entre dois gêneros funcionalmente distintos, para ser metodologicamente confiável, deve considerar essa distinção no momento da análise dos dados, encarando-a como um fator que pode influenciar na frequência dos itens em observação.

A seleção de *corpora* para pesquisas acerca de processos de gramaticalização deve ser cuidadosa para que se componha um *corpus* equilibrado. Se o pesquisador conhecer as funções sociocomunicativas de um texto, terá mais facilidade em delimitar quais foram os prováveis critérios pragmáticos que nortearam sua produção e, a partir daí, observar suas características linguísticas e formais¹³. Com base nessas informações, a constituição dos *corpora* poderá ser mais adequada.

Berlink & Bueno (2008) propõem a análise de diferentes gêneros textuais observando-se, em cada um deles, a distribuição do item sob estudo e, simultaneamente, controlando-se os traços típicos de cada gênero. Tais traços seriam responsáveis por determinar qual o grau de formalidade de um gênero, já que, para um estudo da variação e mudança, a questão da formalidade X informalidade das situações discursivas parece ser relevante, pois interfere nas escolhas linguísticas para a composição de textos orais e escritos. As próprias autoras, entretanto, apontam algumas limitações dessa prática, pois, como vimos, nem todos os textos são facilmente classificáveis e, além disso, mostra-se extremamente arriscado atribuir a traços linguísticos a tarefa de evidenciar formalidade ou informalidade.

Desta maneira, a saída parece ser a busca por uma classificação que se baseie na análise dos aspectos linguísticos de um texto, em seu processo de composição, nas práticas de leitura para sua interpretação e nos papéis sociais dos interlocutores envolvidos. É nesse sentido que Vijay K. Bhatia (1993) constrói sua proposta. Ele ressalta a importância de se observarem os seguintes aspectos: o propósito sociocomunicativo, a relação entre os participantes da atividade linguística e o contexto situacional em que determinado gênero costuma ser usado. Tal proposta é de certa forma retomada e desenvolvida por Marcuschi (2000) que, com base no trabalho de Heinemann & Viehweger, estabelece uma classificação textual que resulta de correlações entre diferentes aspectos da produção textual, chamados de “níveis de tipificação textual”.

¹³ Assim, textos que apresentem semelhantes objetivos podem ser classificados como pertencentes a um mesmo gênero. Questões de suporte, grau de formalidade, interlocutores, etc. também interferem na produção textual, principalmente nas escolhas linguísticas, mas nem sempre são definidoras do gênero.

Em nosso trabalho, levaremos em consideração quatro desses níveis como critérios de equivalência intergenérica: objetivos sociocomunicativos, situações discursivas, ações linguísticas e modelos prototípicos de formulação textual. Gêneros equivalentes são, portanto, aqueles que se comportam de maneira semelhante quanto a esses níveis.

Então, para se verificar se dois ou mais gêneros se equivalem funcionalmente, deve-se observar, primeiramente, qual é o papel dos textos na interação, isto é, quais são seus propósitos dentro da realização de tarefas individuais ou sociais. Para exemplificar com gêneros de nosso *corpus*, pode-se perceber que e-mails comerciais visam ao mesmo fim que as antigas cartas de comércio escritas no Brasil colonial, qual seja, possibilitar a negociação de produtos e serviços entre empresas ou entre uma empresa e seus clientes.

No segundo nível de tipificação, deve-se ter em mente que as situações definem a escolha do gênero mais adequado e, ao mesmo tempo, modelam e remodelam os usos, isto é, os próprios gêneros. É então essencial que se defina em que tipo de situação um texto desempenha determinada função. Por exemplo, a função de relatar à Justiça que certo indivíduo é acusado de ter cometido um crime é desempenhada, atualmente, pelo gênero denúncia e por mais nenhum outro, sob pena de não se reconhecer sua validade.

Segundo Heinemman & Viehweger (1991, *apud* Marcuschi, 2000), alguns parâmetros situacionais devem ser contemplados no momento de se analisar um texto; dentre eles, estão as posições sociais dos interlocutores. É necessário que se avalie a existência de uma hierarquia entre os interlocutores ou se a relação entre eles é de igualdade, pois a escolha do léxico, do estilo e da formalidade relaciona-se a condições de igualdade ou desigualdade. Por exemplo, um advogado, ao se dirigir a um juiz, trata-o de maneira formal e respeitosa; o mesmo advogado, tratando com colegas, certamente empregará uma linguagem menos “tensa”. O enquadramento institucional também interfere na produção textual à medida que as instituições contam com modelos característicos de interação verbal, determinados sócio, cultural e historicamente. Assim, o mesmo advogado de nosso exemplo se comportará de uma maneira ao se dirigir a um colega em um estádio de futebol e ao se dirigir ao mesmo colega em um tribunal, durante um julgamento.

No terceiro nível de tipificação, encontram-se as ações ou estratégias linguísticas adequadas à situação e ao objetivo de uma interlocução. Para robustecer a argumentação, no caso de textos científicos, por exemplo, pesquisadores costumam embasar suas proposições em trabalhos anteriormente publicados por autoridades científicas da área em questão. Deste modo, citações e paráfrases passam a ser tão rotineiras nos gêneros textuais do domínio discursivo científico, que passam a representar elementos quase obrigatórios nesses gêneros.

Por fim, deve-se observar o enquadramento dos textos aos modelos reconhecidos e recorrentes na sociedade, a conformidade com regras básicas que, mesmo não sendo muito rígidas, inevitavelmente existem. De acordo com Bazerman (2006a), os gêneros organizam o mundo simbólico da linguagem, adequando o discurso a cada situação. Por isso, muitos gêneros acabam por cristalizar certos ritos, como a data no início de uma carta pessoal e uma assinatura ao final. Apesar disso, conforme Marcuschi (2000), não se pode desconsiderar uma carta como tal caso o autor não a tenha assinado; isso evidencia a relativa estabilidade dos modelos.

No *corpus* recolhido para esta pesquisa, como se verá, há gêneros mais ritualísticos e formulaicos, como as denúncias e os artigos científicos, e também gêneros que permitem maior “liberdade” como as cartas pessoais. Entretanto, é fundamental frisarmos que até mesmo as cartas pessoais apresentam seus ritos – como a data e a assinatura – e mesmo textos rígidos como os do domínio jurídico autorizam variações. Assim, pode-se afirmar, com Maingueneau (2002, p. 65), que essas rotinas constituem “[...] comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizaram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua.”

CAPÍTULO III

A noção de gramaticalização

3.1 Em que consiste a gramaticalização

Conforme o exposto no capítulo II, a produção linguística constitui um reflexo dos aspectos culturais da sociedade em que se insere. Como esses aspectos estão em constante movimento, a língua é obrigada a se desenvolver de forma a acompanhar a evolução cultural do grupo. Então, diversos processos de mudança atuam incessantemente sobre as línguas. Um desses processos é o fenômeno da gramaticalização que, *grosso modo*, é responsável pela redefinição de itens lexicais como pertencentes a categorias gramaticais. Em outras palavras, esse processo faz com que itens que originalmente apresentam referentes extralinguísticos assumam funções e significados intralinguísticos. Pode-se observar, a título de ilustração, a atual¹⁴ diferença de sentidos do verbo *ter* entre pleno e auxiliar (exemplo (1)).

(1) *Tenho* dois filhos. X *Tenho* estudado muito.

A primeira sentença de (1) traz o verbo *ter* em seu uso pleno, isto é, em sua função lexical pertencente à categoria dos verbos (V). Já a segunda sentença é um exemplo de um uso mais gramatical deste verbo, podendo ele ser então classificado como elemento da categoria dos verbos auxiliares (AUX) e não mais da categoria lexical (V).

Paul J. Hopper & Elisabeth C. Traugott (1993, p. xv), no prefácio de seu livro intitulado *Grammaticalization*, definem o fenômeno como “[...] the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions.”¹⁵

Já no século XVIII o filósofo francês Etienne Bonnot de Condillac identificou e esboçou teorias a respeito do fenômeno que, no futuro, receberia o nome de *gramaticalização*¹⁶. Condillac (1746, *apud* Neves, 2004) utiliza a aglutinação de pronomes

¹⁴ Segundo Cohen (1988), este fenômeno já se podia observar no século XVI.

¹⁵ “[...] o processo em que itens e construções lexicais passam, em certos contextos linguísticos, a cumprir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.” (Tradução nossa).

¹⁶ Alguns teóricos como Bybee *et al.* (1994) empregam o termo “gramaticização” (*grammaticization*).

pessoais e de advérbios temporais a temas verbais como explicação para a origem, respectivamente, das desinências de pessoa e de tempo. Depois de Condillac, o processo foi também estudado por teóricos como Wilhelm von Humboldt (1822, *apud* Lehmann, 1982), que propunha que as categorias gramaticais teriam sua origem nas palavras lexicais e resultariam de um processo evolutivo que implica a coalescência dos itens, motivo pelo qual essa proposta ficou conhecida como “Teoria da Aglutinação”.

No entanto, somente no início do século XX Antoine Meillet cunhou o termo “gramaticalização”. Em seu artigo *L'évolution des formes grammaticales*, publicado em 1912, Meillet inaugura o termo e o utiliza para indicar a perda de autonomia de um item. Nas palavras do autor, o processo se caracteriza pela “[...] attribution du caractère grammatical à un mot jadis autonome.”¹⁷ (MEILLET, 1912, *apud* LEHMANN, 1982, p. 4). Segundo o pensamento do linguista francês, a gramaticalização seria “[...] um dos responsáveis pela introdução de novas formas gramaticais dentro de uma língua.” (COHEN, 1988, p. 43).

Conforme Castilho (1997), Meillet defendia que as línguas eram constituídas por três classes de palavras – principais, acessórias e gramaticais – e reconhecia, entre elas, uma gradual transição a que ele denominou “gramaticalização”. De acordo com o autor, esse processo conduz ao esvaziamento semântico e formal do item, sendo possível uma junção deste com alguma palavra principal, atribuindo a ela um valor gramatical. Segundo Meillet (1948, *apud* Lima, 2006), quanto mais frequente é o emprego de uma estrutura, mais ela perde em expressividade e é exatamente a perda de valor expressivo¹⁸ que resulta no processo da gramaticalização. Este seria o fenômeno responsável pela transformação do verbo pleno *ter* em verbo auxiliar, como exemplificado na primeira e na segunda sentenças de (1), respectivamente.

Conforme Christian Lehmann (1982), o período do estruturalismo privilegiou uma visão mais estática da língua e, por isso, não houve muito espaço para pesquisas diacrônicas sobre processos de gramaticalização. Contudo, indoeuropeístas mantiveram seu interesse pelo fenômeno. Um desses pesquisadores foi Jerzy Kuryłowicz (1965, *apud* Lehmann, 1982), que também definia a gramaticalização como o avanço de um item lexical – ou menos gramatical – a um *status* mais gramaticalizado, implicando a ampliação da distribuição do item que se encontra em processo.

¹⁷ “[...] atribuição de caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma”. (Tradução nossa).

¹⁸ Adiantamos que, conforme se verá neste capítulo, o fenômeno da gramaticalização não implica apenas a perda de determinados traços semânticos mas também um ganho de traços (sintáticos e, sob algumas perspectivas, até mesmo discursivos) que, originalmente, não faziam parte da matriz categorial do item.

Lehmann (1982) afirma que muitos estudiosos – inclusive ele próprio – não admitem a possibilidade de um item seguir o caminho contrário ao da gramaticalização, isto é, uma “desgramaticalização”, mas Kuryłowicz (1965, *apud* Lehmann, 1982) defende que ela é possível: uma categoria derivacional poderia ser gramaticalizada e, posteriormente, voltar a se comportar como derivacional. O exemplo dado pelo indoeuropeísta (1965, *apud* Lehmann, 1982, p. 17) seria o afixo nominal **-a* que, no proto-indoeuropeu, teria um significado coletivo. No latim, este afixo já teria sido gramaticalizado, marcando o plural de nomes neutros como em *ovum* (singular) e *ova* (plural). No italiano, esses nomes neutros se transformaram em masculinos, com o plural em *-i*; o antigo afixo *-a* é, então, novamente usado como sufixo derivacional que indica coletivo: *uovo* (singular), *uovi* (plural), *uova* (coletivo). No entanto, Lehmann (1982) contesta que, na verdade, *uova* não seria uma desgramaticalização da forma gramaticalizada latina, e sim, uma “continuação” dela, não representando, portanto, uma alternativa a *uovi*.

Ao que tudo indica, pelo menos teoricamente, não seria possível que um mesmo item gramatical percorresse o sentido contrário, até ser revertido em item lexical. Costa (2006, p. 305) deixa claro que, quando algo parecido é observado sincronicamente, o que de fato pode ter ocorrido, na diacronia, é a incorporação, no léxico, de itens gramaticais já em desuso, “obsoletos”. Quanto a esse aspecto, também Castilho (1997, p. 56) defende que exemplos claros de “ressemantização” e de “reforço fonológico” ainda não foram encontrados, o que dificulta a postulação de uma “desgramaticalização”. Ainda segundo esse autor, os casos que alguns linguistas consideram como desgramaticalização são exemplos em que itens recebem propriedades discursivas, configurando, na realidade, discursivizações. Talvez seja esse o caso da nominalização do sufixo *-ismo*, observada por Lima (2006, f. 38) em sentenças como: “Os *ismos* da ciência.”

3.2 Etapas da gramaticalização

O fenômeno da gramaticalização ocorre por meio de uma série de etapas que, gradualmente, possibilitam a passagem de um item lexical a categorias gramaticais da língua. Como veremos a seguir, ao longo do processo o item sofrerá alterações em seu conteúdo semântico e poderá, também, ser submetido a modificações de ordem fonética e morfossintática.

Talmy Givón (1979, *apud* Lehmann, 1982, p. 13) é um dos teóricos que procura descrever as fases do processo de gramaticalização. Em seu raciocínio, itens lexicais isolados, que fazem parte do discurso, são aglutinados e, posteriormente, transformados em partículas flexionais. No momento em que os itens são incorporados por outros, eles deixam de existir como itens livres e retornam a discurso (ainda que aglutinados a outros itens) e o processo recomeça.

A proposta de Givón (1979, *apud* Lehmann, 1982) constitui a base teórica da maior parte dos estudos atuais acerca da gramaticalização. Seu trabalho deixa clara a noção do *continuum* que conduz, durante o processo, formas menos gramaticais a níveis mais gramaticalizados da língua.

O *continuum* da gramaticalização pode ser representado, também, por meio do diagrama (2) a seguir, retirado de Hopper & Traugott (1993, p. 7). Esse esquema condiz com a visão de vários estudiosos, sendo praticamente¹⁹ consensual e pretende ilustrar, por meio de três processos, o caminho natural através de quatro estágios que ilustram a evolução dos itens.

(2) “content item > grammatical word > clitic > inflectional affix”²⁰

Na primeira etapa, ocorrem processos em que o item perde parte de sua complexidade semântica, ganha traços sintáticos e é recategorizado, assumindo características de uma nova classe, distintas das originais. Deixando de se referir a elementos concretos do mundo empírico, o item assume significados abstratos típicos da dimensão gramatical. Neste momento, pode-se perceber que o processo envolve perda e ganho de traços. Esse entendimento retoma a proposta de Sapir (1921, *apud* Lehmann, 1982), que estabelece a existência de diferentes classes semânticas e identifica uma relação de gradação entre elas, partindo do conceito mais concreto em direção ao mais abstrato.

No processo da cliticização, o termo perde sua autonomia, pois se une semântica, morfológica e sintaticamente a outras unidades, passando a depender sintaticamente das palavras “vizinhas”.

Ocorrem nesta fase, portanto, algumas mudanças morfossintáticas: o paradigma morfológico do item é reduzido e a posição do item na sequência se fixa, tornando-se obrigatório em determinados ambientes e agramatical em outros. Esta rigidez estrutural se

¹⁹ Alguns linguistas procuram delimitar o princípio e o fim do processo, enquanto outros consideram a gramaticalização um fenômeno cíclico e contínuo.

²⁰ “item lexical > item gramatical > clítico > afixo” (Tradução/adaptação de Vitral, 1996, p. 117).

estabelece pois, como afirmam Bybee *et al.* (1994), quanto mais traços semânticos originais o item perde, mais sua interpretação fica dependente do contexto em que ele se insere.

Na terceira fase, ocorrem modificações morfofonéticas em que o item perde substância fônica e é afixado, acoplando-se a outro item. Ao passar a fazer parte de outro item, o elemento em processo pode desaparecer do léxico.

Por ser o nosso *corpus* formado somente pela modalidade escrita da língua, e por não ter sido observada nenhuma ocorrência de grafia reduzida – como na expressão *pó' deixar*, comum na modalidade oral mineira –, não analisaremos se a gramaticalização de *poder*, *dever* e *querer* envolve perda de material fônico. Além de essa perda não ter sido observada, Vitral (2006) lembra que, apesar de este ser um indicativo de gramaticalização, tal perda não implica necessariamente o processo, pois, em alguns casos, a redução fônica ocorre independentemente da função desempenhada pelo item. Em sentenças como *Ele tá em casa?*, o verbo *estar* exerce função lexical; em *Tá vindo?* o verbo apresenta a mesma redução fônica, mas exerce a função gramatical de verbo auxiliar.

Apesar de meramente convencional, o esquema (2) proposto por Hopper & Traugott (1993) deixa claro que a gramaticalização ocorre gradualmente, em etapas, muito embora seja impossível precisar os limites de cada uma, já que as categorias da língua são fluidas e que mesmo a divisão em estágios proposta no esquema (2) é, de certa forma, arbitrária. Como sintetiza Neves (2004),

O estudo da gramaticalização, portanto, põe em evidência a tensão entre a expressão lexical, relativamente livre de restrições, e a codificação morfossintática, mais sujeita a restrições, salientando a indeterminação relativa da língua e o caráter não-discreto de suas categorias. (NEVES, 2004, p. 115).

É fundamental, também, o entendimento de que nem todas as formas gramaticais se originam em itens lexicais, visto que seria impossível uma língua constituída somente por palavras lexicais. Outro aspecto importante, ressaltado por Bittencourt (1999), é o fato de que as etapas do processo não são necessariamente sucessivas, podendo ser simultânea a realização de alguns dos eventos.

Deve-se destacar, também, que nem todos os itens percorrem todo o caminho da gramaticalização. Segundo Lehmann (1982, p. 14): “[...] it is not essential to grammaticalization theory that every element affected by grammaticalization enter the process at the start and leave it at the end [...]. On the contrary, this is certainly the rarest

case.”²¹ Além disso, Costa (2006) ressalta que a alteração semântica nem sempre precede a morfossintática, apesar de este ser um pensamento recorrente entre vários teóricos.

O que se observa, ainda, é que a linearidade do processo não corresponde à realidade, pois, segundo Vitral (1999), os dois primeiros estágios se relacionam ao conteúdo dos elementos e, nas duas últimas etapas, as inovações atingem a forma dos itens. Isso justifica, segundo o autor, o fato de, por exemplo, dois itens pertencentes à categoria das partículas negativas (NEG), como *não* e *num*, serem distintos quanto à forma e o uso – visto que apenas *num* pode ser empregado como clítico –, mas semelhantes em relação ao conteúdo.

De qualquer maneira, com base no esquema supracitado, pode-se concluir que o fenômeno da gramaticalização consiste na “[...] transição gradual de ‘palavras principais’ para ‘palavras acessórias’ e, enfim, para ‘palavras gramaticais’ em estágios de uma língua.” (VITRAL & RAMOS, 2006, p. 13).

3.3 Itens lexicais e itens gramaticais

Um exemplo bastante claro do processo de gramaticalização é o processo que se observa com relação ao verbo *ter*. Atualmente coexistem na língua o significado lexical do verbo – que exprime o valor de posse – e uma função mais gramatical, indicativa do aspecto verbal iterativo. Assim, a língua portuguesa atual conta com pelo menos dois usos distintos de *ter*, com os diferentes valores de sentido exemplificados em (3):

(3) Ele *tem* uma casa. X Ele *tem* estudado muito.

Com base nas sentenças de (3), pode-se perceber que, semanticamente, os itens lexicais são mais “concretos” e trazem o conteúdo do discurso, ou seja, são aqueles que possuem significado, designando entidades do mundo extralinguístico, ações, qualidades, etc. Sintaticamente, conforme Coelho (2006), a categoria lexical integra itens responsáveis pela atribuição de papel temático²². Os itens lexicais são as palavras autônomas²³, como os nomes,

²¹ “[...] não é essencial à teoria da gramaticalização que todo elemento afetado pela gramaticalização entre no processo no início e o deixe no fim [...]. Pelo contrário, este é certamente o caso mais raro.” (Tradução nossa).

²² Para uma definição de *papel temático*, conferir Ouhalla (1994) e Raposo (1998).

adjetivos, verbos, advérbios e preposições. Durante a gramaticalização, esses itens vão assumindo novas funções sintáticas. É o caso do verbo *ter* na primeira sentença de (3).

Por sua vez, os itens gramaticais organizam o léxico no discurso, tendo, como parâmetro, regras gramaticais. São semanticamente mais “abstratos”, não apresentando referentes extralinguísticos e, sintaticamente, não apresentam a faculdade de atribuir papel temático. Neste grupo encontram-se os determinantes, como os artigos, pronomes demonstrativos, numerais, etc.; os complementizadores, que incluem as conjunções declarativa, interrogativa, subordinante, etc.; as flexões; os verbos auxiliares e as negações. É o caso do verbo *ter* na segunda sentença de (3).

Tradicionalmente, tem-se que os itens gramaticais são puramente relacionais, pois perderam muito de seu conteúdo semântico ao longo do processo. Entretanto, observa-se que alguns itens considerados gramaticais, como os auxiliares modais, conservam certa riqueza semântica herdada de suas origens lexicais, ainda que apresentem modificações em seus sentidos – como é o caso de *poder*, *dever* e *querer*, que serão estudados no capítulo IV. De acordo com Bybee *et al.* (1994, p. 17), a propriedade relacional desse grupo de itens gramaticais é importantíssima, mas “[...] the characteristic that makes this relational function so difficult to describe is precisely the presence of traces of older, more specific meanings.”²⁴

3.4 Características da gramaticalização

A gramaticalização é um processo predominantemente diacrônico, apesar de ser percebido também em recortes sincrônicos de uma língua, na medida em que diferentes usos de um mesmo item se desenvolvem e convivem em um mesmo período²⁵. Trata-se de um

²³ De acordo com o pensamento de Lehmann (1982, p. 121), para se medir o grau de gramaticalização de um item, deve-se medir seu grau de autonomia. Para tanto, o autor estabelece três principais aspectos indicadores de autonomia: peso, coesão e variabilidade (*weight, cohesion, variability*).

²⁴ “[...] a característica que torna esta função relacional tão difícil de se descrever é, precisamente, a presença de vestígios de significados mais antigos e específicos.” (Tradução nossa).

²⁵ Parece não haver um acordo entre os teóricos quanto ao viés mais adequado para se tratar a gramaticalização, isto é, sob uma perspectiva sincrônica ou histórica. De acordo com Hopper & Traugott (1993), no primeiro caso, os pesquisadores se concentram nas dimensões sintáticas, pragmáticas e discursivas do fenômeno. Na abordagem diacrônica, buscam-se as origens dos itens gramaticais e estudam-se os percursos típicos que conduzem os itens a um nível mais alto na escala de gramaticalidade. Castilho (1997) chega a considerar que o processo possa ser analisado sob ambas as dimensões. Cohen (1988) defende que o processo se dá diacronicamente, apesar de ser sincronicamente observável a coexistência de diferentes usos de um determinado item. Entendemos, com Neves (2004), que essa coexistência é apenas um reflexo do caráter gradual do processo de gramaticalização, o que justifica nossa opção por uma abordagem diacrônica.

fenômeno que diz respeito principalmente à morfologia, por envolver categorias de palavras, mas que também possibilita modificações em outros níveis, como as reduções fonológicas que soem ocorrer. Além disso, a gramaticalização apresenta caráter unidirecional, uma vez que tem a tendência de seguir o sentido do “menos gramatical” e “menos abstrato” ao “mais gramatical” e “mais abstrato”.

Uma advertência importante no que concerne ao diagrama reproduzindo em (2), na seção 3.2 deste capítulo, diz respeito ao fato de que tal esquema parece indicar que itens lexicais não apresentam quaisquer características gramaticais. Cabe aqui a observação de que há graus de gramaticalização, como já postulado por Kuryłowicz nos anos 1960 e retomado por Hopper & Traugott (1993). Não se pode afirmar que um item lexical não possua propriedades gramaticais antes do processo. Conforme Castilho (1997, 2006), mesmo fora do enunciado todo item possui propriedades linguísticas (gramaticais, discursivas e semânticas) que os integram nas diferentes classes.

Sob essa ótica, um item em processo de gramaticalização já dispunha, anteriormente, de características ou traços que permitiriam que o fenômeno se instalasse. Deste modo, conforme Willet (1988, *apud* Mendes, 1999, f. 21), “[...] os significados gramaticais já estariam incluídos na estrutura semântica do item lexical fonte”. O que acontece, na verdade, durante o processo, é um reforço dos traços gramaticais de um item, que passa de um grau *menos* para outro *mais* gramatical. Traços semânticos do item original podem, inclusive, permanecer na nova forma. Vale lembrar que, no processo da gramaticalização, somente ocorre recategorização quando da reanálise de um item lexical como gramatical; em se tratando de reforço de traços gramaticais, sem que se configure uma mudança categorial, evidentemente não se pode considerar que o processo tenha acarretado recategorização.

Ressaltamos que a reanálise é um fenômeno paralelo à gramaticalização. Esta pode levar à reanálise do item em processo, pois um item lexical cujo sentido vai se tornando cada vez mais abstrato pode ser reanalisado como gramatical. Entretanto, enquanto a reanálise implica mudança estrutural, a gramaticalização acarreta apenas um *continuum* unidirecional entre estágios menos e mais gramaticais de um item e não necessariamente modificações sintáticas, podendo o item permanecer na mesma categoria. É o que se observará, por exemplo, nos verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, como veremos no capítulo IV.

A gramaticalização em processo pode ser identificada a partir da constatação de algumas evidências. Dentre elas, a que mais se destaca é a alteração semântica, isto é, a perda de parte da carga nocional e a agregação de valores gramaticais, o que acarreta a polissemia e o aumento em sua frequência de uso. Ressaltamos que, devido à perda semântica, o item que

se encontra em processo de gramaticalização tem um aumento em suas possibilidades de ocorrência, o que nos autoriza a dizer que seu potencial expressivo é aumentado, e não diminuído, pois um mesmo item pode passar a expressar novos valores. Isso se relaciona com o processo de generalização que a gramaticalização acaba provocando.

A título de observação, adiantamos que, como será visto no capítulo VII, o aumento de frequência não foi generalizado no caso dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, mas constatou-se que tais verbos caminham em direção a usos modais cada vez mais gramaticalizados e abstratos, o que resulta em um importante acréscimo de informações a respeito da atitude do falante em relação ao seu próprio enunciado. Apesar desse acréscimo e da perda de parte do conteúdo semântico original, os modais sob análise revelam uma tendência à conservação de “resíduos” de suas fontes menos gramaticais. Este fato encontra um paralelo em Givón (1973, *apud* Mendes, 1999), em seu estudo a respeito do surgimento e evolução das categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto a partir de verbos lexicais. O autor determina que “[...] the meaning of these categories is largely predictable because it is part of the internal semantic structure of their lexical sources.”²⁶ (GIVÓN, 1973, *apud* MENDES, 1999, f. 25). Como se verá, não classificamos como lexicais as acepções menos gramaticalizadas de *poder*, *dever* e *querer*, mas o raciocínio deste teórico nos remete à ideia de que as inovações decorrentes da gramaticalização são graduais.

Outro fato que reforça o caráter gradual do processo decorre da possibilidade de, em uma determinada sincronia, ser observada a coexistência de um item com função lexical – ou menos gramatical – e seu “derivado” gramatical. De acordo com Vitral & Ramos (2006), essa coexistência coloca em questão a adequação do termo *mudança* em se tratando do fenômeno da gramaticalização. Conforme Lima (2006), a gramaticalização implica inovações linguísticas, e não propriamente a mudança, pois não há concorrência²⁷ entre variantes. O que se pode observar é que, ao longo do processo, uma categoria gramatical já existente passa a contar com mais um elemento que a expresse no discurso.

Além da troca de um termo por outro, as mudanças linguísticas tradicionalmente pressupõem a variação, ou seja, a concorrência de duas ou mais variantes de mesmo valor semântico. Isso geralmente não se observa nos estágios iniciais da gramaticalização. Pelo contrário, conforme ressalta Vitral (2006), as formas coexistem com valores distintos, cada

²⁶ “[...] os significados dessas categorias é bastante previsível, pois constitui parte da estrutura semântica interna de suas fontes lexicais”. (Tradução nossa).

²⁷ Porém, em alguns casos, o item chega a um estágio em que, de fato, pode-se constatar a concorrência. Exemplo disso pode ser encontrado em Vitral & Ramos (2006), que descrevem a concorrência entre as formas *você* e *cê*.

uma ocupando um grau na escala da gramaticalidade, sem que haja necessariamente uma concorrência e o posterior desaparecimento de uma delas.

Portanto, em estágios mais avançados do processo, pode haver não tanto a concorrência quanto a eliminação de um item originalmente lexical e autônomo. Aí, sim, pode-se falar em mudança, em sua concepção tradicional. O que se pode constatar é que, na realidade, o fenômeno da gramaticalização é mais um difusor do que um agente ocasionador da mudança linguística.

3.4.1 A importância da metáfora e da metonímia na gramaticalização

A gramaticalização consiste em um processo cognitivo simultaneamente metafórico e metonímico. Metafórico porque o processo é baseado em transferências conceituais em que ocorrem abstratizações pelas quais conceitos **concretos** assumem um *status* mais abstrato para expressar conceitos **abstratos**. Não há, ainda, uma metodologia capaz de avaliar de maneira precisa a natureza de um item, classificando-o como concreto ou abstrato e, ao que tudo indica, a abstratização se dá em um *continuum*, sendo impossível delimitar nitidamente as fronteiras entre o concreto e o abstrato.

A abstratização metafórica demonstra como se processam os estágios iniciais da gramaticalização na medida em que enfatiza o papel da cognição e da criatividade linguística nos processos de perda e ganho sintático-semânticos implicados no fenômeno. Isso porque, no intuito de se fazer mais claro aos interlocutores, o falante lança mão de itens que, originalmente, denominam conceitos concretos, para se referir a conceitos não tão concretos.

À medida que os novos usos são estabelecidos dentro de contextos linguísticos, o usuário é levado a uma ressemantização do item, de forma a enquadrá-lo em um novo campo de significação. Neste momento têm lugar os processos metonímicos: essa reinterpretção se constrói tendo o contexto sintático como parâmetro e, a partir deste aspecto, pode ocorrer a ambiguidade percebida pelos usuários em determinados estágios da gramaticalização de um item. Portanto, a gramaticalização está subordinada tanto à metáfora quanto à metonímia; esta tem suas bases na reanálise, aquela se motiva pela analogia. A reanálise representa a mudança de regra; a analogia, sua generalização.

Como defendem Hopper & Traugott (1993, p. 32), o processo de gramaticalização depende não só da reanálise mas também da analogia, pois, enquanto a reanálise “[...]”

modifies underlying representations, whether semantic, syntactic, or morphological, and brings about rule change”²⁸, a analogia “[...] modifies surface manifestations and itself does not effect rule change, although it does effect rule spread either within the linguistic system itself or within the community.”²⁹ Os autores reconhecem a reanálise como decisiva para a gramaticalização, já que ela opera mudanças estruturais, mas não se deve perder de vista que é por meio da analogia que “[...] as inobserváveis mudanças operadas pela reanálise tendem a se tornar observáveis.” (COELHO, 2006, f. 62).

David Lightfoot (1983 [1979]), diferentemente de Hopper & Traugott (1993) e de outros teóricos, propõe que a mudança sintática precede a mudança semântica, e não o contrário. Lightfoot (1983) propõe o “princípio da transparência”, segundo o qual o que motiva a reanálise é o fato de algum item ter deixado de ser analisado pelos falantes como pertencente a determinada categoria³⁰. Essa opacidade sintática acarretaria uma imediata reanálise, inserindo tal item em alguma categoria, para que tal item volte a ser transparente, reconhecível para os usuários. Com base nesse princípio, o autor defende que a mudança linguística, isto é, as modificações na gramática de uma língua, não são graduais, mas abruptas. O que costuma ocorrer lentamente é a atualização, a acomodação da superfície da língua à mudança abrupta e imperceptível provocada pela reanálise, que afeta apenas a estrutura subjacente.

Ao discutir a evolução dos verbos modais na língua inglesa, por exemplo, Lightfoot (1983) postula que a mudança sintática envolvida no processo não contou com motivações semânticas e nem mesmo pragmáticas. De acordo com o autor, o surgimento de modais é exemplo de reestruturação radical da sintaxe. Segundo seu pensamento, os modais atuais constituem uma categoria sintática distinta e independente já na estrutura profunda, ou seja, são verbos que não se incluem na categoria dos verbos plenos.

Como vimos, em virtude do aumento da abrangência da aplicação de um item, isto é, devido ao fato de uma mesma forma poder desempenhar funções lexicais e gramaticais, observa-se um aumento na frequência de uso deste item. Entretanto, o aumento da frequência não implica, necessariamente, e nem única e exclusivamente a gramaticalização, pois, conforme Coelho (2006), outros processos – como a lexicalização – também acarretam aumento nas ocorrências de um item. Desta maneira, estudos acerca do fenômeno da

²⁸ “modifica as representações subjacentes — sejam elas semânticas, sintáticas ou morfológicas —, acarretando mudança na regra.” (Tradução nossa).

²⁹ “modifica as manifestações superficiais, sem efetivar, por si só, mudanças na regra, embora provoque sua propagação dentro do próprio sistema linguístico ou da comunidade.” (Tradução nossa.)

³⁰ Para Lightfoot (1983), a reanálise implica mudança categorial. Neste trabalho, não elegemos um teórico a respeito desse tema, pois nosso foco não é o processo da gramaticalização.

gramaticalização não podem se limitar a análises quantitativas, mas devem dar espaço, também, a observações qualitativas.

A lexicalização, fenômeno que não será estudado nesta pesquisa, implica a expansão da aplicação referencial do item dentro dos próprios domínios do léxico. Neste processo também ocorrem reanálise e abstratizações; por isso, deve-se ter em mente que estes eventos não significam, necessária e unicamente, gramaticalização.

Na lexicalização, o item pode permanecer na mesma categoria lexical e ter seu sentido abstratizado, como *perna humana (substantivo) > perna da mesa (substantivo)*, ou então o item pode mudar de categoria lexical, mas manter-se lexical, como em *o pássaro é bonito (adjetivo) > o pássaro canta bonito (advérbio)*.

Diante do exposto, somos levados a concluir que, em um estudo diacrônico a respeito do fenômeno da gramaticalização, o que mais interessa é a análise das diferentes funções e acepções de um item e sua descrição como elos de uma cadeia evolutiva. Deve-se, portanto, procurar desvendar que mecanismos foram responsáveis pelo surgimento de novos usos.

Como veremos no próximo capítulo, os verbos *poder*, *dever* e *querer* enquadram-se no sistema modal que, assim como outros sistemas gramaticais, decorrem de processos diacrônicos como a gramaticalização. Veremos que cada um desses verbos se encontra em um diferente nível do percurso e que cada ponto por eles percorrido representa um diferente grau na escala de gramaticalização.

CAPÍTULO IV

Os verbos modais *poder, dever e querer*

4.1 Modalidade

A língua se utiliza de recursos como a modalização para que os objetivos comunicativos dos falantes sejam alcançados de maneira mais eficiente; é por meio da modalização que se expressam as diversas modalidades do sistema discursivo. A modalidade é uma categoria gramatical bastante frequente na interação verbal e tem a função de expressar linguisticamente as atitudes humanas em face das proposições emitidas. Em outras palavras, a modalidade é o meio pelo qual o falante verbaliza, na sentença, sua atitude em relação ao grau de verdade do próprio enunciado, imprimindo na proposição matizes de necessidade, possibilidade, certeza, dúvida, obrigação, permissão, etc.

Segundo Bronckart (1999), as modalizações lógicas da antiguidade grega consistiam na avaliação de alguns elementos do conteúdo proposicional como sendo fatos possíveis, prováveis, necessários, etc. Dentro dessas modalizações, encontram-se as modalidades aléticas e epistêmicas. As modalidades aléticas, também chamadas aristotélicas, dizem respeito à verdade das proposições, conferindo ao enunciado um caráter de possibilidade, contingência (ou incerteza), necessidade, etc. As modalidades epistêmicas, por seu turno, expressam, conforme o autor, condições sob as quais a verdade se estabelece no enunciado. Estas modalidades se relacionam ao conhecimento ou à crença quanto à verdade da proposição, evidenciando elementos contestáveis do enunciado.

(4) Pode chover hoje. (possibilidade/contingência)

(5) Nesta cidade, chuva implica alagamentos. (necessidade)

(6) Acho que vai chover hoje. (crença)

Ainda segundo esse mesmo teórico, as modalizações deônticas seriam o terceiro grupo de interesse, referindo-se a avaliações das proposições com base em valores e regras que compõem o mundo social. A modalidade deôntica, então, relaciona-se às noções de obrigação e de permissão, isto é, a circunstâncias externas que levam o agente a se envolver na ação.

- (7) João deve cumprir as ordens do chefe. (obrigação)
 (8) Eles poderão construir aquelas casas aqui. (permissão)

Bronckart (1999) não entra em detalhes acerca do funcionamento do recurso da modalização na linguagem, mas em Maria Helena Mira Mateus, Ana Brito, Inês Duarte & Isabel Faria (1983), encontram-se comentários um pouco mais aprofundados a respeito do tema. As autoras postulam que essas três modalidades atuam conjugadamente, no sentido de traduzir as relações entre o falante e o enunciado, atribuindo ao falante (ou isentando-o de) responsabilidade quanto à veracidade das proposições. Enquanto as modalidades aléticas – necessidade, possibilidade e contingência – trazem informações sobre os estados de coisas, as modalidades epistêmicas e deônticas trazem dados quanto à atitude do locutor diante do fato enunciado. No caso das modalidades deônticas, os fatos podem ser obrigatórios, permitidos ou facultativos; no caso das epistêmicas, os fatos podem ser certos, plausíveis ou contestáveis. A conjugação dessas modalidades sucede da maneira esquematizada na Tabela 01 a seguir:

Modalidade Alética	Modalidade Epistêmica	Modalidade Deôntica
necessária	certa	obrigatória
possível	plausível	permitida
contingente	contestável	facultativa

Tabela 01: Relações entre as modalidades lógicas, com base em Mira Mateus *et al.* (1983).

Assim, uma proposição afetada pela modalidade alética da *necessidade* pode ser interpretada como *certa*, recaindo sobre ela a modalidade epistêmica; ou como *obrigatória*, sendo modalizada por uma categoria deôntica. Os grupos de exemplos a seguir foram retirados de Mira Mateus *et al.* (1983, p. 145-146):

- (9) “Fumar é mau para a saúde.” (necessário – modalidade alética)
 (10) “Se continuas a fumar, ficas doente.” (certo – modalidade epistêmica)
 (11) “É proibido fumar.” (obrigatório – modalidade deôntica)
- (12) “Um homem é capaz de chorar.” (possível – modalidade alética)
 (13) “Se continuas a arrelhar o teu irmão, ele ainda chora.” (plausível – modalidade epistêmica)
 (14) “Não é vergonha chorar.” (permitido – modalidade deôntica)

- (15) “O homem pode ou não trabalhar.” (contingente – modalidade alética)
(16) “O homem nem sempre trabalha.” (contestável – modalidade epistêmica)
(17) “O homem é livre de não trabalhar.” (facultativo – modalidade deôntica)

Com base nos exemplos acima, pode-se dizer, com Koch (2006, p. 136-137), que os modalizadores epistêmicos “[...] assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados [...]”, enquanto os modalizadores de caráter deôntico “[...] indicam o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional.” Palmer (1986, *apud* Costa, 1995) frisa que as modalidades epistêmicas se realizam em níveis supraproposicionais, isto é, são aplicadas à esfera do julgamento que o falante constrói acerca da proposição, e não ao conteúdo proposicional puramente. Sobre este, atuam as modalidades deônticas.

Luiz Carlos Travaglia (1981) distingue oito noções modais: certeza, aconselhamento ou prescrição, obrigação, necessidade, volição, intenção, possibilidade e probabilidade. Segundo o autor, essas modalidades podem ser expressas por verbos modais, advérbios, adjetivos e pelos modos verbais imperativo, subjuntivo e indicativo. Além desses recursos de expressão das modalidades, encontramos em Bronckart (1999, p. 333) mais três formas de modalização que atuam tanto na língua francesa quanto no português: o tempo verbal futuro do pretérito, orações impessoais (é provável que..., admite-se que...) e alguns verbos lexicais que, por seu valor semântico, podem cumprir o papel de modais: crer, pensar, desejar, etc.

A noção de *certeza* normalmente é expressa, em português, pelos tempos verbais do modo indicativo. No exemplo (18), o trecho grifado indica a certeza do falante quanto à verdade da proposição, desde que atendidas as condições anteriormente especificadas na própria sentença.

- (18) Além disso, em termos econômicos, antecipando-se a detecção da planta-foco, menos oneroso será o controle [da praga]. (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

A noção modal de *aconselhamento* pode ser expressa por meio do modo imperativo, desde que na entonação adequada, ou pela construção perifrástica do verbo modal *dever*, na segunda ou terceira pessoas, com um verbo em sua forma infinitiva (doravante, Inf). No trecho a seguir, encontram-se dois exemplos desta construção perifrástica.

(19) No caso de haver um foco de infestação, o controle deve ser extensível às duas ruas paralelas e até quatro plantas, definidas a partir da última rua e planta infestada respectivamente. Em ambos os casos, a pulverização deve seguir em direção à planta-foco ou centro do foco de infestação para evitar a dispersão pelo vento do equipamento de pulverização. (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

O modo verbal imperativo pode, além de aconselhar, também expressar *ordens positivas* (exemplo (20)) e *ordens negativas* (exemplo (21)). A noção modal de *obrigação* pode ser expressa pelo auxiliar *ter*, na perífrase *ter delque* + Inf, e também pela perífrase *dever* + Inf (exemplo (22)), de maneira semelhante ao que se observa na modalidade de aconselhamento.

(20) Caso permaneça alguma dúvida ou algum ponto que queira aprofundar, faça a gentileza de entrar em contato comigo. (Carta comercial 59, período contemporâneo.)

(21) [...] Respeito ao *que* me dis do Dinheiro do Francisco Vossa mercê Senão tiver a Sirtado odinheiro Com achegada desta onão a Sirte por *que* eu quero-me Safar,... (Carta comercial 11, século XVIII.)

(22) Prezado cliente,
A Casa do Farmacêutico³¹ oferece a seus clientes o serviço de auditoria para qualificação de fornecedores conforme a exigência da nova RDC 67/07, segundo a qual todas as farmácias deverão realizar auditorias in loco para qualificação de seus fornecedores. (E-mail comercial 10, período contemporâneo.)

A noção modal de *necessidade* recebe acepções que variam de acordo com teórico adotado. Por exemplo, Bybee *et al.* (1994) tratam tal conceito como uma espécie de obrigação (exemplo (23)); Mira Mateus *et al.* (1983), por sua vez, consideram que a modalidade da necessidade entra em ação sempre que um determinado fato necessariamente implica a ocorrência de outro fato, como no exemplo (9) acima, em que o fato de um sujeito fumar acarretará, necessariamente, um mal a sua saúde. Em nosso trabalho, optamos por esta concepção, que tem por base uma relação lógica de necessidade entre um fato e sua consequência.

³¹ Todos os nomes de empresas e pessoas, números de telefones e endereços de e-mail foram alterados.

(23) O que for vidro, ou deve ser muitíssimo bem embalado ou não vir porque daqueles copos que tia Rita nos deu quebraram-se 5... (Carta pessoal 07, período contemporâneo.)

A modalidade da *volição* pode ser expressa pelos verbos *querer* ou *desejar*, em perífrases com um verbo na forma infinitiva (exemplo (24)), ou também pelo modo subjuntivo. A *intenção*, por sua vez, será expressa por *haver + de + Inf* (exemplo (25)), pelo tempo futuro do presente (exemplo (26)), ou pelo tempo futuro do pretérito, no caso de uma intenção não concretizada no passado (exemplo (27)).

(24) Eu queria mandar algo pros meninos mas como são tantos, não quis mandar para uns e não pra outros... (Carta pessoal 06, período contemporâneo.)

(25) Hei de fazer tudo o que for possível para ajudá-los.

(26) Farei de tudo para ajudá-los.

(27) Se eles me pedissem, eu faria tudo de outra forma.

A noção modal da *possibilidade* é normalmente expressa pela perífrase *poder + Inf* (exemplo (28)) ou pela oração impessoal *é possível* seguida de oração reduzida de infinitivo (exemplo (29)). A *probabilidade* é uma noção modal que pode ser expressa por meio da perífrase *dever + Inf* (exemplo (30)), ou através de expressões de dúvida seguidas de um verbo no modo subjuntivo (exemplo (31)).

(28) O controle químico da cochonilha ortézia, quando preconizado como a única estratégia de manejo da praga em pomares, leva a um contínuo uso de inseticidas, pode resultar em desequilíbrios biológicos pela drástica redução da população de inimigos naturais. (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

(29) É possível assoviar e chupar cana ao mesmo tempo.

(30) Apesar de ter se mudado, ela deve passar por ali para buscar alguma correspondência.

(31) Talvez ele nos dê ouvidos agora.

As diferentes modalidades ilustradas acima conferem ao discurso a tonalidade intencionada pelo falante, isto é, o grau de envolvimento do locutor para com o enunciado, assumindo ou isentando-se de responsabilidade, revelando o conteúdo da proposição como obrigatório, necessário, certo, hipotético, provável ou apenas possível. Conforme a proposta de Mira Mateus *et al.* (1983), todo enunciado, por se tratar de um elemento comunicacional

interativo, apresenta determinado grau de modalização. Portanto, as implicações da modalização não se reduzem à esfera gramatical, mas abrangem, também, os domínios do discurso, pois a modalização constitui fenômeno universal na linguagem e perpassa todas as formas de interação humanas.

Também Joan Bybee, Revere Perkins & William Pagliuca (1994) relacionam ao fenômeno da modalização sentidos como os de obrigação, permissão, necessidade, habilidade, desejo, probabilidade, possibilidade epistêmica e possibilidade radical, encontrados nos enunciados. De acordo com os autores, a modalização se realiza por meio de quatro tipos de modalidade. O primeiro tipo seria a modalidade até então denominada, neste trabalho, como deôntica. Os autores preferem denominá-la *modalidade orientada para o agente*³² (doravante, MOA). Também chamada de objetiva ou radical, ela se refere a condições internas e externas *ao agente*, com relação à prática da ação expressa pelo verbo principal. Por fazer parte do conteúdo proposicional da sentença – e não se referir à atitude do *falante* perante a proposição –, alguns quadros teóricos não consideram MOA como um tipo de modalidade. Entretanto, os autores a incluem em seu estudo porque dela surgem diacronicamente outras modalidades que são – estas sim – consideradas como tal por vários estudiosos. São cinco as noções modais abarcadas por MOA: obrigação, necessidade, habilidade, desejo e possibilidade radical.

A *obrigação* se relaciona a condições sociais externas que induzem o agente a praticar determinada ação. Segundo os autores, há uma obrigação forte, que pode se referir a leis ou a condições para que algo ocorra (exemplo (32)), e uma obrigação fraca, que assume um tom de recomendação (exemplo (33)). “If a weak obligation is not fulfilled, the consequences are not too serious; but the consequences of not fulfilling a strong obligation are much more severe.”³³ (BYBEE *et al.*, 1994, p. 186). Contudo, nem sempre é nítido o grau de “força” de uma obrigação, o que evidencia o caráter não estanque das categorias modais e a consequente impossibilidade de uma classificação precisa das modalidades.

(32) Pedidos deverão ser colocados até o dia 05/12/2007, para entrega no corrente ano. (E-mail comercial 07, período contemporâneo.)

(33) A prática do controle conjugado da cochonilha ortézia e do ácaro-da-leprose, definitivamente, não deve ser rotineira, em função da frequência de aplicação para cada alvo biológico. (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

³² No texto original, “*agent-oriented modality*” (BYBEE *et al.*, 1994).

³³ “Se uma obrigação fraca não é cumprida, as consequências não são tão sérias; mas as consequências de não se cumprir uma obrigação forte são muito mais severas.” (Tradução nossa).

A *necessidade*, segundo os autores, refere-se a condições físicas que levam o agente a praticar a ação expressa pela proposição, como no exemplo (34), em que existe uma dependência física ou psicológica do agente quanto à televisão.

(34) Ela tem que/de deixar a televisão ligada à noite, caso contrário não consegue dormir.

A *habilidade*, que na língua portuguesa costuma ser expressa pelo verbo *poder*, diz respeito a condições internas ao agente que o capacitam a praticar a ação proposta. A habilidade pode ser mental ou física, como se pode constatar nos exemplos (35) e (36). Na língua latina, segundo Bybee *et al.* (1994), o conceito físico do verbo *poder* historicamente antecede o mental, mas, no português, este verbo normalmente é ambíguo, podendo expressar habilidade mental e física simultaneamente. O que se observa é que estas habilidades são noções que se sobrepõem, já que a maioria das atividades que requerem habilidade mental necessitam também da física, e vice-versa.

(35) Diga ao Jorge que os vinhos que êle mandou, eu não podia levá-los durante todo o tempo comigo. [...] carregar garrafas não é fácil. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.) → Habilidade física.

(36) É um espetáculo que não posso descrever. Só vendo, mesmo. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.) → Habilidade mental.

A *possibilidade radical* diz respeito a condições físicas e/ou sociais que atuam sobre o agente de maneira favorável à prática de determinada ação. Assim como a habilidade, a possibilidade radical também costuma ser expressa pelo modal *poder*:

(37) Eu posso te buscar depois da aula.

Já a modalidade que traduz *desejo*, de acordo com Bybee *et al.* (1994), refere-se a uma condição interna ao agente, representando a noção modal de volição em relação à ação expressada pelo verbo principal da proposição. No exemplo (38) a seguir, o agente tem como desejo a ação de uma segunda pessoa.

(38) [...] e juntam.^{te} quero que me faça m.^{ce} mandar tres cavallos capoens eo que vM. mandou veio cheio de piolhos [...] (Carta pessoal 18, século XVIII.)

O segundo tipo de modalidade apontada por Bybee *et al.* (1994) é aquela orientada para o locutor³⁴ (doravante, MOL). Diferentemente da MOA, essa modalidade não se reporta a condições referentes ao agente; ela permite que o falante imponha condições ao alocutário. As modalidades orientadas para o locutor incluem as imperativas, optativas, hortativas, admonitórias e permissivas. As noções modais imperativas dizem respeito a pedidos, ordens positivas ou negativas (proibição), convites, etc., respectivamente exemplificadas pelas sentenças (39) a (42):

(39) Você pode me emprestar dois reais? (Pedido)³⁵

(40) Faça logo o seu dever de casa. (Ordem positiva)

(41) Não estacione. (Ordem negativa)

(42) Queira assentar-se. (Convite)

A modalidade optativa se refere ao desejo do locutor quanto ao acontecimento de fatos e, em português, pode ser expressa por orações ou expressões optativas como as de (43) e (44):

(43) *Espero que* dê tudo certo no seu casamento.

(44) *Tomara que* não chova hoje.

As modalidades hortativas e admonitórias são aquelas em que o falante, respectivamente, incita e aconselha o agente em relação à ação. No exemplo (45), o falante encoraja o sujeito a agir e, no (46), transmite um aviso. A permissão é a modalidade por meio da qual o locutor autoriza a prática de ações por parte de seu interlocutor, como no exemplo (47).

(45) Você é capaz de vencer a partida amanhã. Você vai conseguir!

(46) Ultrapassando o limite de velocidade, você coloca sua vida em risco.

³⁴ No texto original, “*speaker-oriented modality*” (BYBEE *et al.*, 1994).

³⁵ Muitas vezes, a expressão de pedidos não se realiza por meio de verbos no modo imperativo. Neste exemplo, o verbo poder poderia ser interpretado como possibilidade radical, apesar de não ser esta a leitura mais comum.

(47) Pode entrar, José, sente-se aí.

O terceiro tipo de modalidade analisado por Bybee *et al.* (1994) é a modalidade epistêmica³⁶ (doravante, ME). Também chamadas subjetivas ou hipotéticas, as ME indicam o grau de comprometimento do locutor com a verdade da proposição, tendo como escopo toda a sentença. Assim, sentenças sem a marca da ME indicam que o falante se compromete totalmente com a verdade; sentenças marcadas por essa modalidade apontam em direção a graus mais baixos de comprometimento. A ME se faz crucial para este trabalho, pois, como já mencionamos, a literatura postula que, durante o fenômeno da gramaticalização, o emprego dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer* caminha em direção aos usos mais epistêmicos. Os tipos mais comuns de ME são as noções de possibilidade epistêmica, probabilidade, certeza inferida; os autores mencionam também a noção contrafactual³⁷.

A *possibilidade epistêmica*, diferentemente da possibilidade radical, não se relaciona a um agente, mas a toda a proposição. Ela pode ser expressa pelo verbo *poder*, como no exemplo (48).

(48) Podíamos ter morrido naquele acidente.

A noção modal da *probabilidade* indica um grau de certeza um pouco maior – por parte do locutor – do que aquele estabelecido pela possibilidade: o falante tem como base alguma evidência que o leva a concluir aquilo que se expressa por meio de determinada proposição (exemplo (49)). A modalidade da *certeza inferida*, por sua vez, indica que o falante dispõe de evidências ainda mais fortes para acreditar no conteúdo proposicional (exemplos (50) e (51)).

(49) Devo me casar ainda neste ano.

(50) E isso de estar dentro de casa, no calor, e sair nêsse gêlo não deve ser bom. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.)

(51) Só pode ter sido você! (Carta pessoal 24, período contemporâneo.)

³⁶ No texto original, “*epistemic modality*” (BYBEE *et al.*, 1994).

³⁷ No texto original, “*counterfactual*” (BYBEE *et al.*, 1994). Esta noção modal, que não será estudada neste trabalho, abrange proposições que contrariam ou negam um fato, como em: *Eu deveria ter esperado por eles, mas fugi sem olhar para trás.*

Pode-se observar uma gradação quanto à certeza do falante entre as modalidades epistêmicas da possibilidade, probabilidade e certeza inferida. De acordo com Bybee *et al.* (1994), a possibilidade indica que há alguma chance de que o conteúdo da proposição seja verdadeiro; a probabilidade aumenta a chance de verdade, apontando para um comprometimento um pouco mais evidente por parte do falante. A certeza inferida, por sua vez, implica que o falante tem razões suficientes para acreditar na verdade da proposição, apesar de não ter certeza absoluta quanto aos fatos.

O quarto tipo de modalidade, segundo Bybee *et al.* (1994), é aquele que se refere às flexões que indicam o modo verbal em orações subordinadas e as diferenças semânticas que podem ocorrer de acordo com o tempo verbal utilizado. Como esta modalidade foge um pouco ao tema de nosso estudo, optamos por não desenvolvê-la nesta dissertação. Mesmo assim, apresentamos os seguintes exemplos em língua espanhola, retirados de Bybee *et al.* (1994, p. 213):

(52) “Dice que vengan ahora.” X “Dice que vienen ahora.”

No presente trabalho, adotaremos as considerações teóricas de Mira Mateus *et al.* (1983) e de Bybee *et al.* (1994) acerca da modalidade. Como nossa pesquisa aborda a gramaticalização sob uma perspectiva diacrônica (ainda que este fenômeno não seja nosso foco), interessa-nos a trajetória percorrida pelos verbos *poder*, *dever* e *querer*, no que diz respeito a suas inovações semânticas e sintáticas e a relação de suas distribuições com os gêneros textuais. A descrição das diferentes funções modais desempenhadas por estes três verbos e um esboço de seus possíveis percursos históricos encontram sua base no estudo destes autores.

4.2 Verbos modais

Os verbos capazes de traduzir as diversas modalidades da expressão humana são chamados de verbos modais. Segundo Mira Mateus *et al.* (1983), dependendo de sua referência ao locutor, esses verbos podem representar modalidades deônticas ou epistêmicas. As autoras, com base em Herman Parret (1988), indicam os seguintes verbos como exemplos

de modais: *ter delque*, *haver delque* e *poder*, expressando as modalidades da possibilidade e contingência, e *dever*, traduzindo necessidade e também possibilidade. Nesta lista de modais, Parret (1988) também inclui os verbos *querer* e *saber*. O valor semântico modal de cada verbo ficará a critério do alocutário, com base no contexto em que os verbos se inserem.

Os verbos modais em destaque neste trabalho, isto é, *poder*, *dever* e *querer*, já tiveram sua gramaticalização pesquisada por alguns estudiosos (Cf. Vianna, 2000; Costa, 1995). Como veremos em detalhes neste capítulo, algumas das modalidades expressas por eles são as noções de habilidade, possibilidade radical e epistêmica, probabilidade, permissão, obrigação, necessidade, certeza inferida, volição, convite e pedido.

Discute-se na literatura se estes verbos podem realmente ser classificados como um tipo particular de auxiliares ou se seriam, na verdade, verbos plenos. Os auxiliares são aqueles verbos que, juntamente com um verbo principal em sua forma nominal (infinitivo, particípio ou gerúndio), compõem uma perífrase verbal. Os auxiliares estariam, dentro dessa definição, encarregados das flexões de tempo, número e pessoa. As perífrases podem representar locuções verbais ou tempos compostos. Como os verbos modais em estudo se relacionam a infinitivos, a estrutura perifrástica que nos interessa nesta pesquisa é a locução verbal³⁸.

Said Ali (1950) discute a existência, na língua portuguesa, de sequências verbais formadas por dois elementos. De acordo com seu pensamento, o primeiro verbo é chamado *auxiliar* e exerce função gramatical; o segundo tem função lexical principal, apresentando-se em alguma de suas formas nominais – gerúndio, particípio ou infinitivo. Portanto, na estrutura M+Inf tem-se uma locução – e não de duas orações, como propõem Pontes (1973) e Perini (1976). Ali (1950) chega a essa conclusão com base na observação de que, após os auxiliares modais, o infinitivo costuma ser impessoal, o que prova a existência de um só sujeito para os dois verbos da locução. Caso uma perífrase representasse duas orações, seria necessária a presença de dois sujeitos distintos, como no exemplo (53):

(53) *José quer Paulo comprar um carro novo.

Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existência própria acodem logo à nossa mente os verbos classificados por gramáticos notáveis [...] como auxiliares modais. Exercem essa função em português os verbos *poder*, *saber* (significando '*ter aptidão*', cf. ing. *can*), *dever*, *haver de*, *ter de*, *querer*. (ALI, 1950, p. 97, itálicos do autor).

³⁸ Alguns exemplos de tempos compostos: Maria *tinha comprado* frutas. / Se ele *houvesse descoberto* a verdade, *teria tomado* outra decisão. Lembramos que alguns gramáticos consideram locuções verbais as perífrases de quaisquer verbos auxiliares com formas no gerúndio e no infinitivo.

Ali (1950, p. 101) reconhece três características fundamentais nos verbos auxiliares modais³⁹:

- são semanticamente incompletos, “sem existência própria” e, por isso, ligam-se a um verbo no infinitivo para que sua significação seja “completada”;
- o infinitivo que cumprirá a função de verbo principal deve vir em sua forma impessoal, isto é, sem flexão;
- a desinência de pessoa será realizada pelo verbo auxiliar modal, já que é ele o responsável pela seleção de argumento externo (sujeito).

Com base no pensamento de Ali (1950), de que os verbos modais são *semanticamente incompletos*, Vianna (2000, f. 59) tece a seguinte reflexão: “[...] os modais não são apenas ‘menos completos’ quanto à sua significação, mas parecem estabelecer relações semânticas próprias ao se unirem aos verbos no infinitivo.” Ainda conforme o pesquisador, o próprio fato de a modalidade poder ser expressa por meio de verbos assinala a importância de uma análise não apenas semântica mas também sintática destes itens, posição que encontra respaldo em Bybee & Fleischman (1995), que afirmam que as análises das funções modais devem ser capazes de explicar, também, a distribuição sintática dos itens.

Eunice Pontes (1973), contudo, não considera que os verbos modais *poder*, *dever* e *querer* façam parte da categoria dos verbos auxiliares. Conforme Pontes (1973, p. 50-52), para ser classificado como auxiliar, um verbo precisa cumprir uma série de requisitos. Tais condições, listadas a seguir, têm por base a distribuição do auxiliar *ter*⁴⁰, que é o verbo mais aceito pelos gramáticos como pertencente a essa categoria. A estrutura *ter* + *particípio* traz, de acordo com a autora, a forma *ter* como o auxiliar prototípico. As condições propostas pela autora para que um verbo seja considerado auxiliar são:

a) a posição do verbo auxiliar deve ser fixa na sequência verbal, isto é, após os verbos modais (quando ocorrem) e antes de *estar* + gerúndio. Exemplos: *Ele tem estado comprando móveis novos.* / *Ele pode ter estado comprando móveis.* / **Ele está tendo comprado móveis;*

b) a forma nominal do verbo que sucede o auxiliar deve se manter invariável, não podendo, portanto, se flexionar de acordo com o sujeito da oração. Exemplos: **Os cisnes querem voarem mais alto.* / **As crianças têm frequentados o circo.* / **Estávamos participandos da festa;*

³⁹ Outros auxiliares também apresentam essas características, mas, como se sabe, nem todos se associam a um verbo no infinitivo.

⁴⁰ Além de *ter*, a autora menciona o verbo *haver*, variação estilística de *ter*, como auxiliar prototípico.

c) caso haja modificação da voz da sentença – de ativa para passiva –, a posição original do auxiliar deve ser mantida, isto é, entre o modal e o gerúndio. Exemplo: *Maria pode ter estado vendendo os doces.* → *Os doces podem ter estado sendo vendidos por Maria;*

d) o auxiliar e a forma nominal que o sucede devem constituir uma unidade em relação ao tempo, de maneira que os advérbios temporais estejam adequados à flexão do auxiliar. Exemplos: *Eu tenho estudado muito ultimamente.* / *Eles terão estudado muito ao final de dois anos.* O advérbio “ultimamente” não poderia ser empregado na segunda sentença, pois, neste caso, o auxiliar está flexionado em um tempo do futuro;

e) a negação deve abranger tanto o auxiliar quanto a forma nominal, devendo ser colocada antes da sequência. Exemplos: *Ele não tem visitado os avós ultimamente.* / *Ele tem não visitado os avós ultimamente.* Na primeira sentença, a palavra “não” nega a unidade formada pelo auxiliar e pelo particípio. No segundo caso, a negação parece recair somente sobre *visitado*, o que, seguramente, é pouco produtivo⁴¹;

f) as restrições seletivas relativas ao sujeito ficam a cargo do verbo principal, ou seja, da forma nominal que acompanha o auxiliar, e, assim como no caso da negação, deve servir à unidade. Exemplos: *Clarice tinha lido o jornal.* / **O jornal tinha lido Clarice.* A segunda sentença se faz agramatical, pois o verbo *ler* seleciona seres animados como argumento externo;

g) o verbo auxiliar deve aceitar associação a qualquer verbo, inclusive aos verbos impessoais. Exemplos: *Teria havido muita reclamação.* / *Vocês têm saído todos os dias?* / *Tinha nevado.*

De acordo com Vianna (2000, f. 21), essas características propostas por Pontes (1973) são, na prática, “[...] um conjunto de traços, e quanto mais próximo da totalidade desses traços esteja um verbo, tanto mais devemos considerá-lo um auxiliar.” Pontes (1973) ressalta, entretanto, que não basta que um verbo apresente muitos desses traços para ser classificado como auxiliar; algumas características se mostram mais decisivas do que outras. Em se tratando da estrutura *verbo + infinitivo*, a autora observa, antes de tudo, se ocorre a formação de orações subordinadas.

Pontes (1973) separa, ainda, os verbos de complementação infinitiva em dois tipos: os que apresentam uma oração como *objeto*, isto é, formando um período composto por duas orações; e aqueles que aceitam uma oração como *sujeito*. No primeiro caso, os verbos não

⁴¹ Não dispomos de dados empíricos suficientes para considerar essa estrutura como agramatical. Apenas a recusamos intuitivamente.

podem, absolutamente, ser considerados auxiliares⁴²; no segundo, há que se analisar o verbo com base na lista de requisitos que fazem de *ter* um auxiliar prototípico.

Os verbos modais *poder* e *dever* são retirados pela autora da classe dos auxiliares. Ela distingue três significados para *poder* e dois⁴³ para *dever*, explicitados e exemplificados a seguir. Estas acepções, como se verá, assemelham-se às que propomos mais à frente, com base nas ocorrências encontradas no *corpus* recolhido para este estudo.

*Poder*₁: capacidade, ter poder

(54) Ana pode costurar vestidos de festa.

*Poder*₂: ter permissão

(55) Você não poderá voltar nunca mais ao seu país.

*Poder*₃: possibilidade

(56) Eles podem descobrir a cura em breve.

*Dever*₁: obrigação

(57) Devemos estudar muito para sermos aprovados no vestibular.

*Dever*₂: haver a hipótese de

(58) Deve chover ainda hoje.

Como explicitado anteriormente, a análise de Pontes (1973) tem como base as características que fazem de *ter* o auxiliar prototípico. Com base nisso, a autora observa que *poder*₁, *poder*₂ e *dever*₁ não cumprem nenhum dos requisitos para serem considerados verbos auxiliares. *Poder*₃ e *dever*₂ apresentam semelhante comportamento sintático, apenas não obedecendo a dois dos critérios de auxiliaridade propostos pela autora. Entretanto, os requisitos não obedecidos são suficientes para que Pontes (1973) não os considere auxiliares. *Poder*₃ e *dever*₂, segundo a autora, aceitam que a negação recaia sobre apenas um dos verbos da perífrase (exemplos (59) e (60)), além de não formarem unidade com relação a tempo, ou

⁴² Neste primeiro grupo estariam, segundo a autora, os verbos que classificamos como *querer*₁ e *2*.

⁴³ Pontes (1973, p. 109) reconhece um terceiro uso de *dever*, que seria indicador de uma necessidade extrínseca. Ela dá exemplos, como “Devia chover hoje! (Precisava chover hoje!)”, mas não chega a teorizar sobre essa função de *dever*.

seja, eles aceitam que os advérbios variem de acordo com Inf, e não com a flexão de tempo do modal (exemplos (61) e (62)).

(59) Maria pode₃ não chegar a tempo.

(60) Maria deve₂ não gostar de jiló, pois não comeu a salada.

(61) Maria pode₃ ter chegado ontem.

(62) Maria deve₂ ter comido todo o jiló ontem.

No caso do verbo *querer*, a autora demonstra que ele é um verbo transitivo, pois aceita ser seguido tanto por um objeto direto nominal (exemplo (63)) quanto por uma oração subordinada substantiva objetiva direta introduzida pela conjunção *que* (exemplo (65)), não podendo, antes mesmo de qualquer análise de requisitos (como a que se baseia nas características do auxiliar prototípico *ter*), ser considerado um auxiliar. Além disso, segundo Pontes (1973), se o verbo é seguido de infinitivo (exemplo (64)), há chance de que ocorra coincidência de sujeitos, mas, se seguido por uma segunda oração (exemplo (65)), os sujeitos serão diferentes, o que impossibilita que tal verbo seja um auxiliar.

(63) Eu queria um suco.

(64) Eu queria tomar um suco.

(65) Eu queria que você tomasse um suco.

Outra razão que, de acordo com Pontes (1973), desclassifica *querer* como auxiliar é o fato de ele não aceitar transformação para a voz passiva. A sentença em (67) não é a passiva correspondente a (66). *Um suco* parece ser o objeto de *tomar*, não de *querer*.

(66) Maria queria tomar um suco.

(67) * Um suco queria ser tomado por Maria.

Além de *querer* não aceitar transposição para a voz passiva, outro motivo leva este verbo a ser excluído pela autora da classe de auxiliares. Uma sentença como a do exemplo (68) é pouco provável, e isso se deve ao fato de este verbo selecionar apenas sujeitos animados, deixando claro que o verbo principal, nesta sentença, não é *empenar*, mas *querer*, pois não haveria restrição entre *porta* e *empenar*.

(68) (?) A porta quer empenar.

Entretanto, em situações informais é relativamente comum a combinação do verbo *querer* com sujeitos inanimados, principalmente em negativas. A própria autora reconhece esse uso de *querer*: “Encontra-se, na linguagem coloquial, a seguinte construção: A pedra (es)tá querendo quebrar.” (PONTES, 1973, p. 84). Segundo a autora, nesse caso, o verbo *querer* não indica volição, mas a iminência de um fato. Além disso, Pontes (1973) adverte que, quando assume este sentido, *querer* admite qualquer tipo de sujeito e de verbo. Exemplos:

(69) E quando fui tirar fotos sobrevoando os Alpes e sua neve eterna, minha máquina não quis funcionar. (Blog 17).

(70) Essa foto foi tirada em um dia nublado (querendo chover), por volta das 12:00h. (Blog 11).

(71) Nossa tô querendo gripar, ☹ tô com coriza e acabei de tomar um remédio, pois não suporto ficar doente, ainda mais gripe se não o Pedrinho vai acabar ficando dodói também! (Blog 4).

Já para Mário Perini (1976), o verbo *querer* não pode ser considerado verbo auxiliar porque, mesmo em sentenças como a exemplificada em (72), há um sujeito para cada verbo, isto é:

(72) Eu queria tomar um suco. → Eu₁ queria [eu₂] tomar um suco.

Segundo Perini (1976), havendo a coincidência entre o sujeito₁ e o sujeito₂, como em (72), o sujeito₂ não será realizado na fala/escrita, mas seu conteúdo semântico será mantido e compreendido pelos interlocutores. Não ocorrendo tal coincidência, o sujeito₂ deverá ser realizado materialmente, exigindo, para isso, a presença da conjunção *que*. Em ambos os casos, trata-se de duas orações: *querer*, como verbo transitivo, recebe complemento oracional – na forma infinitiva ou na forma finita, antecedida por *que*. Por isso, o modal *querer* não seria formador de locução verbal, não sendo, portanto, verbo auxiliar.

Contudo, é interessante observar que, no caso da primeira sentença exemplificada em (63), pode-se reconhecer um verbo implícito no infinitivo. Isso resultaria em uma coincidência de interpretações para os exemplos (63) e (64). Em Said Ali (1950, p. 97, grifos

do autor), encontra-se uma observação que comprova essa observação: “Às vezes omitimos o verbo principal. Assim **ele quer dinheiro** equivale a **ele quer haver (ou possuir) dinheiro; quero isto pronto = quero ver isto pronto.**”

Por outro lado, Lorenzo Vitral (1987), que se ocupa também dos modais, classifica os verbos da língua portuguesa com base em seus complementos oracionais. Deste modo, podem ser distinguidas quatro classes:

- V. SUB, cujos verbos admitem complementos oracionais no modo subjuntivo ou na forma infinitiva. Neste grupo, destacam-se os verbos *querer, tentar, adorar, proibir*, etc.;
- V. IND, cujos verbos aceitam complementos oracionais no modo indicativo ou no infinitivo. Deste grupo fazem parte, entre outros, os verbos *saber, repetir, notar*;
- V. MIS, cujos verbos se comportam de maneira mista, admitindo complementos oracionais tanto no modo subjuntivo quanto no indicativo, além de também aceitarem a complementação infinitiva. Desta classe constam os verbos *acreditar, pensar*, etc.;
- V. INF, cujos verbos aceitam somente complementos oracionais na forma infinitiva. Neste grupo, destacam-se, entre outros, os verbos *poder, dever, ousar*.

De acordo com Vitral (1987, f. 96), essa “[...] possibilidade de os verbos admitirem os diferentes complementos oracionais descritos pode ser tratada em termos de subcategorização verbal”, isto é, o modo verbal e/ou a forma infinitiva se relacionam ao conjunto de traços que constituem a matriz lexical dos verbos. O autor defende, portanto, a auxiliaridade de *poder, dever* e, em alguns casos, de *querer*.

Por serem V. INF, *poder* e *dever* aceitam como complementos apenas verbos no infinitivo, e não orações subordinadas iniciadas pela conjunção *que*, como mostram os exemplos (73) e (74). *Poder* e *dever* não admitiriam um sujeito₂ expresso formalmente em suas completivas infinitivas, como no exemplo (75), de vez que as formas infinitivas, neste caso, não atribuem caso nominativo. Além disso, o autor observa que é possível o alçamento de pronomes clíticos (exemplo (76)), o que prova tratar-se de locução verbal – caso contrário, haveria uma barreira ao “pulo” do clítico para o verbo anterior:

(73) Eles devem/podem comprar aqueles sapatos.

(74) *Eles devem/podem que comprem aqueles sapatos.

(75) *Eles devem/podem Maria comprar aqueles sapatos.

(76) Eles os deviam/podiam comprar.

Já o verbo *querer* aceita infinitivo e também oração desenvolvida iniciada por *que*, acompanhado por um verbo no modo subjuntivo.

(77) Eles querem comprar os sapatos.

(78) Eles querem que Maria compre os sapatos.

Vitral (1987) ressalta, entretanto, que, quando complementado por infinitivo, *querer* se comporta como *poder* e *dever*. O verbo *querer* subcategoriza [-tempo] quando seu complemento é infinitivo, e [+tempo α]⁴⁴ se seguido por *que* + subjuntivo. Nesta última situação, há atribuição do caso nominativo – por parte do subjuntivo –, o que exige o preenchimento da posição de sujeito antes da forma subjuntiva (exemplo (78)).

A proposta de Vitral (1987) complementa a de Said Ali (1950) na medida em que demonstra que a forma infinitiva não atribui caso nominativo, razão pela qual *querer*, *poder* e *dever*, quando complementados por infinitivo, são verbos auxiliares. Há, portanto, uma estreita relação sintática entre estes três verbos, já que todos se associam a infinitivos [-tempo], não apresentando sujeito lexical e admitindo alçamento de clíticos.

As análises de Said Ali (1950), Pontes (1973), Perini (1976), Vitral (1987) e Vianna (2000) quanto à auxiliaridade dos verbos em geral – e, especialmente, dos modais *poder*, *dever* e *querer* – podem ser encaradas de maneira complementar, pois as abordagens não são totalmente incompatíveis, apenas acrescentam às outras novos aspectos. Enquanto alguns autores, como Said Ali (1950) e Lorenzo Vitral (1987), consideram a estrutura constituída por verbo modal seguido por um verbo em sua forma infinitiva (M+Inf) como uma locução – o que indica que o modal em questão é um auxiliar e que, neste caso, há somente uma oração e o núcleo do predicado seria a locução –, outros teóricos como Eunice Pontes (1973) e Mário Perini (1976) discordam desta visão e propõem que aquilo que Ali e Vitral consideram locução constitui, na verdade, duas orações, sendo o modal o núcleo da principal, seguido por uma oração reduzida de infinitivo.

Cientes da discussão apresentada, optamos, com Vianna (2000), pela abordagem mais inovadora, que defende a hipótese da gramaticalização dos modais *poder*, *dever* e *querer* como explicação para seu comportamento ambíguo e para a consequente dificuldade de se classificarem estes três modais como auxiliares ou como verbos plenos. Como a

⁴⁴ A letra grega α indica que o tempo verbal em que se conjuga o verbo do complemento oracional será correlato ao tempo em que se encontra o verbo principal.

gramaticalização está transformando alguns modais em auxiliares, é possível encontrar, numa sincronia, ocorrências em que se comportam como verbos plenos e outras em que são auxiliares. Então, consideraremos *auxiliares* os verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, quando seguidos de Inf, devido ao fato de as formas infinitivas não atribuírem caso nominativo, não havendo, portanto, um sujeito para M e outro para Inf.

Além disso, em nosso *corpus* não foi registrada a ocorrência de NEG entre M e Inf e, apenas em alguns poucos casos, foi observada a presença de clíticos, pronomes apassivadores ou de construções adverbiais entre os dois elementos da locução. Estes fatores, sozinhos, não são determinantes da não-auxiliaridade de *poder*, *dever* e *querer* e se apresentaram em quantidade irrisória. Por isso, mantemos nossa posição de defesa da auxiliaridade destes três modais e interpretaremos a estrutura M + Inf como uma unidade significativa dentro de uma proposição.

4.3 Processos Históricos

Bybee *et al.* (1994) descrevem relações diacrônicas entre algumas noções modais. Por exemplo, o uso de uma forma que originalmente expressa a noção de necessidade (MOA) pode passar a expressar também obrigação e desejo; ambas são noções modais orientadas para o agente. Sincronicamente, as diferentes leituras se misturam, cabendo ao contexto o papel de atualizar a sentença da maneira mais adequada a cada situação.

Um exemplo de relação diacrônica entre diferentes modalidades deônticas, segundo os autores, é a origem da noção de possibilidade radical a partir de um uso que expressa habilidade. No primeiro exemplo a seguir (79), o verbo *poder* indica ausência de impedimento, tanto externo quanto interno ao agente. No segundo caso (80), além da noção de ausência de impedimento, há um tom de pedido, mas de maneira polida – não chegando a configurar uma ordem. Ambos são casos de possibilidade radical que têm origem na noção de habilidade.

(79) Eu posso comprar o livro amanhã.

(80) Por gentileza, você poderia trocar de lugar comigo?

A permissão é mais uma modalidade orientada para o agente que resulta do percurso evolutivo de outra noção de MOA – no caso, da possibilidade radical. Bybee *et al.* (1994) observam que, enquanto a possibilidade radical abrange condições físicas e sociais, a permissão inclui apenas as condições sociais, o que contribui para que essas duas modalidades se confundam. De acordo com os autores, “[...] a general root possibility sense would automatically include the sense of social permission. The use of the form to ask and grant permission is, then, just a special instance of root possibility.”⁴⁵ (BYBEE *et al.*, 1994, p. 193)

Modalidades epistêmicas também podem se desenvolver a partir de noções de MOA. Percebe-se, então, uma relação entre modalidade e gramaticalização, pois noções de MOA, ao caminharem em direção a ME, vão se tornando cada vez mais abstratas e mais gramaticais. Por exemplo, a permissão – que teve origem na possibilidade radical – e também a obrigação podem caminhar em direção à modalidade epistêmica da possibilidade.

(81) Ele pode chegar mais cedo hoje.

Há, no mínimo, três interpretações diferentes para (81), de acordo com as diversas acepções do verbo modal *poder*. Uma análise sincrônica desta sentença deixa transparecer a ambiguidade semântica em relação ao modal; contudo, diacronicamente, tem-se um exemplo do *continuum* de gramaticalização deste verbo.

Interpretando-o como um tipo de modalidade orientada para o agente, isto é, como *poder*₁, o verbo assume os sentidos de habilidade e/ou de possibilidade radical⁴⁶. Entendendo-o como *poder*₂, o modal ganha a acepção também deôntica de permissão. Já no caso de uma interpretação do verbo como *poder*₃, o sentido é dirigido à modalidade epistêmica da possibilidade. É interessante observar que, segundo Bybee *et al.* (1994), a noção deôntica de habilidade pode evoluir para possibilidade radical que, por sua vez, pode dar origem à permissão. Esta pode conduzir a uma leitura epistêmica do modal, conferindo a ele o sentido de possibilidade.

Essa vasta possibilidade de interpretações evidencia a hipótese de que o verbo *poder* se encontra em processo de gramaticalização, isto é, em pleno movimento de transferência conceitual, em que zonas de interseção entre diferentes estágios dificultam uma distinção

⁴⁵ “[...] um sentido geral de possibilidade radical automaticamente incluiria o sentido de permissão social. O uso da forma que pede e concede permissão é, então, nada mais que uma instância especial da possibilidade radical.” (Tradução nossa).

⁴⁶ O fato de haver uma dupla interpretação no caso de *poder*₁ (habilidade e possibilidade radical) ratifica o pensamento de que as categorias de modalidade não são estanques. A significação pode transitar dentro de determinados limites.

clara entre usos concretos e abstratos. Tal ambiguidade resulta da possibilidade de se atribuir mais de um sentido ao verbo. Vitral & Ramos (2006) defendem que, na verdade, não há ambiguidade do ponto de vista sincrônico, pois estamos diante de entradas lexicais distintas⁴⁷, e que o verbo, quando inserido na sentença, já possui seu estatuto categorial previamente definido.

Debra Ziegeler (2000) postula que variações como essa são um indicativo da gramaticalização de verbos modais. Segundo a pesquisadora, a coexistência entre formas deve ser observada quantitativamente: devem ser medidas, em um *corpus*, as frequências tanto do modal em sua função lexical quanto gramatical e, sempre que possível, deve-se procurar avaliar os níveis de gramaticalidade dos modais. A gramaticalização desses verbos, de acordo com a autora, tem seu início em certos ambientes semânticos, não sendo observada em outros contextos. O fenômeno só se torna perceptível quando os modais começam a aceitar sujeitos inanimados (exemplos (82), (83) e (84)), estrutura incompatível com suas funções deônticas.

(82) Tá querendo₃ chover.

(83) A mesa pode₃ quebrar.

(84) Minha sacola nova deve₂ aguentar o peso.

O fato de alguns modais epistêmicos terem origem nos deônticos, segundo a autora, se deve ao fortalecimento de implicaturas conversacionais, isto é, questões pragmáticas que acarretam um aumento do envolvimento do falante em relação à proposição. Já para Bybee *et al.* (1994), a mudança semântica é resultado de uma extensão metafórica, uma convencionalização de implicatura: um modal dá margem a inferências (interpretações) e estas acabam por se tornar parte do significado desse modal. Nesse processo ocorre uma mudança de domínio. O modal *dever* parte do domínio mais concreto das obrigações sociais (85) em direção à modalidade epistêmica da certeza inferida (exemplo (86)), que faz parte de um domínio mais abstrato. Normalmente, este é um processo gradual, mas, segundo os autores, pode-se manifestar de maneira abrupta, sendo necessária a observação de cada caso em particular.

⁴⁷ Vitral & Ramos (2006) consideram *homonímia* o que, segundo os próprios autores, a literatura sobre gramaticalização costuma denominar *polissemia*. Diacronicamente é fácil a percepção de uma polissemia, uma vez que novos sentidos são criados para um item original. Por outro lado, consideram que se trata, sincronicamente, de entradas lexicais distintas, o que significa que, neste caso, o termo *homonímia* parece também adequado.

(85) Mário deve₁ chegar a tempo.

(86) Mário deve₂ chegar a tempo.

Na verdade, o que mais nos interessa observar é que, da gramaticalização de itens que originalmente expressam noções de MOA, surgem as outras – MOL e ME –, isto é, vários processos são possíveis a partir de uma mesma fonte.

A idéia básica do relacionamento diacrônico entre as modalidades da língua é que – seguindo o conceito de gramaticalização de unidirecionalidade – tenhamos as modalidades orientadas para o agente, deônticas, objetivas ou radicais, como um momento anterior ou inicial da gramaticalização de um item modal e, posteriormente, as modalidades mais subjetivas, hipotéticas ou epistêmicas. (VIANNA, 2000, f. 91-92).

O fenômeno tomado como objeto empírico nesta pesquisa é o caminho, o *continuum* já descrito por Vianna (2000), Costa (1995) e por outros pesquisadores, dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer* de modalidades deônticas, orientadas para o agente, em direção a um uso mais gramatical e epistêmico. Vianna (2000) observa que não ocorre uma substituição de MOA por ME, mas uma coexistência de ambas as modalidades, resultado ratificado pela presente pesquisa. Ocorre também a passagem de MOA a MOL, sendo que esta não constitui, necessariamente, uma etapa do *continuum* entre MOA e ME.

O emprego dos verbos modais em estudo é generalizado devido à gramaticalização. À medida que caminham para usos mais gramaticais, sentidos mais abstratos são incorporados ao verbo, sem que ele perca sua capacidade de expressar, também, modalidades deônticas e mais próximas das significações lexicais dos itens. O *continuum* de gramaticalização dos verbos modais, portanto, não resulta em funções necessariamente excludentes, uma vez que, enquanto novos usos se estabelecem, os antigos se mantêm produtivos, enriquecendo a distribuição dos verbos modais na língua portuguesa.

O verbo *dever*, segundo o *Dicionário Etimológico* de Antônio Geraldo da Cunha (1986), origina-se a partir da forma latina “dēbēre”, com os significados de “*ter obrigação de*” e “*ter dívidas*”. O verbo *poder*, que se relaciona a “pōtēre” em latim, surge com as acepções de *ter a faculdade de* e *ter possibilidade de*. *Querer* tem sua origem no verbo latino “quærēre”, trazendo os sentidos de *desejar*, *ambicionar*. De acordo com Cunha (1986), os três verbos tiveram sua primeira ocorrência documentada no século XIII. Com base nos trabalhos de Bybee *et al.* (1994) e Vianna (2000), propomos a Figura 01 na página a seguir, com esquemas que representam os percursos históricos de *poder*, *dever* e *querer*.

FIGURA 01: Esquemas ilustrativos dos percursos históricos de *poder*, *dever* e *querer*.

PODER:

habilidade mental ou física (MOA) > habilidade (MOA) > possibilidade radical (MOA) >

> possibilidade epistêmica (ME)

> permissão (MOL) > possibilidade epistêmica (ME)

DEVER:

obrigação forte (MOA) > > certeza inferida (ME)

> imperativo (MOL) > certeza inferida (ME)

obrigação fraca (MOA) > probabilidade (ME)

QUERER:

desejo (MOA) >

> intenção (MOA) > probabilidade (ME)

necessidade (MOA) >

Ressaltamos que tais esquemas são meramente ilustrativos, pois não se pode determinar com precisão qual o grau de gramaticalização de um item. As fases do processo não constituem entidades discretas; daí decorre a dificuldade até mesmo em se delimitarem rigorosamente os diferentes usos dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer*. No *corpus* pesquisado, as ocorrências destes verbos foram divididas em: *poder*₁, *poder*₂ e *poder*₃; *dever*₁ e *dever*₂; *querer*₁, *querer*₂ e *querer*₃, de acordo com as diferentes acepções encontradas. Como se verá a seguir, foram agrupados alguns sentidos conforme seu nível de abstratização; assim, o nível 1 abarca usos menos abstratos, enquanto os níveis 2 e 3 trazem usos gradualmente mais abstratos. Essa divisão, contudo, não significa que dentro de cada grupo não haja também nuances entre graus de gramaticalidade. As diferentes acepções e respectivos exemplos, retirados do *corpus*, são:

→ ***Poder*₁: modalidades deônticas**

- Habilidade física e/ou mental. Trata-se de uma modalidade orientada para o agente que foi encontrada nos dois períodos históricos estudados. Exemplos:

(87) É um espetáculo que não posso descrever. Só vendo, mesmo. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.)

(88) [...] e cultivar-se hum terreno, que póde sustentar muitos milhões de Vassallos de Sua Magestade [...]. (Artigo científico 01, século XVIII.)

- Possibilidade radical. Indica ausência de impedimento externo para que o sujeito (agente) realize a ação. Esta MOA também ocorreu em ambos os períodos históricos selecionados para análise. Exemplos:

(89) Logo que possa, escreverei de novo contando as confusões que n/ tem faltado. (Carta pessoal 03, período contemporâneo.) Em casos como este, em que não se observa explicitamente a estrutura M + Inf, consideramos a existência de um infinitivo implícito após o verbo modal. Assim, a sentença citada poderia ser desenvolvida como: *logo que possa escrever, escreverei de novo...*

(90) [...] basta que o Governo determine a residencia dos Indios Mongoiás na beira do Rio, para que ficando a estrada livre das invasões dos Catachós, se dê princípio a huma tão

importante lavoura, como também para que possa por ella descer todo o Salitre [...]. (Artigo científico 01, século XVIII.)

→ **Poder₂: modalidades deônticas**

- Permissão. Esta MOA, que indica que o sujeito tem autorização externa ou social para realizar uma ação, foi encontrada tanto nos dados representativos do período contemporâneo quanto naqueles que retratam a língua portuguesa do século XVIII. Exemplos:

(91) Isto significa que temos o total permitido para entrar no país sem pagar imposto. Somente dentro de 5 ou 6 meses podemos entrar com outra quantidade [...]. (Carta pessoal 07, período contemporâneo.)

(92) Eu sinto vm^{ce} ter tantas Molestias como nasua medis mas pode estar naSerteza que temsido jeral etem morrido m.^{ta} gente [...]. (Carta pessoal 13, século XVIII.)

- Ordem fraca. Muito semelhante à permissão, esta MOA indica que o sujeito não apenas tem a autorização mas também deve executar a ação. Exemplos:

(93) Mesmo se eu não escrever, vocês podem fazê-lo [...]. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.)

(94) [...] e essas que mandar venhaõ amarradas e com hum papel que diga onome dellas e podem vir os d.^{os} cavallos com cangalhas ebroacas para passarem no registo Livres de algum embarço [...] (Carta pessoal 18, século XVIII.)

- Cumprimento de requisitos. Exemplos:

(95) Envio-lhe cópia do que poderia ser um artigo ou crônica. Sabemos que medicina é arte, além de ciência. (E-mail comercial 31.)

(96) A sua lã, não deixa de ser a mais áspera que cá temos, e póde servir para muitos usos. (Artigo científico 01, século XVIII.)

→ *Poder*₃: modalidades epistêmicas

- Possibilidade. Modalidade epistêmica que indica que algum fato pode ocorrer. Esta ME foi encontrada nos dois períodos históricos estudados, mas teve sua maior frequência na língua contemporânea. Exemplos:

(97) Nesses casos, o constante uso de defensivos agrícolas contra a ortézia pode resultar em surto de outras espécies de cochonilhas desprovidas de carapaça, como a cochonilha-branca, *Planococcus citri* (Risso) e a cochonilha-australiana, *Icerya purchasi* (Maskell). (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

(98) Juntamente heide estimar que a Curveta Raynha deNantes Setenha Já Recolhido, aesse Porto aSalvamento, e que *vossa mercê* recebe as 4 Caixas que nella lhe Remety, quemuitos tempos ha, pudião estar Vendidas e *vossa mercê* terce Servido do Dinheiro mas adita embarcassão tem andado Viagando, pois foi aRibada aPernambuco Com 50, etantos Diaz, mas queira Deos esteja Recolhida, *que* lhenãoSuçedeçe *oque* Suçedeu ao Garoupa [...] (Carta comercial 12, século XVIII.)

- Necessidade, no sentido de uma certeza inferida a partir de dados prévios. É também encontrada nos dois períodos sob análise. Exemplos:

(99) Só pode ter sido você! (Carta pessoal 24, período contemporâneo.)

(100) [...] o ultimo Navio *que* daqui Sahio antes daminha ultima a *Vossa merce* foy o Bergatim Imilia e emthe aSua Sahida nada tinha Cobrado por *Conta* do Seu Credito, eeses muitos Navios que dis esa Sua So podem Ser imaginarios , por que *Vossa merce* não Se deve lembrar Senão da dacta do vencimento doSeu Cre dito, enão dos Navios que daqui Sahirão [...]. (Carta comercial 28, século XVIII.)

→ *Dever*₁: modalidades deônticas

- Obrigação forte, imposta ao agente por meio de leis ou ordens de superiores. Esta MOA está presente tanto no português setecentista quanto no contemporâneo. Exemplos:

(101) Trata-se de um trabalho que os aspirantes deverão realizar para deixar, bem viva, a marca de sua passagem pelo 10º batalhão. (Carta pessoal 12, período contemporâneo.)

(102) As sementes do Algodão da Persia, que me forão entregues com a norma impressa da sua cultura, eu fiz plantar em diferentes tempos, e não nascerão, por já terem o germe destruído, e assento que se deverião mandar vir frescas, metidas em vasos de vidro, tapados, se possível for, hermeticamente. (Artigo científico 01, século XVIII.)

- Obrigação fraca que se impõe ao agente, com um tom de recomendação. Esta MOA também foi encontrada em ambos os períodos históricos pesquisados. Exemplos:

(103) A prática do controle conjugado da cochonilha ortézia e do ácaro-da-leprose, definitivamente, não deve ser rotineira, em função da frequência de aplicação para cada alvo biológico. (Artigo científico 01, período contemporâneo.)

(104) [...] a Cochonilha he um objecto de tanta importancia ao commercio, e de tanto interesse as Artes que não deve ser indifferente a aquisição dos seus costumes [...]. (Artigo científico 02, século XVIII.)

→ *Dever*₂: modalidade epistêmica

- Probabilidade, certeza inferida com base em fatos reais. Foi identificada uma concorrência entre *dever*₂ e *poder*₃ nos textos contemporâneos do gênero artigo científicos, pois *dever*₂ parece apontar para um grau de certeza um pouco maior quanto à verdade da proposição, o que se costuma evitar em artigos científicos. Por isso constata-se, neste gênero, a preferência por *poder*₃ em detrimento a *dever*₂. A modalidade da probabilidade foi observada nos dois recortes históricos selecionados para a presente pesquisa. Exemplos:

(105) A professora Adriane deve ter conversado com você a respeito da entrevista, certo? (E-mail comercial 48, período contemporâneo.)

(106) Está tudo uma dezordem por todos os Navios estarem fazendo Agoa, eomaldito Cheffe sem querer sahir procurando ideas para sua desCulpa. Esta vai no Paquete dasCartas que sedis ofazem as hir dous dias atrás denossa sahida que deve ser para asemana, oque Deus queira [...]. (Carta comercial 05, século XVIII.)

→ **Querer₁: modalidade deôntica**

- Desejo, volição. Exemplos:

(107) Vou ver se Bruna quer escrever algo. (Carta pessoal 02, período contemporâneo.)

(108) Euquizera hir emalgum destes Navios mas como já tinha pago pasage em Pernambuco pareçeme *muito* mal perdela [...] (Carta comercial 03, século XVIII.)

→ **Querer₂: modalidade deôntica**

- Convite. De acordo com Heine (1995), os verbos modais não admitem conjugação no modo imperativo, exceto em se tratando de convites. Neste caso, a forma morfológicamente conhecida como imperativa não representa uma ordem. Exemplos:

(109) Caso haja interesse desta empresa em participar de uma possível licitação para contratação queira enviar uma proposta de trabalho pelo e-mail xxxx@xxxxxxxx. (E-mail comercial 28.)

(110) [...] emvio hũa letra dehum Conto sobre o *Vendedor* Joze Alvez Vianna *Auzente* Jozé da *Silva Ribeiro* enadeambos Jozé Alvez Branco. Chegou as fazer desta *que* emvio [SV.^o] *Queira* apresentala *para* adiantamento [...] (Carta comercial 05, século XVIII.)

→ **Querer₃: modalidade epistêmica**

- Probabilidade, indicando um fato iminente. Esta modalidade não foi encontrada no *corpus* selecionado para nossa pesquisa, mas pode ser observado em textos oralizantes como os *blogs* pessoais que circulam na internet. Exemplos:

(111) Hoje é um daqueles dias que eu estou estressada pelo simples fato de sentir que estou querendo gripar e principalmente por ter uma afta na minha boca me incomodando muito [...] (Blog 01.)

(112) Essa foto foi tirada em um dia nublado (querendo chover), por volta das 12:00h. Acho que no fundo eu não soube usar a luz da forma correta [...] (Blog 11.)

Enfim, para cada um dos verbos sob análise, há duas ou mais acepções modais, umas mais abstratas do que as outras. Essa observação retoma a ideia da gramaticalização destes verbos, pois, como vimos, é possível identificar um *continuum* através do qual as formas assumem, além de seus usos anteriores, funções ainda mais gramaticalizadas.

CAPÍTULO V

Metodologia

5.1 O *corpus*

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, foram selecionados textos de quatro gêneros em uso no período contemporâneo da língua portuguesa e de quatro gêneros funcionalmente semelhantes a estes, que circularam no século XVIII. Lembramos que, como já discutimos, não se observa uma equivalência absoluta entre gêneros semelhantes de sincronias distintas. Diante disso, o que apresentamos como *corpus* deste trabalho são quatro duplas de gêneros funcionalmente equivalentes: cartas pessoais dos séculos XVIII e XX; cartas comerciais do século XVIII e e-mails comerciais do século XXI, artigos científicos do século XVIII e do período contemporâneo; cartas-denúncia do século XVIII e denúncias contemporâneas⁴⁸.

5.2 Classificação dos modais

Nos textos do *corpus*, foram coletados os verbos auxiliares modais *poder*, *dever* e *querer* que se ligam a um verbo no infinitivo, formando a estrutura M + Inf. Os verbos destacados foram classificados de acordo com seu grau de gramaticalização, da seguinte maneira:

- o verbo *poder* apresentou três grupos de acepções e de níveis de gramaticalidade. Por isso, sua escala compreende *poder₁*, que seria o nível mais baixo de gramaticalização, *poder₂*, que seria um nível intermediário e *poder₃*, representando o mais alto grau de gramaticalização observado no *corpus*.
- o verbo *dever* apresentou apenas dois grupos de acepções, referentes aos níveis menos (*dever₁*) e mais (*dever₂*) gramaticalizados.

⁴⁸ As fontes do *corpus* serão explicitadas no capítulo VI.

- o verbo *querer*, da mesma forma que *poder*, teve sua frequência representada por uma escala de três níveis de gramaticalidade: *querer*₁, *querer*₂ e *querer*₃, sendo a primeira acepção o nível mais baixo e, a terceira, o grau mais alto da escala de gramaticalidade observada nos dados recolhidos.

5.3 Verificação da frequência dos verbos

- Comparamos, em relação ao total de palavras dos textos que compõem o *corpus* de cada período, a frequência do modal de maneira geral, somando-se as ocorrências em todas as suas funções (*mais* e *menos* gramaticais), verificando se cada um dos três modais passa a ocorrer com maior frequência dentro de um mesmo tamanho de texto em períodos distintos;
- calculamos a porcentagem de cada uso (acepções 1, 2 e 3) dos três verbos no total de ocorrências dos verbos, controlando tanto os gêneros quanto os dois recortes temporais em estudo;
- observamos se houve aumento ou diminuição de cada uso (acepções 1, 2 e 3) em relação ao período mais antigo analisado.

5.4 Os gêneros e os dados

No momento da apreciação dos resultados quantitativos, foi rigorosamente controlada a influência dos gêneros textuais nas escolhas linguísticas. Para demonstrar a relevância de se selecionarem, para a montagem de *corpora*, textos pertencentes a gêneros funcionalmente equivalentes nos diferentes períodos, o exame dos resultados foi realizado da seguinte maneira:

a) houve a comparação dos valores obtidos na análise proposta em 5.3 para cada texto do século XVIII com os valores provenientes da observação de seus gêneros equivalentes no período contemporâneo. Em outras palavras, os resultados do gênero A do século XVIII serão comparados àqueles obtidos com base no gênero A' dos séculos XX e XXI;

b) em seguida, procedeu-se ao cruzamento dos valores obtidos na análise proposta em 5.3 para cada texto do século XVIII com os valores provenientes da observação em um gênero distinto (não-equivalente a ele) no período contemporâneo. Isto é, foi comparado o resultado que se obteve a partir da análise de um texto do gênero A do século XVIII com os números levantados a partir de um texto do gênero B do período contemporâneo.

5.5 Resultado esperado

Após esse procedimento, esperou-se alcançar resultados diferentes em (a) e em (b), comprovando a hipótese de que, para que se tenham dados realmente equilibrados no momento de seleção de textos para a formação de *corpora* para pesquisas diacrônicas é essencial que sejam observados os gêneros textuais a que pertencem os textos e que, para uma metodologia mais confiável, deve-se dar preferência a gêneros equivalentes nas diferentes épocas.

Procurou-se observar, por exemplo, em quais gêneros do *corpus* os usos mais abstratos de *poder*, *dever* e *querer* seriam mais frequentes, esperando-se que isso ocorresse em gêneros como os artigos científicos, já que a linguagem científica costuma trazer muitas abstrações, comparações metafóricas e modalizações, o que deixaria para as denúncias e para as correspondências pessoais e comerciais um maior número de ocorrências desses três verbos em seus sentidos mais concretos.

CAPÍTULO VI

Descrição do *corpus*

6.1 Gêneros textuais e a seleção do *corpus*

Já que para o estudo da língua de sincronias passadas não há *corpora* formados por textos orais, pois a tecnologia da gravação de voz humana somente surge no século XX, a metodologia do estudo da língua falada, inaugurada por Labov nos anos 1960, pode não se aplicar inteiramente a alguns trabalhos que tratem da variação e mudança linguística em tempo real. Para sanar esse problema, a noção de gênero textual pode ser um caminho viável, pois a seleção de *corpora* escritos, se baseada na observação dos gêneros a que pertencem os textos, poderá estabelecer um paralelo com a metodologia que analisa textos orais.

Este trabalho se propõe a demonstrar que os gêneros textuais devem ser levados em consideração no momento de seleção de *corpora*. Uma vez que eles podem direcionar as escolhas linguísticas, buscamos como *corpus* para esta pesquisa textos pertencentes a gêneros semelhantes em dois períodos da língua portuguesa: o português moderno da segunda metade do século XVIII e a língua portuguesa contemporânea no Brasil dos séculos XX (a partir dos anos 1950) e XXI.

Por gêneros semelhantes, entendemos aqueles gêneros que cumprem funções comunicativas⁴⁹ equivalentes em diferentes momentos da sociedade e que, por isto, podem apresentar – e geralmente apresentam – distinções formais, além de poderem ter assumido mais funções discursivas – ou deixado de cumprir algumas delas. Conforme Barbosa (2002), se hoje classificamos facilmente um texto atual como pertencente a um gênero, com base em suas funções sociocomunicativas, o mesmo não é possível em se tratando de textos escritos em épocas passadas. Não se pode esperar que as funções tenham-se mantido e nem que as situações comunicativas e os rótulos atribuídos às espécies textuais se organizem da mesma maneira em diferentes períodos.

Ao iniciarmos a presente pesquisa, pretendíamos coletar apenas textos produzidos por mineiros, por julgarmos plausível a hipótese de que a variação diatópica já se poderia

⁴⁹ Gêneros que ocorram em semelhantes situações discursivas, que apresentem objetivos sociocomunicativos análogos e, quando possível, que se realizem sob ações linguísticas e modelos prototípicos de formulação textual paralelos.

observar no português do Brasil colonial. Para um *corpus* homogêneo, seriam então selecionados textos escritos por mineiros e que pertencessem aos seguintes gêneros: cartas pessoais, cartas comerciais, artigos científicos e denúncias. A escolha desses quatro gêneros se justifica pelo fato de que cada um deles encerra distintas condições de produção textual, refletindo situações discursivas em que as relações entre os interlocutores, conforme se verá, apresentam-se de maneira bastante variada.

Entretanto, nem todas essas intenções se mostraram exequíveis. Como se sabe, a busca por *corpora* que representem adequadamente a língua de um tempo passado se revela uma tarefa bastante difícil, trabalhosa e demorada. Acrescente-se a isso os fatos de que até meados do século XVIII ainda se utilizava, em parte do Brasil, a chamada língua geral que, de acordo com Teyssier (2004) só veio a ser proibida definitivamente em 1758; e que a letra impressa somente foi autorizada no Brasil com a chegada da coroa portuguesa em 1808. Assim, passa a ser improvável a existência de, por exemplo, textos científicos publicados em Minas Gerais naquela época.

Até o século XVII, não era de interesse da coroa que o ensino se popularizasse; ao contrário, a escola deveria se destinar apenas às camadas mais nobres, aos descendentes de dirigentes ligados ao governo, de forma que a relação entre metrópole e colônia satisfizesse os objetivos de Portugal. Em meados do século seguinte, entretanto, com a necessidade de se intensificar a fiscalização da produção da colônia, mais cargos públicos surgiram no Brasil, aumentando a demanda por brasileiros alfabetizados.

O ciclo do ouro trouxe consigo muitos imigrantes portugueses e Minas Gerais pôde contar com uma elite que havia frequentado as “escolas de primeiras letras” na metrópole. Neste mesmo período observou-se o surgimento do ensino público e daquele oferecido pela Igreja. Fonseca (2005) comenta que, apesar de parte do ensino começar a ser financiado pelo Estado, as escolas na colônia eram insuficientes para a demanda, mal dirigidas e com pequena frequência feminina. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, foi uma dessas escolas coloniais. De acordo com Carrato (1968), o Seminário foi criado em 1750, por D. Frei Manuel da Cruz, para atender aos anseios de uma população que desejava escolas para seus filhos e, ao mesmo tempo, para contribuir com a formação um clero nativo, até então praticamente inexistente no Brasil.

Contudo, a produção textual brasileira nessa época era inevitavelmente escassa, e a maioria da população se mantinha analfabeta. No século XVIII, como o acesso à leitura e à escrita eram restritos a uma pequena parcela da sociedade, mesmo os integrantes da elite econômica colonial poderiam apresentar uma escrita pouco – ou nada – fluente. Desta

maneira, conforme Barbosa (2002), o fato de um texto ser composto por linguagem simples e menos rigorosa quanto a questões formais, no período colonial brasileiro, não é indicativo de que seu produtor pertencesse a classes menos abastadas, mas apenas que ele, provavelmente, teve menos oportunidades de contato com a cultura escrita. Barbosa (2002) ressalta a importância das relações sociais que se constroem no entorno do ato de escrever na época enfocada e acrescenta que “[...] por mais objetivas que sejam as categorias usadas, é preciso controlar, minimamente, as diferenças de situação”. (BARBOSA, 2002, p. 423).

Ainda de acordo com esse autor, a relação entre a escrita e a sociedade brasileira colonial não era a mesma que se pode observar hoje, quando mais de 80% da população tem acesso à escola. Até a chegada de D. João VI, no século XIX, a imensa maioria da população que habitava o País era analfabeta. No Brasil do século XVIII, portanto, a escrita era mais comum na rotina da administração pública e da administração privada do que no dia-a-dia dos cidadãos. Pessoa (2002) comenta que a escrita de cartas entre amigos e familiares, por exemplo, começa a se tornar mais comum no século XVIII, revelando uma linguagem mais próxima da cotidiana. Entretanto, segundo o pesquisador, somente entre a segunda metade do século XIX e o começo do XX é que o gênero carta pessoal começa a se fixar aos moldes reconhecidos atualmente.

A administração pública, segundo Barbosa (2002), dividia-se entre setores do governo, da Fazenda, da Justiça, dos militares e da Igreja; e representava o espaço em que mais se produziam textos manuscritos, pois muitos cargos pressupunham o domínio da escrita para a emissão de documentos. Como representantes de gêneros que circulam nessa área de atividades, elegemos, para este trabalho, trechos da Devassa da Inconfidência Mineira e, para efeito de comparação com a língua portuguesa contemporânea, o gênero textual denúncia.

A administração privada, por sua vez, era composta por pessoas jurídicas, como comerciantes, produtores do setor agropecuário e religiosos – estes se enquadram no conjunto da administração privada quando se refere aos assuntos internos de sua hierarquia eclesiástica e não a temas públicos ligados ao sistema burocrático da colônia. Dentro dessa área da administração, selecionamos os gêneros carta comercial e artigo científico.

Não nos foi possível a constituição de um *corpus* do século XVIII totalmente escrito por brasileiros. Decidimos por não diferenciar as variantes européia e brasileira no que diz respeito aos dados do período moderno, pois, conforme Ramos & Venâncio (2006), somente a partir de 1825 é que se pode observar o surgimento de construções sintáticas que, em certa medida, distanciariam as gramáticas européia e brasileira; a modalidade escrita da língua seguiu o modelo lusitano até meados do século XIX (PINTO, 1992, *apud* FONSECA, 2005).

Assim, cuidou-se apenas de selecionar textos que tivessem sido produzidos no Brasil, ainda que por portugueses que aqui viviam, ou por brasileiros no exterior.

6.2 Detalhamento do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é formado por quatro gêneros textuais do século XVIII e quatro gêneros a eles equivalentes no período contemporâneo da língua portuguesa. O *corpus* do século XVIII é constituído de 21 cartas pessoais, 33 cartas comerciais, 02 artigos científicos e trechos da Devassa da Inconfidência Mineira, num total de 31.735 palavras. Como equivalentes a esses gêneros, o *corpus* do período contemporâneo é formado por 11 cartas pessoais, 90 e-mails comerciais, 03 artigos científicos e 20 denúncias, completando 31.790 palavras. Procurou-se manter quantidades aproximadas de palavras em cada amostra de gênero textual para que se garantisse o equilíbrio dos cálculos. Para cada gênero, em cada período, foi selecionado um *corpus* de 7.500 a 8.500 palavras.

O conjunto de 21 cartas pessoais do século XVIII totaliza 7.556 palavras e foi coletado no Arquivo Público Mineiro (doravante, APM) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante, BN-RJ). Todas as cartas foram escritas no Brasil entre as décadas de 1770 e 1790. Apenas três delas foram buscadas no acervo carioca e fazem parte da Coleção Morgado de Mateus. As 18 restantes encontram-se no APM e constam das coleções Família Joaquina Bernarda de Pompéu e Família Cordeiro Valadares.

As 11 cartas pessoais do período contemporâneo foram escritas por belo-horizontinos entre as décadas de 1950 e 1970, durante viagens a estudo e a passeio, e somam um total de 7.543 palavras. Esse conjunto de textos inéditos é parte do acervo pessoal da família Camisassa Rodrigues, que em breve será disponibilizado à comunidade científica. Por se tratar de correspondência entre membros de um núcleo familiar, isto é, entre pais, filhos e irmãos, a relação entre os interlocutores tem por base um alto grau de intimidade e informalidade. Isso pode ser percebido tanto pelos temas abordados como também por meio do léxico, do uso de recursos da oralidade e de coloquialismos, como as expressões grifadas no seguinte trecho de uma das cartas:

(113) [...] puxa, até que enfim as madames se dignaram a responder as cartas da gente [...] Bom, mãe, quanto aos retratos da Ana, não sei como fazer pra mandar. Com a confusão da

viagem docês, eles simplesmente evaporaram. Aliás, a senhora deve se lembrar, foi no dia daquela costuração, arrumação de mala e tudo: não sei onde foram parar os tais retratos. [...] acho que, se eu estivesse aí também, a fofoca ia ser maior. Mas deve estar ótima, comigo ou sem migo, tenho certeza. [...] A situação não está muito satisfatória para alguns, os preços vão subir um colosso, o povo tá danado. Mas os entendidos acham que é isso mesmo que deve ser feito. Sei lá, não manjo muito desse troço. (Carta pessoal 10 – período contemporâneo.)

Quanto à organização formal das cartas pessoais, algumas diferenças se observam entre os *corpora* dos dois períodos. No século XVIII, o primeiro elemento a figurar na carta era o nome completo do destinatário⁵⁰. Em seguida, um vocativo que, ainda que no caso de cartas endereçadas a conhecidos próximos, se apresentam de maneira extremamente elaborada se comparados à prática atual. É recorrente, por exemplo, o emprego de formas como “Meu comp^e. Am^o. S.^{or} dam^a. particular veneração”. No *corpus* do período contemporâneo, encontramos os vocativos “Pessoal”, “Mãe”, “Velho” ou simplesmente o primeiro nome do destinatário. Há, também, cartas sem a indicação de um vocativo.

No fecho das cartas do século XVIII, é usual a expressão “De v.M. comp^e. quem^{to}. lhedeve” antes da assinatura. Ao final da carta e, geralmente no canto esquerdo, são registrados o local e a data da escrita. Já nas cartas contemporâneas, o local e a data são indicados antes mesmo do vocativo, sendo a primeira informação fornecida pelo missivista. Nos fechos, é comum a abertura de um novo parágrafo, em que o autor se despede e manda lembranças aos demais familiares. Antes da assinatura, no *corpus* analisado, podem ocorrer palavras como “Ciao”, “Abraços” ou, simplesmente, o fim da escrita, sem nenhuma expressão típica de despedidas.

Entre o vocativo e o fecho, isto é, na mensagem propriamente dita, podem ser encontradas, em ambos os períodos, narrações, injunções, descrições, argumentações e exposições: observa-se que uma rica heterogeneidade tipológica se mostra inerente ao gênero carta pessoal. Essa mesma observação é válida também para a correspondência comercial. Tanto nas cartas de comércio do século XVIII quanto nos e-mails comerciais contemporâneos, os autores narram fatos ocorridos, descrevem produtos, expõem realidades, argumentam, pedem ou ordenam que o destinatário cumpra alguma exigência.

⁵⁰ Este primeiro elemento – o nome completo do destinatário – justifica-se pelo fato de que, normalmente, os papéis em que se escreviam as cartas eram dobrados e lacrados de forma que esta parte servia de “frente do envelope” que se formava com a dobradura.

No que diz respeito às cartas, importante questão é ressaltada por Barbosa (1999). Conforme o autor, o grau de formalidade encontrado na escrita das cartas não pode ser tomado como ponto de partida para análises linguísticas. De acordo com esse pensamento, dificilmente se pode distinguir quais comportamentos eram formais e quais seriam informais em sincronias passadas. Por outro lado, Silva (2002) propõe que, para se verificar o grau de formalidade de determinado texto, devem-se observar a natureza e a finalidade social do evento em que se constrói o texto. Nesse caso, estão envolvidos os papéis sociais dos interlocutores, o espaço social em que se dá a interlocução, o propósito comunicativo e as normas de polidez, que “[...] podem promover, em níveis ou graus diferenciados, os efeitos de formalidade e informalidade.” (SILVA, 2002, p. 149).

Apesar do proposto por esta pesquisadora, persiste o risco de se cometerem enganos, pois, conforme a própria autora, em uma situação formal, algum fator pode levar um dos participantes a adotar uma linguagem mais informal. Em seguida, os outros interlocutores podem também se comportar de maneira informal e, assim, a situação passa de formal para informal. Não se deve perder de vista que o texto é um conjunto de escolhas feitas por um produtor de acordo com a maneira como *ele* enxerga as condições de produção e de acordo com suas intenções.

Entretanto, essa distinção entre formal e informal não basta, sendo essencial, segundo Barbosa (1999), a observação do entorno dos textos, ou seja, seu modo de circulação (administração pública, privada ou particular), quem tinha acesso e eles, quais eram os rótulos a eles atribuídos em determinado período em estudo. Deve-se considerar, portanto, o contexto em que o texto adquire seu sentido pleno, fazendo cumprir a função sociocomunicativa a que se destina.

As cartas comerciais que compõem o *corpus* do período moderno da língua portuguesa desta pesquisa foram escritas na Bahia, Maranhão e Pará. Esse material, transcrito e editado por Barbosa (1999), encontra-se originalmente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Do extenso *corpus* de Barbosa, foram selecionadas 33 cartas, perfazendo um total de 8.472 palavras. Todas as cartas desta seleção foram, de acordo com o autor, produzidas por portugueses radicados no Brasil e enviadas à metrópole, mais especificamente a Antônio Esteves da Costa, poderoso comerciante português a quem os missivistas prestavam serviços. Para a seleção das 33 cartas comerciais, foram observados os seguintes aspectos:

- cópias de uma mesma carta, ainda que com pequenas variações, não foram selecionadas;

- buscou-se variar a autoria, evitando-se que o *corpus* reproduzisse o idioleto de um único remetente;
- não se utilizaram as cartas do irmão de Antônio Esteves, para que se evitasse uma possível linguagem mais íntima – ainda que não se possa assegurar que tal intimidade de fato ocorresse entre os irmãos.

Os 90 e-mails comerciais representam o equivalente contemporâneo das cartas de comércio do período moderno. Todas as mensagens foram produzidas por funcionários de empresas estabelecidas em Belo Horizonte e totalizam 8.497 palavras. Como as mensagens normalmente são trocadas entre interlocutores que não se conhecem ou que se conhecem pouco, uma linguagem menos íntima costuma ser empregada. Exemplo disso é o uso do pronome de tratamento “senhor”, pelo menos em um primeiro contato, ou o emprego da forma “Prezado”, mesmo que o contato já tenha sido estabelecido anteriormente. Além disso, é comum o emprego de construções que se afastam do uso cotidiano da língua. A seguir, dois exemplos de e-mails comerciais:

(114) Prezados senhores,

Como já é do conhecimento de todos, a empresa Margem 75 está elaborando, a partir de agora, as edições da revista Mundo WF.

Sou jornalista e integro a equipe responsável pelas matérias. Faremos uma matéria mapeando todas as empresas que compõem o grupo WF, como um Raio-X. Para tanto, solicito aos senhores o envio de materiais informativos (releases, relatórios etc.) para este e-mail, que falem sobre os seguintes tópicos:

A empresa

Sua localização

Atividade

[...] Como também precisaremos de fotografias, gentileza encaminhá-las para o e-mail: fotos.XXX@WWW.com

Muito obrigado,

Bruno Lopes

(E-mail comercial 81, período contemporâneo.)

(115) Prezado Bruno,

Penso que poderíamos nos falar pelo telefone: 7899-9685; 4559-9684 ou 9868 - FJP (segundas e quartas, das 13 as 17)

aguardo contato.

Eyder

(E-mail comercial 47, período contemporâneo.)

Quanto às formas ritualísticas, isto é, quanto a práticas tradicionais na escrita de cartas – sobretudo das comerciais –, um interessante aspecto deve ser evidenciado. Nas cartas setecentistas, o local e a data da escrita se colocam antes do vocativo⁵¹; a tecnologia dos e-mails, por sua vez, tornou dispensável a informação da data de envio da correspondência, ficando os servidores encarregados da função de registrar o momento exato da saída e da chegada das mensagens. A informação quanto ao local de produção perdeu sua relevância, pois os endereços passaram de reais a virtuais e são igualmente fornecidos por um servidor. A assinatura, crucial para a identificação e reconhecimento da autenticidade de uma carta no século XVIII, também perde seu espaço para o servidor, já que ele informa, com segurança – pelo menos teoricamente –, quem de fato é o responsável pelo envio de determinado texto.

Outra característica interessante do gênero e-mail comercial, e que o diferencia de seu semelhante do século XVIII, é a sua curta extensão. A dinamicidade da sociedade contemporânea imprime a certos gêneros uma condição de objetividade não exigida outrora. Atualmente, observa-se uma urgência na circulação de informações, o que torna os textos mais sucintos e diretos, produzidos de forma a cumprir quase instantaneamente seus propósitos comunicativos: a mensagem deve ser “transmitida” da maneira mais breve possível.

Esse fenômeno não foi verificado apenas nos e-mails comerciais mas também nas denúncias. Comparadas às cartas-denúncia encontradas na Devassa da Inconfidência Mineira, percebe-se que as denúncias atuais são muito mais impessoais e objetivas, cumprindo de maneira mais direta a sua função sociocomunicativa de acionar a autoridade judiciária para que ela julgue os fatos relatados.

Neste trabalho, foram analisadas 20 denúncias de crimes diversos, coletadas na secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, perfazendo um total de 7.556 palavras. A denúncia é um dos vários gêneros que figuram em um processo criminal. Normalmente, as primeiras páginas do processo trazem a denúncia, que é produzida por um promotor de justiça – único indivíduo autorizado legalmente pela sociedade a emitir esse gênero. O grau de

⁵¹ Vale lembrar que na correspondência do século XVIII, seja ela pessoal ou comercial, era comum apresentar o nome do destinatário bem no início do documento, na extremidade da folha de papel.

formalidade presente no gênero textual denúncia costuma ser o mais alto possível, visto que se trata de textos que circulam na esfera pública e que, por isso, carecem de maior respeito ao padrão culto da língua e a aspectos formulaicos. Há pequenas variações, mas nosso *corpus* revela esta estrutura como a mais recorrente: após o brasão do Estado de Minas Gerais e o nome do órgão expedidor da denúncia, no caso, o Ministério Público estadual, há o vocativo “Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de [nome de alguma localidade]”. Em seguida, o promotor apresenta os dados pessoais do acusado e textualmente oferece denúncia contra ele. É comum, então, o início de uma narrativa em que se informa qual foi o crime, quando e onde ele foi cometido, e apontam-se as vítimas, tudo isso de maneira bastante concisa. Após esse trecho, há finalmente a injunção, em que o promotor requer a intimação de vítimas e testemunhas, fazendo com que a denúncia cumpra, de fato, seu propósito comunicativo: levar o réu a julgamento. Por fim, o promotor indica a cidade e a data em que produziu a denúncia e assina o documento.

Como equivalentes às denúncias, recolhemos, para representar o século XVIII, trechos da Devassa da Inconfidência Mineira que cumprem função semelhante à daquelas. Foram selecionadas, então, do “Auto de corpo de delito”, sua parte introdutória, a portaria do governador Visconde de Barbacena e seis cartas-denúncia, num total de 7.529 palavras. Apesar de esses dois gêneros não serem idênticos à denúncia que descrevemos anteriormente, esse conjunto de textos é responsável, no processo criminal analisado, pelas atribuições de relatar os fatos ocorridos, apontar os suspeitos e solicitar que a autoridade – no caso, o governador da capitania de Minas Gerais – tomasse providências para que a justiça fosse feita em nome da Soberania da Coroa e que se mantivesse a ordem no Estado. Sendo assim, esses gêneros são tomados, neste trabalho, como uma unidade equivalente ao gênero contemporâneo denúncia.

Ao contrário das denúncias do período contemporâneo, o texto jurídico setecentista selecionado para compor nosso *corpus* mostra um alto grau de liberdade quanto à forma. A narração predomina e há espaço para detalhes minuciosos, como diálogos entre aspas e até mesmo informações irrelevantes. Cada autor das cartas-denúncia, por exemplo, imprimiu a seu texto o seu estilo próprio, não deixando de lado, obviamente, a linguagem respeitosa de quem se dirige a um superior na hierarquia social. De acordo com Bakhtin (2003), todo enunciado, por ser individual, pode trazer marcas estilísticas de seu produtor. “Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado.” (BAKHTIN, 2003, p. 265) No *corpus* selecionado para esta pesquisa, pode-se observar uma mudança no grau de permissão estilística entre o texto

jurídico do século XVIII e o contemporâneo, pelo menos no que tange aos textos que cumprem o objetivo de prestar uma denúncia à autoridade competente.

Conforme o próprio Bakhtin/Voloshinov (1988), vale ressaltar que o estilo, apesar de individual, é também determinado e influenciado socialmente. Também Romaine (1982) afirma que o estilo utilizado pelo produtor de um texto se enquadra em um repertório mais amplo, em que coexistem vários estilos. Deste modo, de acordo com a situação, o falante fará escolhas gramaticais e lexicais, preferindo certas formas em detrimento de outras. A partir do pensamento dessa autora, pode-se imaginar que, pelo menos teoricamente, indivíduos mais escolarizados serão capazes de transitar em uma maior gama de situações discursivas com mais desenvoltura do que aqueles que tiveram menos acesso a ambientes letrados. Como a grande maioria da população brasileira no século XVIII era analfabeta ou pouco escolarizada, os limites entre uma linguagem formal e construções informais na escrita não se mostram muito nítidos ao olhar contemporâneo.

Mesmo nas cartas-denúncia, observa-se que os níveis de tipificação textual imprimem certo limite à liberdade estilística. Um dos fatores situacionais que se pode apontar são as posições sociais dos interlocutores. O destinatário dessas cartas-denúncia era o governador da capitania, e elas foram escritas por homens que tinham patentes de tenente-coronel, coronel-de-cavalaria e mestre-de-campo. Logo, esses autores se dirigiam a um superior, não dentro da hierarquia militar colonial, mas da hierarquia da administração pública.

O que caracteriza um gênero, antes de tudo, é sua função sociocomunicativa (BHATIA, 1993). Sob essa perspectiva, pode-se compreender que a estrutura interna de um gênero textual é moldada por propósitos externos. Ao se modificarem esses propósitos, muda-se, conseqüentemente, o gênero. Por outro lado, gêneros diferentes podem cumprir propósitos semelhantes, exercendo, portanto, função sociocomunicativa similar. Exemplo disso são os gêneros do domínio jurídico selecionados para a composição do *corpus* deste trabalho, pois eles cumprem a mesma função, isto é, denunciam um (possível) criminoso às autoridades.

O quarto gênero textual constante de nosso *corpus* é o gênero artigo científico. Na atualidade, os artigos científicos seguem um modelo relativamente cristalizado que se organiza em sete partes: título, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento, conclusão (ou considerações finais) e referências bibliográficas. Podem ocorrer, é claro, variações: um artigo que não apresente palavras-chave, por exemplo, não deixará, por isso, de receber o rótulo de artigo científico. Por outro lado, o discurso científico atual reconhece a intertextualidade como base para sua argumentação e, destarte, o gênero artigo científico traz a citação de – ou, pelo menos, a menção a – trabalhos produzidos anteriormente por outros

estudiosos da área, como fonte de embasamento teórico, legitimação e respaldo para a defesa de novas proposições. Devido a isso e também a questões jurídicas que concernem os direitos autorais, as referências bibliográficas aparecem como um elemento obrigatório desse gênero textual.

Os artigos contemporâneos costumam apresentar a metodologia e os resultados obtidos – ou ainda prováveis – a partir de uma pesquisa científica, destinando-se à comunidade estudiosa daquela determinada ciência, isto é, a especialistas daquela área e não ao público leigo em geral. Por isso, o léxico é bastante técnico, mas a linguagem tende a ser simples e direta, evitando-se um estilo rebuscado de escrita.

Foram selecionados três artigos da área de botânica, intitulados “Manejo prático da cochonilha ortézia em pomares de citros”, “Utilização de fungos entomopatogênicos para o controle de *orthesia praelonga*” e “Leprose dos citros: biologia e diagnóstico do vírus”, sendo que do segundo texto foi utilizado apenas um trecho. Esses artigos encontram-se publicados no periódico chamado *Laranja* (da cidade de Cordeirópolis, São Paulo) e totalizam 8.194 palavras. Nestes três artigos predominam os tipos textuais expositivo e argumentativo, havendo também descrições e injunções. Foi observada a ausência de trechos narrativos.

Os textos científicos coletados para representar o século XVIII não recebiam o rótulo de artigos científicos em sua época, sendo chamados pelos próprios autores de “Memórias”. Entretanto, por cumprirem os critérios de equivalência que propomos ao descrever os níveis de tipificação textual, esses textos podem ser considerados funcionalmente semelhantes aos que hoje se classificam como artigos científicos. Foram selecionados os trabalhos de José de Sá Betencourt e de Frei José Marianno da Conceição Velloso, ambos mineiros que, conforme Carrato (1968), foram estudantes no Seminário de Mariana antes de partirem para a Universidade de Coimbra. Seus trabalhos “Memória sobre a plantação dos algodões” (de Betencourt) e “Memória sobre a cultura da urumbéba, e sobre a criação da cochonilha” (de Frei Velloso) foram publicados em Portugal no final do século XVIII e trazem traços típicos de obras científicas de seu tempo, como a explicação inicial, que apresenta o trabalho como útil à economia e o oferece à autoridade real, no caso, ao “Príncipe do Brasil”.

Para a formação do *corpus* deste estudo, portanto, selecionamos o trabalho de Betencourt e o trecho inicial da obra de Velloso, de forma a completar 8.178 palavras. Esses trabalhos, como era de se esperar, não seguem o modelo dos artigos contemporâneos, mas guardam semelhanças com eles. A seguir, comentamos algumas delas.

Enquanto os artigos científicos do período contemporâneo se caracterizam pelo predomínio da terceira pessoa do discurso, a primeira pessoa do singular é bastante

empregada ao longo dos dois textos científicos do século XVIII. Isso ocorre porque há escassas citações de outros autores e a argumentação se baseia mais na experiência própria dos dois naturalistas do que em estudos anteriormente realizados por outros pesquisadores. Mesmo no caso do trabalho de Frei Velloso, que consiste em uma paráfrase que resume as obras de dois químicos franceses, as citações não se apresentam em grande volume como é o caso dos textos que circulam no meio acadêmico contemporâneo.

Quanto à organização em tipos textuais, esses textos são um pouco mais heterogêneos do que os contemporâneos, pois, além de serem predominantemente descritivos e expositivos, permitem passagens argumentativas, injuntivas e, inclusive, trechos narrativos, tipos textuais que não parecem ser recorrentes nos artigos científicos atuais.

Em ambos os trabalhos não se encontram referências bibliográficas ao final do texto, mas, curiosamente, a palavra “Fim” foi usada nas duas obras, antes dos anexos – tabelas, ilustrações e outros comentários acerca do tema estudado.

Ao se compararem as características formais dos três últimos pares de gêneros equivalentes, percebe-se que eles são exemplos da adaptação dos gêneros a novas realidades sociais. A dinamicidade das relações, as inovações tecnológicas e os avanços na metodologia científica exigem textos que satisfaçam a novos requisitos para terem reconhecida sua legitimidade na sociedade atual.

CAPÍTULO VII

Análise dos dados

A análise apresentada a seguir tem como objetivo mostrar que os gêneros textuais interferem nas escolhas linguísticas e que esse fato deve ser levado em consideração no momento de constituição de *corpora*. Conforme a metodologia proposta no capítulo V, foi realizada a investigação das distribuições dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, em seus usos radicais (menos abstratos) e epistêmicos (mais abstratos), quando esses modais se apresentavam seguidos por um verbo principal em sua forma infinitiva, formando a estrutura M + Inf.

O *corpus* do século XVIII, conforme já comentado, apresenta 31.735 palavras. Destas, 0,431% são ocorrências de *poder*, 0,056% são de *dever* e 0,233% são de *querer*, todas as porcentagens agrupando as diferentes funções que destacamos para cada modal. No *corpus* do período contemporâneo, que é constituído por 31.790 palavras, encontra-se a seguinte porcentagem de uso desses modais: 0,471% para *poder*, 0,201% para *dever* e 0,059% para *querer*. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 01, a seguir:

Porcentagem de ocorrência de cada verbo em relação ao total de palavras do corpus do século XVIII e do *corpus* do período contemporâneo

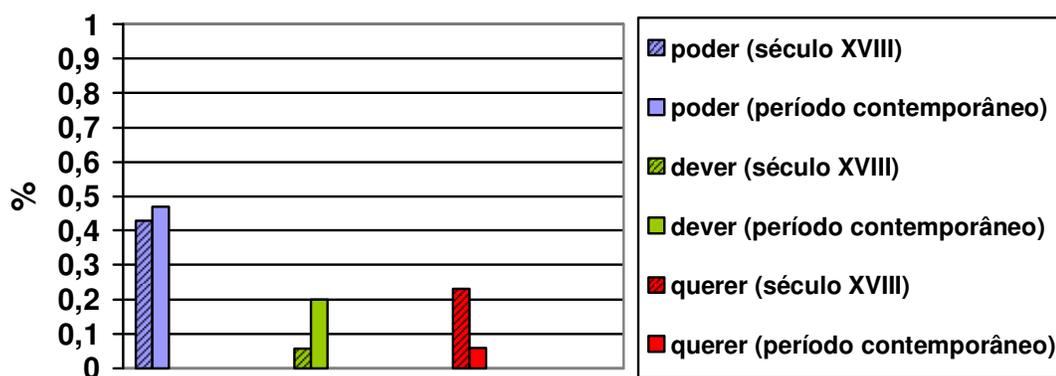


Gráfico 01: Porcentagem de ocorrência de cada verbo em relação ao total de palavras do *corpus* analisado.

Pode-se perceber que a frequência de uso dos verbos *poder* e *dever* teve um aumento entre os dois recortes temporais e que, dentro deste mesmo período, a frequência de uso do

verbo *querer* teve queda. Essa observação ratifica o já estudado fato de que os dois primeiros modais se encontram realmente em processo de gramaticalização, apesar de Coelho (2006) demonstrar que o aumento na frequência pode ser indicativo de outros processos, não necessariamente do de gramaticalização.

No que se refere ao verbo *querer*, a queda em sua frequência deve ser analisada com mais cuidado, pois não se pode afirmar, com base em nosso *corpus*, que tal verbo não se encontre em processo de gramaticalização. Em Vianna (2000) já se apontam evidências de que *querer* está mais “atrasado” no processo de abstratização, conservando ainda muito de sua carga nocional e mantendo um uso um pouco mais restrito, apesar de se comportar como um verbo da categoria auxiliar quando acompanhado por um verbo no infinitivo.

Do total de palavras de cada texto do *corpus*, têm-se os dados explicitados nas tabelas a seguir. Os números apresentados são resultado do seguinte cálculo: a porcentagem de ocorrências de cada tipo de verbo em relação ao total de palavras representativas de cada gênero foi multiplicada por mil, para facilitar a visualização. Exemplo:

- número de ocorrências de *poder₁* no texto jurídico do século XVIII → 9
- total de palavras do texto jurídico do século XVIII → 7.529
- porcentagem equivalente às 9 ocorrências de *poder₁* → 0,11953%
- 0,11953 multiplicado por mil → 119,53

Com base na análise dos dados, veremos que a montagem de *corpora* para o estudo de processos de gramaticalização, numa perspectiva comparada, deve levar em conta os diferentes gêneros textuais.

7.1 Verbo *poder*

As Tabelas 02 a 04, a seguir, indicam que o gênero em que mais se empregou *poder₁*, em ambas as sincronias estudadas, foi a carta pessoal, enquanto os gêneros carta-denúncia do século XVIII e artigo científico do período contemporâneo deram mais espaço do que os outros gêneros a *poder₃*. Além disso, com base em nosso *corpus*, pode-se observar que os

usos de *poder*₃ e *poder*₂ cresceram entre os períodos moderno e contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, ao passo que as ocorrências de *poder*₁ diminuíram.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	119,53/9 ⁵²	26,46/2
Artigo científico	354,6/29	134,24/11
Carta/E-mail comercial	212,46/18	247,14/21
Carta pessoal	423,5/32	344,69/26
Total	1110,09/88	752,53/60

Tabela 02: Ocorrência de *poder*₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	66,40/2	—
Artigo científico	146,73/12	134,24/11
Carta/E-mail comercial	82,62/7	329,52/28
Carta pessoal	119,11/9	66,28/5
Total	414,86/57	530,04/44

Tabela 03: Ocorrência de *poder*₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	66,40/5	—
Artigo científico	36,68/3	366,12/30
Carta/E-mail comercial	47,21/4	117,68/10
Carta pessoal	52,93/4	79,54/6
Total	203,22/16	563,34/46

Tabela 04: Ocorrência de *poder*₃ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Nas denúncias do período contemporâneo, 100% de uso do verbo *poder* ocorreram em sua função menos gramaticalizada, isto é, *poder*₁. Já nas cartas-denúncia, a frequência dos três usos em relação ao total de ocorrências de *poder* encontra-se melhor distribuída, com 47,38% para *poder*₁, 26,31% para *poder*₂ e também 26,31% para *poder*₃. Os dois gêneros são funcionalmente equivalentes, mas apresentam clara distinção formal. A amostra da Devassa da Inconfidência Mineira nos leva a observar que o texto jurídico do século XVIII permitia sequências narrativas maiores e mais detalhadas. As denúncias atuais também apresentam trechos narrativos, porém muito breves. De maneira geral, foi pouco observado o uso de

⁵² Os números apresentados após a barra indicam a quantidade absoluta de vezes que o verbo foi encontrado naquele texto.

verbos modais (tanto de *poder* quanto de *dever* e *querer*) nas denúncias e isso provavelmente se deve ao caráter objetivo desse gênero textual que, por implicar uma acusação perante uma autoridade judiciária, não permite inexatidões, incertezas. Conforme Bronckart (1999),

[...] enquanto alguns textos estão saturados de unidades de modalização, em outros essas mesmas unidades são raras ou ausentes. Essas diferenças de frequência parecem estar relacionadas ao **gênero** a que pertence o texto: as unidades de modalização poderão, por exemplo, estar quase ausentes em algumas obras enciclopédicas, em alguns manuais científicos [...], na medida em que os elementos constitutivos do conteúdo temático desses textos podem ser apresentados como dados absolutos ou 'subtraídos à avaliação' (*grau zero* da modalização); ao contrário, essas unidades poderão ser frequentes nos artigos científicos, nos manuais de história, [...] etc., já que, nestes, os elementos do conteúdo temático são objeto de debate, de discussão, e, portanto, de avaliação. (BRONCKART, 1999, p. 334-335, grifos do autor).

Talvez este aspecto constitua um indicativo de que o gênero denúncia não seja o mais adequado a um estudo acerca da distribuição de verbos modais e da análise de sua gramaticalização, o que nos ajuda a sublinhar a importância de uma seleção rigorosa dos gêneros textuais que deverão constituir um *corpus*. O gênero setecentista carta-denúncia, por outro lado, abre espaço a uma maior diversidade de escolhas linguísticas, sendo os textos pertencentes a esse gênero bem menos formulaicos do que as denúncias atuais.

No caso dos artigos científicos, observou-se que 57,70% do uso de *poder* no período contemporâneo foi de *poder*₃, enquanto *poder*₂ e *poder*₁ representam, cada um, 21,15% das ocorrências modais do verbo. Os textos científicos do século XVIII, por sua vez, apontam *poder*₁ como o mais usual, representando 65,9% do uso de *poder* nesse gênero e nessa época. Em seguida, *poder*₂ apresenta uma frequência de 27,27%, enquanto *poder*₃ se mostra bem menos frequente, em apenas 6,83% dos casos. A comparação entre as porcentagens encontradas nas amostras desses dois gêneros evidencia o processo de gramaticalização por que vem passando o verbo modal *poder*.

A maior ocorrência de *poder*₁ no texto científico setecentista contra a maior frequência de *poder*₃ na contemporaneidade pode ser atribuída ao fato de que, no século XVIII, pouco importava a modalização que atualmente se deve imprimir ao texto científico com o intuito de se evitar uma linguagem categórica – o que realça o fato da não equivalência absoluta entre gêneros semelhantes produzidos em sincronias distintas, e nos dá indícios empíricos do que afirma Bhatia (1993):

Linguistic analyses of frequency of syntactic properties in different genres are interesting and useful in the sense that they provide necessary empirical evidence to confirm or disprove some of the intuitive and impressionistic statements that we all

tend to make about the high or low incidence of certain lexico-grammatical features of various genres.⁵³ (BHATIA, 1993, p. 25).

Entretanto, Bhatia (1993) assinala que análises puramente quantitativas ou apenas qualitativas acerca de determinados itens muitas vezes não explicam por que um gênero se constrói de determinada maneira e como o propósito comunicativo foi alcançado. Esta observação se faz importante neste trabalho, pois, como se pode perceber, os autores de artigos científicos atuais, de maneira geral, modalizam mais do que os naturalistas setecentistas. Além de modalizarem mais, os dados também indicam que os pesquisadores contemporâneos preferem o verbo *poder* ao *dever*, pois assim seu grau de comprometimento com a verdade das afirmações se torna ainda menor. Mais adiante trataremos dessa questão.

As cartas comerciais do século XVIII trazem 62,08% de uso do verbo *poder* em sua função menos abstrata, 24,13% em sua forma *poder*₂ e 13,79% como *poder*₃. Os e-mails comerciais mantêm a frequência mais baixa em *poder*₃, representando 16,94% do uso. *Poder*₂ aparece em 47,45% dos casos e *poder*₁ em 35,61%. Comparando-se os dados obtidos a partir desses dois gêneros equivalentes, observa-se um aumento de aproximadamente 10,34% no uso de *poder* e, especificamente no que se refere ao uso mais abstrato, isto é, *poder*₃, houve um aumento de 150%, o que aponta em direção à gramaticalização de *poder*.

As cartas pessoais do século XVIII apresentaram 71,12% do uso do verbo *poder* em sua função menos abstrata. Em segundo lugar, com 20% das ocorrências, *poder*₂; e, por fim, *poder*₃, com 8,88%. As cartas pessoais do período contemporâneo indicam um uso de 16,21% para *poder*₃, 13,51% para *poder*₂ e 70,28% para *poder*₁. *Poder*₃ foi o único que teve seu uso aumentado neste gênero textual, o que também pode ser um indicativo da gramaticalização de *poder*.

Em linhas gerais, observou-se um aumento no uso do verbo *poder* de 6,81%. Tem-se uma queda de 32,21% no uso de *poder*₁, aumento de 27,76% no uso de *poder*₂ e um grande aumento, de 177,2%, no uso de *poder*₃. Esses resultados evidenciam o processo de gramaticalização deste verbo, como já tratado por Vianna (2000). Os Gráficos 02, 03 e 04, a seguir, ilustram as porcentagens de ocorrência de cada um dos usos de *poder* no *corpus* analisado. A Tabela 05 apresenta a trajetória da frequência dos usos entre o século XVIII e o período contemporâneo.

⁵³ “Análises linguísticas acerca de frequências de propriedades sintáticas em gêneros distintos são interessantes e úteis na medida em que oferecem evidências empíricas necessárias para confirmar ou negar algumas das asseverações intuitivas e impressionísticas que todos tendemos a formular a respeito da alta ou baixa incidência de certos traços léxico-gramaticais de vários gêneros.” (Tradução nossa).

Porcentagem de ocorrência de *poder*₁ em relação ao total de ocorrências do verbo *poder* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

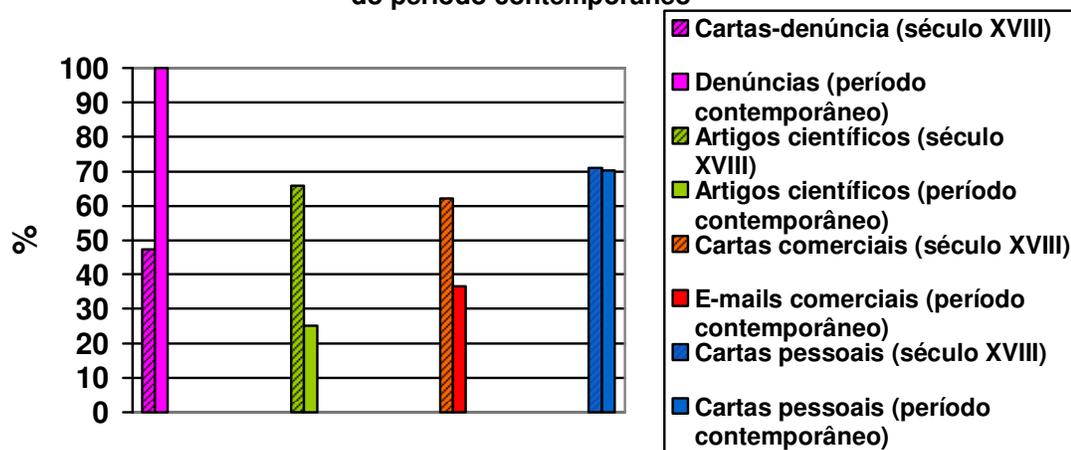


Gráfico 02: Porcentagem de *poder*₁ em relação ao total de ocorrências de *poder* no *corpus*.

Porcentagem de ocorrência de *poder*₂ em relação ao total de ocorrências do verbo *poder* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

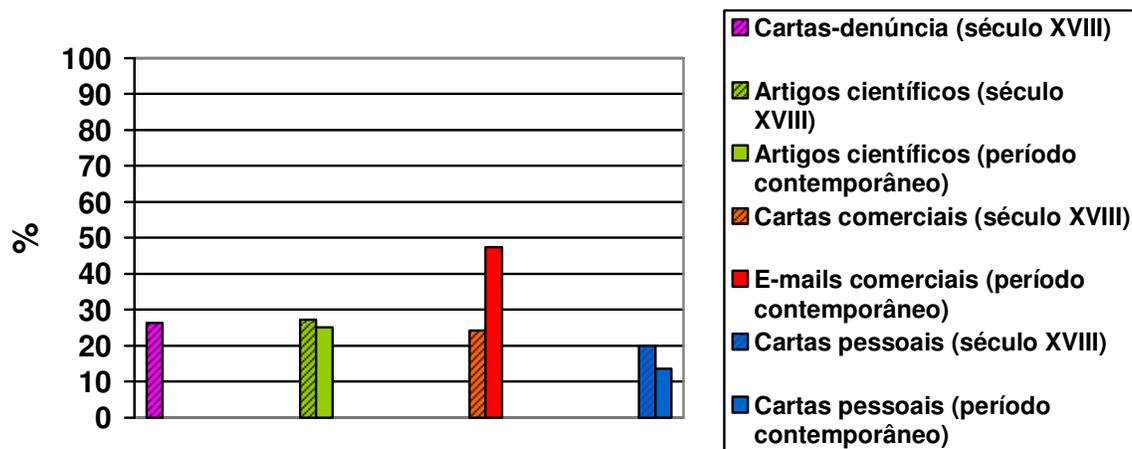


Gráfico 03: Porcentagem de *poder*₂ em relação ao total de ocorrências de *poder* no *corpus*.

Porcentagem de ocorrência de *poder*₃ em relação ao total de ocorrências do verbo *poder* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

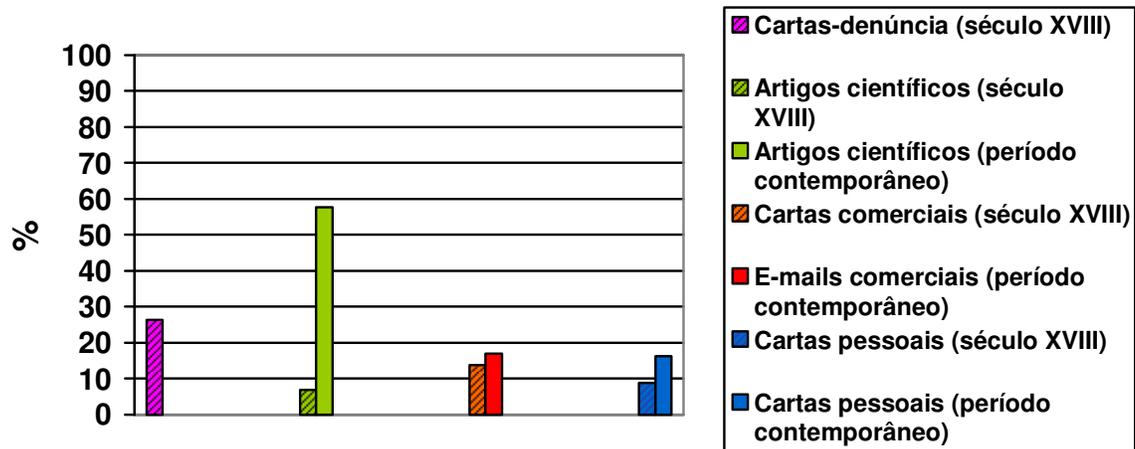


Gráfico 04: Porcentagem de *poder*₃ em relação ao total de ocorrências de *poder* no *corpus*.

Verbo	Trajetória crescente/decrescente
<i>poder</i> ₁	queda de 32,21%
<i>poder</i> ₂	aumento de 27,76%
<i>poder</i> ₃	aumento de 177,2%
<i>poder</i>	aumento de 6,81%

Tabela 05: Trajetória da frequência do verbo *poder* em geral e de *poder*₁, *poder*₂ e *poder*₃.

Nossa análise, como se pode ver, parte da comparação dos números obtidos em gêneros textuais funcionalmente equivalentes. Porém, se esses dados forem cruzados, isto é, se compararmos os dados obtidos em um gênero do período moderno da língua com os números levantados a partir de um gênero contemporâneo distinto daquele, os resultados poderão apontar para outra direção.

Por exemplo, comparando-se os dados levantados com base no gênero setecentista carta-denúncia com os números das cartas comerciais e pessoais contemporâneas pode-se observar um aumento na frequência do verbo *poder*, mas uma queda na porcentagem de uso de *poder*₃, que é a forma mais gramaticalizada deste modal. O mesmo ocorre ao se compararem as cartas comerciais do século XVIII com as denúncias do período contemporâneo. Em ambos os casos, a gramaticalização não seria evidenciada. Ao se

compararem os artigos científicos do século XVIII com as cartas pessoais do período contemporâneo, tem-se uma queda geral no uso de *poder*, mas um aumento em *poder*₃, o que igualmente poderia dificultar o reconhecimento do processo.

7.2 Verbo *dever*

As Tabelas 06 e 07, a seguir, indicam que o gênero em que mais se empregou *dever*₁, em ambas as sincronias estudadas, foi o artigo científico, enquanto, em relação aos outros gêneros, as cartas comerciais e pessoais, respectivamente, do século XVIII e do período contemporâneo, deram mais espaço a *dever*₂. Além disso, observa-se que tanto os usos de *dever*₁ quanto de *dever*₂ cresceram entre os períodos moderno e contemporâneo da língua portuguesa no Brasil.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	66,40/5	52,93/4
Artigo científico	73,36/6	378,32/31
Carta/E-mail comercial	47,21/4	141,22/12
Carta pessoal	—	53,02/4
Total	186,97/15	625,49/51

Tabela 06: Ocorrência de *dever*₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	—	—
Artigo científico	—	—
Carta/E-mail comercial	35,4/3	11,76/1
Carta pessoal	—	159,08/12
Total	35,4/3	170,84/13

Tabela 07: Ocorrência de *dever*₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Tanto nos gêneros do domínio jurídico quanto nos do científico, o verbo *dever*, em sua acepção modal⁵⁴, apenas ocorreu em sua forma menos abstrata, isto é, *dever*₁. Esse fenômeno

⁵⁴ O verbo *dever* foi bastante recorrente no sentido de *dívida* e em outros sentidos como em *isto se deve a...*, etc. Algumas vezes, as porcentagens apresentadas nesta seção não totalizam 100% devido a esses outros usos do verbo *dever*.

pôde ser observado nos dois recortes temporais desta pesquisa, com 55,55% das ocorrências nas cartas-denúncia, 80% nas denúncias, 85,71% nos artigos científicos do século XVIII e 96,87% nos artigos contemporâneos. Nas cartas-denúncia setecentistas e nas denúncias contemporâneas, o predomínio de *dever*₁ pode ser atribuído à necessidade de se evitar, como já mencionado, a inexatidão da linguagem em documentos legais, além do frequente emprego de estruturas que buscam indicar alguma obrigação legal dos cidadãos. No caso dos artigos científicos, constata-se um recorrente tom de recomendação, de forma que o texto convença o leitor a se comportar de determinada maneira.

Além disso, nos artigos científicos observa-se uma concorrência entre *dever*₂ e *poder*₃, predominando a preferência por este último, já que *dever*₂ implica um grau de comprometimento um pouco maior do falante para com a verdade da proposição. O trecho abaixo, retirado de um artigo científico contemporâneo, exemplifica a possibilidade de se substituir *poder*₃ por *dever*₂, verificando-se o sutil aumento no grau de comprometimento a que nos referimos.

(116) Em casos extremos, os ramos podem secar completamente, levando à morte das plantas jovens altamente suscetíveis. (Artigo científico 03, período contemporâneo.)

O uso do modal *poder* parece resguardar o botânico no caso de os ramos não “secarem completamente”. Diferentemente, se tivesse sido empregado o verbo *dever*, o leitor poderia interpretar um grau de certeza do autor um pouco maior quanto à queda dos galhos e à morte das plantas. Isso faz com que o uso de *dever* seja ainda mais reduzido.

Vitral, Viegas & Oliveira (2009) analisam um fenômeno similar a esse que acabamos de comentar, qual seja, a concorrência entre os usos gramaticais dos verbos *ter* e *haver*. De acordo com os autores, uma competição – provavelmente iniciada no período moderno da língua – entre as duas formas, que teriam o mesmo valor semântico, resultou na diminuição da produtividade de *haver*.

Algo semelhante se observa no caso de *dever*₂ e *poder*₃. Ainda que o valor semântico desses dois itens não seja idêntico, ambos indicam baixo grau de certeza por parte do falante. Acreditamos que a preferência do segundo em detrimento do primeiro decorra das características discursivas do gênero textual artigo científico e supomos, com base nesta possibilidade de “escolha”, que haja uma concorrência – uma variação – entre estes itens. Evidentemente, os objetivos do presente estudo não alcançam a verificação desta suposição.

Quanto às correspondências comerciais, o século XVIII apresenta taxas de 50% para *dever*₁, e 37,5% para *dever*₂. O período contemporâneo apresenta um aumento na frequência de uso do modal verbo *dever*, mas concentra 75% das ocorrências em sua função menos abstrata, deixando apenas 6,25% para *dever*₂. Este gênero dá preferência a *dever*₁, pois as atividades comerciais geralmente implicam obrigação ou trazem orientações.

As cartas pessoais do século XVIII não apresentam o verbo *dever* em nenhuma das acepções modais estudadas neste trabalho, sendo ele empregado apenas no sentido que se refere a dívidas financeiras. No período contemporâneo, contudo, o uso de *dever*₂ se apresenta como o mais recorrente, com 75% dos casos, enquanto *dever*₁ aparece em 25%. Com base nesses dados, pode-se perceber um aumento no uso modal de *dever* e uma significativa taxa de emprego de *dever*₂, o que aponta em favor de uma gramaticalização em processo.

De modo geral, o uso de *dever*, em suas duas acepções modais, teve o grande aumento de 258,11%. Especificamente, *dever*₁ teve um aumento de 234,54%, enquanto a frequência de *dever*₂ foi aumentada em 382,59%. Esses dados representam mais um indício de que *dever* se encontra em processo de gramaticalização, fato já debatido por Vianna (2000). Os gráficos (5) e (6), a seguir, ilustram as porcentagens de ocorrência de cada um dos usos de *dever* no *corpus* analisado. A Tabela 08 apresenta a trajetória da frequência dos usos entre o século XVIII e o período contemporâneo.

Porcentagem de ocorrência de *dever*₁ em relação ao total de ocorrências do verbo *dever* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

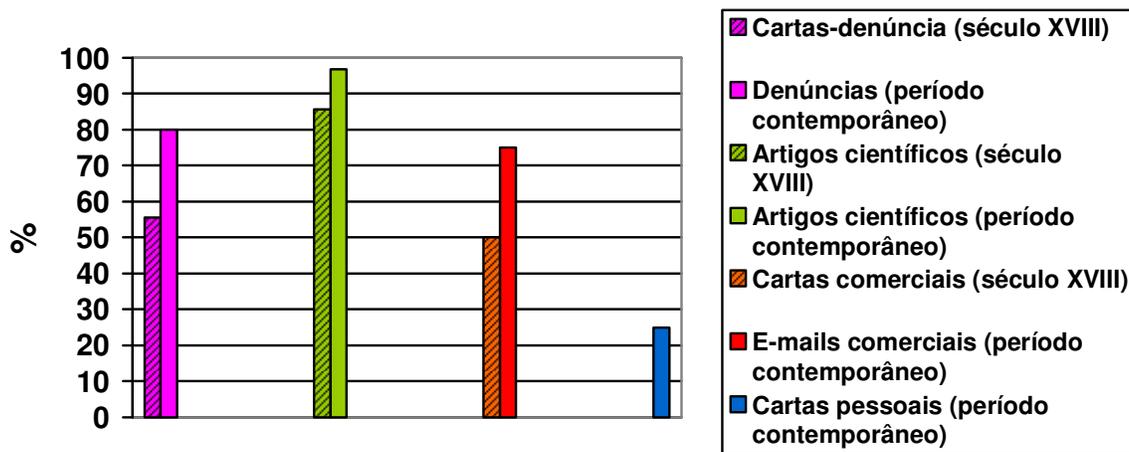


Gráfico 5: Porcentagem de *dever*₁ em relação ao total de ocorrências de *dever* no *corpus*.

Porcentagem de ocorrência de *dever*₂ em relação ao total de ocorrências do verbo *dever* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

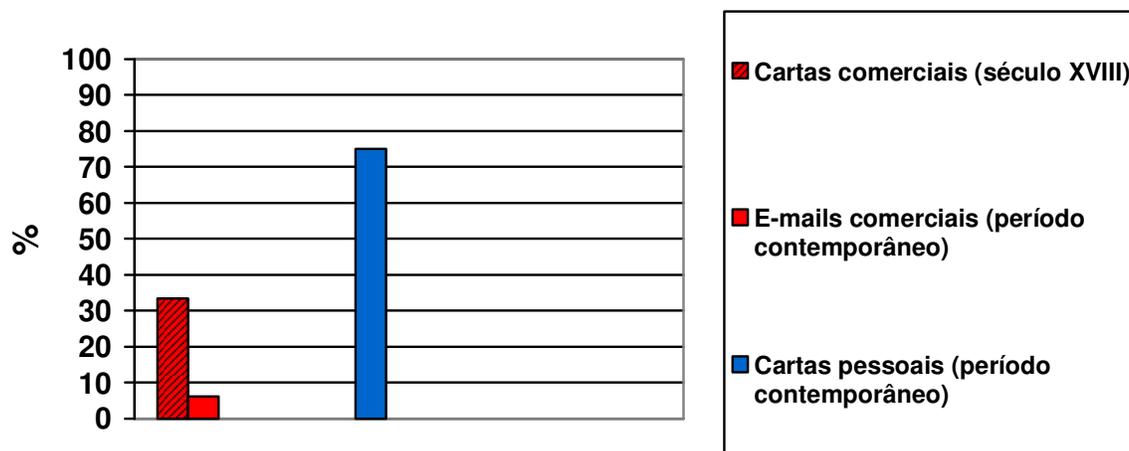


Gráfico 6: Porcentagem de *dever*₂ em relação ao total de ocorrências de *dever* no *corpus*.

Verbo	Trajectoria crescente/decrecente
<i>dever</i> ₁	aumento de 234,54%
<i>dever</i> ₂	aumento de 382,59%
<i>dever</i>	aumento de 258,11%

Tabela 08: Trajetória da frequência do verbo *dever* em geral e de *dever*₁ e *dever*₂.

O cruzamento entre os dados obtidos em textos pertencentes a gêneros jurídicos e científicos de qualquer dos períodos em análise não evidenciaria a gramaticalização de *dever*, pois apenas ocorreriam os usos menos abstratos deste verbo. No entanto, cruzando-se os dados obtidos com base nas cartas comerciais do século XVIII com os das cartas pessoais contemporâneas, a gramaticalização seria confirmada, o que aponta em direção da necessidade de uma criteriosa seleção de *corpus*, observando-se sempre que possível os gêneros a que pertencem os textos a serem recolhidos.

7.3 Verbo *querer*

As Tabelas 09 a 11, a seguir, indicam a altíssima frequência, em ambas as sincronias estudadas, do uso menos abstrato de *querer*₁ em comparação com seus usos mais abstratos. Os gêneros textuais em que mais se empregou *querer*₁ foram a carta comercial (no século XVIII) e a carta pessoal (no período contemporâneo). Além disso, observa-se que os usos de *querer*₁ e *querer*₂ apresentam queda entre os períodos moderno e contemporâneo da língua portuguesa no Brasil.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	199,22/15	13,23/1
Artigo científico	—	—
Carta/E-mail comercial	365,91/31	82,38/7
Carta pessoal	330,86/25	132,57/10
Total	895,99/71	228,18/18

Tabela 09: Ocorrência de *querer*₁ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	13,28/1	—
Artigo científico	—	—
Carta/E-mail comercial	23,60/2	11,76/1
Carta pessoal	—	—
Total	36,88/3	11,76/1

Tabela 10: Ocorrência de *querer*₂ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Gênero Textual	Século XVIII	Período Contemporâneo
Denúncia/Carta-denúncia	—	—
Artigo científico	—	—
Carta/E-mail comercial	—	—
Carta pessoal	—	—

Tabela 11: Ocorrência de *querer*₃ em cada gênero textual e em cada recorte temporal.

Os textos científicos não trouxeram nenhuma ocorrência modal do verbo *querer*⁵⁵, o que novamente comprova a relevância de uma rigorosa observação de quais gêneros textuais devem compor um *corpus*. Nas cartas pessoais, tanto nas contemporâneas quanto nas do século XVIII, apenas ocorre a opção mais deôntica do modal, isto é, seu sentido menos abstrato, respectivamente, com 75,75% e 76,92% das ocorrências de *querer*. O mesmo se observa nas denúncias contemporâneas, que contam com 100% das ocorrências de *querer* em seu uso menos gramaticalizado. Já nas cartas-denúncia, a frequência de uso é de 78,94% para *querer*₁ e de 5,28% para *querer*₂ em relação ao total de ocorrências do verbo.

As cartas e e-mails comerciais também mantêm o maior uso em *querer*₁. No caso das cartas comerciais do século XVIII, há uma taxa de 72,09% para o uso de *querer*₁ e de apenas 4,65% para *querer*₂. Os e-mails do período contemporâneo apresentam 87,5% dos usos em *querer*₁ e 12,5% em *querer*₂.

Com base nos números levantados no *corpus* desta pesquisa, observa-se uma queda de 74,27% na frequência geral de *querer*, queda de 68,11% no emprego de *querer*₂ e o fato de que o uso menos abstrato desse verbo continua o mais comum, o que negaria a hipótese da gramaticalização. Entretanto, a observada queda de 75,53% na frequência do uso de *querer*₁ e a observação do surgimento de um uso mais epistêmico, como o exemplificado pelos *blogs* (a seguir), são índices de que o processo está em curso, ainda que de maneira mais lenta do que o verificado no caso de *poder* e *dever*.

A queda na frequência geral de *querer* é um fato contrário ao esperado. Supomos que isso se justifique pela concorrência deste modal com outros verbos como *desejar* ou a expressão *gostaria de*. Tais hipóteses representam questões que não investigaremos neste estudo.

Os gráficos (7) e (8), a seguir, ilustram as porcentagens de ocorrência de cada um dos usos de *querer* no *corpus* analisado. A Tabela 12 apresenta a trajetória da frequência dos usos do século XVIII ao período contemporâneo.

⁵⁵ Assim como no caso do verbo *dever*, o verbo *querer* ocorreu em outros sentidos como em *queira Deus*, *quer dizer*, etc. Por isso, as porcentagens apresentadas nesta seção nem sempre totalizam 100%.

Porcentagem de ocorrência de *querer*₁ em relação ao total de ocorrências do verbo *querer* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

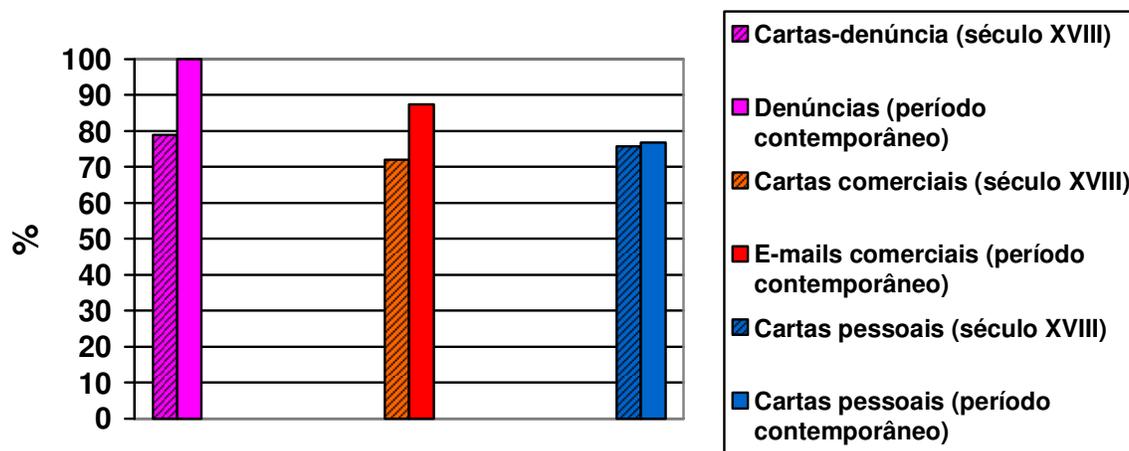


Gráfico 7: Porcentagem de *querer*₁ em relação ao total de ocorrências de *querer* no *corpus*.

Porcentagem de ocorrência de *querer*₂ em relação ao total de ocorrências do verbo *querer* no *corpus* do século XVIII e no *corpus* do período contemporâneo

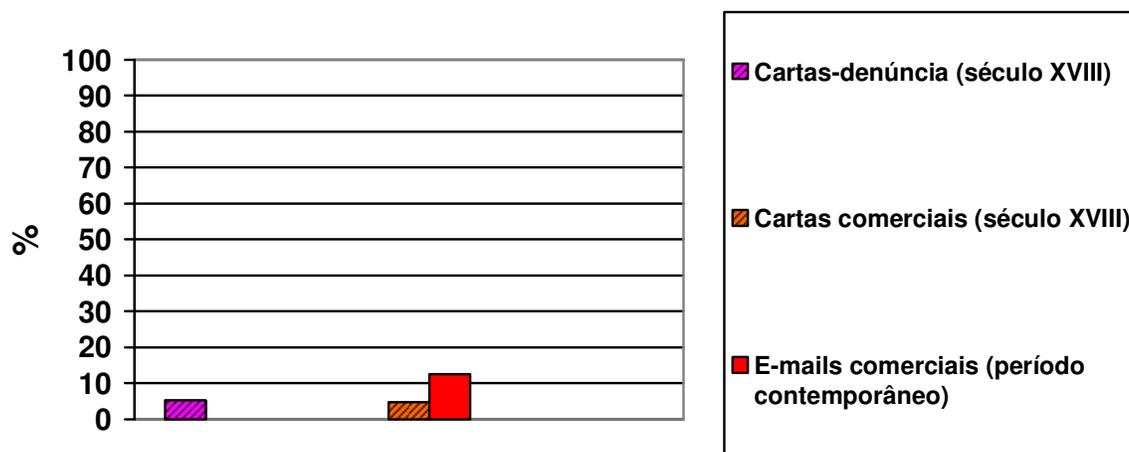


Gráfico 8: Porcentagem de *querer*₂ em relação ao total de ocorrências de *querer* no *corpus*.

Verbo	Trajétoria crescente/decrecente
querer ₁	queda de 75,53%
querer ₂	queda de 68,11%
querer	queda de 74,27%

Tabela 12: Trajetória da frequência do verbo *querer* em geral e de *querer₁* e *querer₂*.

No *corpus* desta pesquisa, o verbo modal *querer* não foi observado em sua função mais gramatical, ou seja, *querer₃*. Entretanto, sabe-se que um uso mais epistêmico deste verbo é comum em várias regiões do Brasil, na modalidade oral da língua, em situações que permitem coloquialismos. Estruturas envolvendo *querer₃* também podem ser observadas em textos escritos que se aproximem da linguagem oral, como é o caso dos *blogs* na internet. A seguir, apresentamos quatro exemplos do uso de *querer₃* retirados de *blogs*. Esse uso pode ser, como dissemos, reflexo de uma gramaticalização em curso.

(117) Cheguei dei uma descansada e tomei um remédinho pq acho que tô querendo gripar e agora vou pra academia, ufa... (Blog 6, grifo nosso.)

(118) [...] olha que hoje de manhã foi muito difícil sair da cama!!! Tô "querendo" gripar... to tomando uns analgésicos, andando de cachecol pra baixo e pra cima (porque a minha garganta tá uma meleca!)... vamo ver!!!! (Blog 10, grifo nosso.)

(119) Ainda não testei a motoca pra ver se melhorou nesta regulagem... pois no fim de semana não pude rodar com ela e hoje está querendo chover aqui no RS... (Blog 12, grifo nosso.)

(120) [...] esse céu meio cinza, meio querendo chover de São Paulo parece um reflexo meu por dentro. Hoje faz um ano que nós nos assustamos com a capa da comunidade. Eu tinha certeza que aquela história do Manoel ter morrido era coisa de algum hacker invejoso. (Blog 13, grifo nosso.)

Com base na análise exposta, constatamos que a montagem de *corpora* para o estudo de processos de gramaticalização, principalmente em se tratando de verbos modais, deve levar em conta os diferentes gêneros textuais, definindo, de maneira criteriosa, quais textos se devem recolher. É relevante não apenas observar quais gêneros se mostram mais adequados à

pesquisa, mas se mostra essencial, também, que os textos selecionados como representantes de um período da língua encontrem, nas outras sincronias sob análise, textos que pertençam a gêneros funcionalmente equivalentes a eles no que diz respeito a seus papéis sociocomunicativos.

CAPÍTULO VIII

Conclusão

Este estudo não pretendeu trazer respostas definitivas; procuramos apenas levantar e discutir a questão dos gêneros textuais na formação de *corpora* para a pesquisa do fenômeno da gramaticalização. A análise apresentada teve como objetivos não apenas oferecer indícios do já comprovado (Vianna, 2000; Costa, 1995) fato de que os verbos modais *poder*, *dever* e *querer* encontram-se em processo de gramaticalização, mas também demonstrar que os gêneros textuais podem interferir nas escolhas linguísticas e que esse fato deve ser levado em consideração no momento de constituição de *corpora*.

Como visto, nossos dados apontam claramente em direção da gramaticalização de *poder*. O verbo *dever* também tem sua gramaticalização indicada, ainda que com menos clareza. No caso do verbo *querer*, nossos dados não foram capazes de confirmar tal processo, o que não é suficiente para negar a gramaticalização deste verbo. Isso se deve, em parte, ao fato de que o *corpus* selecionado não contou com textos orais. Prova disso são as evidências obtidas por meio de *blogs*, que constituem um gênero escrito bastante próximo da linguagem oral e que se manifestam em favor da gramaticalização de *querer*. Além disso, como defendeu Vianna (2000), o verbo *querer* encontra-se mais “atrasado” no processo em relação a *poder* e *dever*.

Levando em consideração os gêneros textuais no momento da análise dos resultados obtidos, pudemos concluir que, de fato, os gêneros exercem certo grau de influência sobre a escolha linguística dos falantes. Observou-se, ainda, que os tipos textuais e os estilos (formal/informal) também interferem na escolha dos itens a serem empregados, mas, normalmente, isso ocorre sob orientação geral do gênero; ele parece coordenar, em certa medida, o emprego de estilos e tipos textuais.

O gênero contemporâneo denúncia se mostrou uma fonte inadequada de dados para um estudo acerca da distribuição de verbos modais e de sua gramaticalização. Como vimos, a ocorrência dos modais em análise foi quase insignificante, e isso pode ser atribuído ao caráter objetivo desse gênero textual que, por servir como uma acusação formal perante uma autoridade judiciária, não deve dar espaço a inexatidões. O gênero setecentista carta-denúncia, por outro lado, permite uma maior diversidade de escolhas, narrações mais extensas e modalizações, o que retoma a importante questão da não equivalência absoluta de gêneros de

sincronias diferentes. Este gênero, ao contrário de seu semelhante atual, favorecia a ocorrência dos modais em análise.

Outra observação interessante foi a constatação de que os artigos científicos setecentistas e contemporâneos estudados não utilizaram – nem uma vez sequer – o verbo *querer*. Este fato serve para comprovar tanto o “atraso” da gramaticalização do verbo quanto a necessidade de se observarem os gêneros a serem selecionados na composição de um *corpus*.

Algumas vezes, ao se cruzarem os números levantados a partir de um gênero do período moderno da língua e de um gênero contemporâneo distinto daquele, os resultados obtidos podem dificultar a identificação de um processo de gramaticalização em curso ou mesmo camuflá-lo. Da mesma maneira, se o pesquisador se limita a estudar um *corpus* constituído apenas por textos de um determinado gênero em diferentes recortes temporais, os resultados provavelmente estarão comprometidos.

Exatamente por haver interferência dos gêneros textuais nas escolhas linguísticas, o *corpus* deve incluir gêneros variados e funcionalmente equivalentes em diferentes períodos da língua. Para tanto, os seguintes fatores não poderão ser ignorados: a função sociocomunicativa do gênero a que cada texto do pertence; os objetivos comunicativos de cada texto; a esfera de circulação dos textos (pública, privada, ou particular); os possíveis interlocutores dos textos e o provável grau de formalidade conferido a cada produção textual.

Referências

- ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1950. 309p.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Adendo, p. 261-306.
- BAKHTIN, Mikhail / VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Huitec, 1986. 196p.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, R. C. S. (org.) *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2005. p. 25-43.
- _____. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, T. M. (org.) *Para a História do Português brasileiro*, v. III: novos estudos. São Paulo: Humanitas/USP, 2002. p.421-431.
- _____. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. 487f. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a. 165p.
- _____. *Gênero, Agência e Escrita*. São Paulo: Cortez, 2006b. 144p.
- BERLINK, Rosana de Andrade; BUENO, Letícia Cordeiro de Oliveira. *Variação e gênero textual: preposições em gêneros jornalísticos paulistas*. XV ALFAL (Comunicação). Montevidéu, 2008.
- BHATIA, Vijay K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993. 246p.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Gramaticalização e discursivização no português oral do Brasil: o caso “tipo (assim)”. In: *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 39-53, 1º sem. 1999.
- BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 208-236.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez. 2. ed., 2001. 269p.

BRONCKART, Jean-Paul. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: _____. *Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p.121-160.

_____. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999. 353p.

BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. (eds.) *Modality in grammar and discourse*. New Mexico: Library of Congress Cataloging – in – Publication Data, 1995.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. 398p.

CASTILHO, Ataliba T. de. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO, Tânia; Ilza RIBEIRO; Zenaide CARNEIRO; Norma ALMEIDA (orgs.). *Para a história do português brasileiro*, v. VI: novos dados, novas análises, t. I. Salvador: UFBA, 2006. p. 223-296.

_____. A Gramaticalização. In: *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.19, p. 25-64, mar. 1997.

CARRATO, José Ferreira de. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 311p.

CARVALHO, Gisele de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 130-149.

COELHO, Sueli Maria. *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens ter, haver, ser, estar e ir na língua portuguesa*. 321f. Tese (Doutorado) Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

COHEN, Maria Antonieta A. Mendonça. Gramaticalização e reanálise na língua portuguesa: um estudo diacrônico. In: GALÉRY, Laura; FARIAS Maria Eneida V. In: *Calígrama*, v. I, Belo Horizonte: UFMG, out. 1988. p. 43-52.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. In: _____. *Teoría del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. 3. ed. rev. y corr. Madrid: Gredos, 1973. p.11-113.

_____. Sistema, norma e falar concreto. In: _____. *Lições de linguística geral*. ed. rev. e corr., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 119-125.

- COSTA, Maria Cristina Rigoni. *Modalidade e Gramaticalização: estratégias discursivas na fala carioca*. 201f. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- COSTA, Sônia B. Borba. Cadeias de gramaticalização e lexicalização. In: LOBO, Tânia; Ilza RIBEIRO; Zenaide CARNEIRO; Norma ALMEIDA (orgs.). *Para a história do português brasileiro*, v. VI: novos dados, novas análises, t. I. Salvador: UFBA, 2006. p. 297-311.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *Repensando a textualidade*. IV Fórum de Estudos Linguísticos, (Conferência), Instituto de Letras, UERJ, 1999.
- _____. *Da frase ao discurso: pequeno panorama dos estudos linguísticos*. Versão preliminar inédita, 1997.
- COUTINHO, Maria Antónia. Para uma linguística dos géneros de texto. In: *Diacrítica*, 19/1, FCSH-UNL/CLUNL, Lisboa, 2005.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DELL'ISOLA, Regina L. Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. 2. ed., Curitiba: Criar, 2006. 135p.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis P. *A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife: UFPE, 2005. 247p.
- FURLANETTO, Maria Marta. Gênero do discurso como componente do arquivo em Dominique Maingueneau. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 260-281.
- HEINE, Bernd. Agent-oriented vs. epistemic modality: some observations on german modals. In: BYBEE, Joan; FLEISCHMAN, Suzanne. (eds.) *Modality in grammar and discourse*. New Mexico: Library of Congress Cataloging – in – Publication Data, 1995. p. 17-53.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elisabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993. 256p.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization: a programmatic sketch. *Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts*, Köln, v.1, 1982.
- LIGHTFOOT, David W. *Principles of diachronic syntax*. 1. reimp. Cambridge: University Press, 1983. 429p.

- LIMA, Bruno Fernandes Zenóbio. *O percurso diacrônico das construções com o pronome se na língua portuguesa como um processo de gramaticalização*. 128f. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.). *Gêneros: Categorias de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 43-58.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002. 238p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir *et al.* (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, Paraná: Kaygangue, 2005. p. 17-34.
- _____. A questão do suporte dos gêneros textuais. In: *DLCV* n.1, v.1, João Pessoa, Out./2003. p. 9-40.
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Machado e Bezerra (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- _____. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Não publicado, 2000.
- MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983. 568p.
- MEDEIROS, Maria A. S. *Os gêneros do discurso: o que apontam Marcuschi (2000, 2003), Bakhtin (1979) e Rojo (2002)*. XXI Jornada Nacional De Estudos Linguísticos, 2006. p. 1813-1816.
- MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no Português*. 110f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, UNICAMP, Campinas, 1999.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 160p.
- PALMA, Dieli Vesaro. *Gêneros Textuais e sua relação com o Passado e o Presente*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/geros_textuais_Dieli.pdf>. Acesso em: 21 out. 2008. Trabalho também publicado em *Língua Portuguesa – reflexões lusófonas*, sob organização de Neusa Maria Barbosa Bastos, São Paulo: EDUC, 2006.
- PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. São Paulo: UNICAMP, 1988. 256p.
- PERINI, Mário A. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília, 1976. 254p.

- PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (org.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. v. IV. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.
- PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973. 145p.
- RAMIRES, Vicentina. Panorama dos estudos sobre gêneros textuais. In: *Investigações: linguística e teoria literária*. Recife, v.18, n.2, p. 39-67, jul. 2005.
- RAMOS, Jânia; VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma cronologia do português escrito no Brasil. In: LOBO, T. L.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (orgs.) *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. v. VII, t. II. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 575-583.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 237-259.
- ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.
- ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: University Press, 1982. p. 105-138.
- RUMEU, Maria Cristina de Brito. Edição de cartas setecentistas e oitocentistas. In: LOBO, Tânia; Ribeiro, Ilza; Carneiro, Zenaide; Alemida, Norma (Orgs.). Encontro do Projeto Para a História do Português Brasileiro, 2004. *PHPB: novos dados, novas análises*. v. VI, t. II. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 819-844.
- SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de Corpus*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. 410p.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. 209 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. 3 ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 199p.
- SWALES, John. *Genre analysis: english in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 142p.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Lisboa: Edições 70, 1981. 335p.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: UFU, 1981, 332p.

_____. *Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual*. XIX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do grupo de estudos linguísticos do nordeste (Mesa redonda), 2002.

VIANNA, Humberto Luiz Galupo. *A estrutura modal + infinitivo em português: gramaticalização e modalização*. 216f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2000.

VITRAL, Lorenzo; Viegas, Maria do Carmo; OLIVEIRA, A. J. Inovação versus mudança: a interseção gramaticalização / teoria da variação e mudança. In: VITRAL, L. e COELHO, S. (orgs.) *Estudos de gramaticalização em português*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (No prelo) p. 119-135.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Belo Horizonte: FALE/UFMG; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. 191p.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. In: *Scripta*, Belo Horizonte: Editora PUC Minas, n.18, v.9, p. 149-177, 2006.

_____. A Negação: teoria da checagem e mudança linguística. In: *D.E.L.T.A.*, n.15, v.1, p. 57-84, 1999.

_____. A forma cê e a noção de gramaticalização. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, ano 5, n.4, v.1, p. 115-124, jan./jun. 1996.

_____. *Sobre a complementação infinitiva em português*. 149f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 1987.

ZIEGELER, Debra. The role of quantity implicatures in the grammaticalisation of would. In: *Language Sciences* n. 22, 2000. p 27-61.

Fontes de pesquisa de corpus

- Artigos científicos do período contemporâneo:

BENVENGA, S. *et al. Manejo prático da cochonilha ortézia em pomares de citros*. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2004/v25_n2/v25_n2_p291.pdf>.

Acesso em: 29 ago. 2008.

GARCIA, M. O.; ALVES, S. B. *Utilização de fungos entomopatogênicos para o controle de orthezia praelonga*. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2005/v26_n1/v26_n1_p001.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2008.

LOCALI, E. C. *Leprose dos citros: biologia e diagnóstico do vírus*. Disponível em: <http://revistalaranja.centrodecitricultura.br/2004/v25_n1/v25_n1_p053.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2008.

- Artigos científicos do século XVIII:

BETTENCOURT, José de Sá. *Memoria sobre a Plantação dos Algodões E sua exportação; sobre a decadência da Lavoura de mandiocas no Termo da Villa de Camamú, Comarca de Ilhéos, governo da Bahia*. Disponível em: < <http://purl.pt/12000/1/> >. Acesso em: 15 fev. 2008.

VELLOSO, Frei José Marianno da Conceição. *Memoria sobre a Cultura da Urumbeba e sobre a Criação da Cochonilha*. Disponível em: < <http://purl.pt/12001/3/> >. Acesso em: 15 fev. 2008.

- Cartas comerciais do século XVIII:

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. 487f. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

- Cartas-denúncia do século XVIII:

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. *Autos de devassa da inconfidência mineira*. v.1, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

- Cartas pessoais do período contemporâneo:

Arquivo pessoal – Família Camisassa Rodrigues

- Cartas pessoais do século XVIII:

Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção Morgado de Mateus, doc. 2.

Arquivo Público Mineiro. Coleção Família Joaquina Bernarda de Pompeu. Série 1– FJBP 1 – Cx.01.

Arquivo Público Mineiro. Coleção Família Cordeiro Valadares. Série 2 – FJBP 2 – Cx.
02.

- Denúncias:

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Processos criminais diversos.

- E-mails comerciais:

Arquivo pessoal.